



UnB

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

UM ESTOPIM EM 1914:
A política britânica em relação ao Império Otomano e sua preservação

DANIEL LORENZO GEMELLI SCANDOLARA

BRASÍLIA
2020

DANIEL LORENZO GEMELLI SCANDOLARA

UM ESTOPIM EM 1914:
A política britânica em relação ao Império Otomano e sua preservação

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília como requisito à obtenção de Grau de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: Política, Instituições e Relações de Poder.

Orientador: Prof. Dr. Virgílio Caixeta Arraes

BRASÍLIA
2020

"Prometa-me que sempre se lembrará: você é mais
bravo do que acredita, mais forte do que aparenta, e
mais inteligente do que pensa."

A. A. Milne

AGRADECIMENTOS

Sou eternamente grato a todos aqueles que estiveram comigo durante este período de mestrado e que me auxiliaram, em qualquer sentido, na elaboração desta dissertação. Começo por agradecer aos meus pais, sem os quais nada em minha vida seria possível, e que detêm, com toda a certeza, a maior parte dos méritos por esse trabalho e por toda minha formação. Agradeço, também, ao meu irmão, Lucas, pela força em momentos difíceis, e a todos os meus familiares que, de alguma maneira, estiveram olhando por mim – especialmente, meus padrinhos e “segundos pais”, João e Ivanice.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Virgílio Arraes, um intelectual de conhecimento absurdamente vasto e uma das pessoas mais humanas que conheci, por ter aceitado me orientar, por ter sempre se disposto a me ajudar a qualquer hora, por seu otimismo quando eu tendia a ver tudo cinza, por suas colaborações intelectuais e por seu extremo senso de generosidade.

Ao Prof. Dr. Vicente Dobroruka, um especialista em Oriente que dispensa apresentações e certamente um dos maiores historiadores que conheci, por suas colaborações intelectuais importantíssimas, solicitude infindável, e disposição incansável em ajudar discentes o máximo possível.

Agradeço também a outros intelectuais que, ainda que tenham me atendido com dicas de bibliografia em um momento que minha pesquisa era diferente, demonstraram tamanha atenção para comigo a ponto de merecerem uma justa consideração. Neste sentido, agradeço ao Prof. Dr. Philip Kreyenbroek (Universidade de Göttingen), especialista em Estudos Iranianos; ao Prof. Dr. Heitor Loureiro (F.M.U), especialista em História do Povo Armênio; à Morad Roohi, doutorando pela Queen’s University em História Moderna das Sociedades Curdas; e ao Prof. Dr. Martin Adamec (UniCEUB), especialista em teoria nacionalista. Ainda que eu tenha migrado para a área de relações anglo-otomanas, muito do auxílio fornecido por estes especialistas me ajudou durante o direcionamento novo que adotei. Igualmente, agradeço ao Prof. Dr. Henrique Modanez (UnB) pelas contribuições, sugestões, e atenção dirigidas ao meu projeto de pesquisa em “Seminários de Pesquisa”, disciplina fornecida pelo PPGHis (UnB), e a todos os colegas que cursaram-na comigo e deram suas colaborações ao meu trabalho.

Ao “National Archives” britânico, pois somente por meio de sua colaboração e difusão de documentos esta pesquisa foi possível. Agradecimento que, em mesmo grau de importância, endereço à “British Library” e ao “Internet Archive”.

Ao PPGHis (UnB), pela oportunidade de ingressar no Programa e de conceder-me o privilégio de cursar uma pós-graduação – agradecimento que estendo, também, a todo o seu corpo administrativo, em especial à Jorge e Rodolfo, sempre solícitos e pacientes em auxiliar mestrandos e doutorandos.

Agradeço, também, à Joana Carbonesi, José Canabrava, Luiz Henrique Brandão e Débora Jacintho (todos já mestres em História), pela paciência e generosidade em me atender no período em que eu começava o processo seletivo e precisava de auxílio. Neste quesito, preciso dirigir um agradecimento especial à Amanda Bortoluzzi, historiadora brilhante e hoje doutoranda, por ter me ajudado bastante durante tal etapa, e até mesmo depois que ingressei no Programa. No âmbito intelectual, quero também agradecer ao meu amigo e companheiro de semestre, Érico Saad, dono de uma inteligência e conhecimento historiográfico primorosos, que sempre me deu uma força entre aquele café e as aulas de árabe aos sábados.

Aos meus grandes amigos, Sergio Dorfler, Pedro Vogeley, João Kuhn, e João Pedro Vazquez, por todo o companheirismo nesse processo, por terem entendido minhas ansiedades e nunca deixado de me incentivar e fornecer apoio em todos os momentos necessários. Por fim, mas não menos importante, agradeço a Josué Wesley e a Custódio Martins, pelo suporte decisivo durante toda esta caminhada.

Dedico este trabalho a meus avós e tios já falecidos, em especial à minha tia Zelir Gemelli, e a todas as vítimas, diretas e indiretas, da pandemia que vivemos.

RESUMO

As relações entre o Reino Unido e o Império Otomano foram marcadas, no século XIX, por proximidade. Londres manteve, durante décadas, a consciência de que a preservação do sultanato otomano era fator essencial para as vontades e interesses nacionais. Entretanto, o início do século XX indicou um distanciamento desta mentalidade e a eclosão da Grande Guerra marcou o abandono oficial de que o governo deveria proteger a integridade territorial otomano ao máximo. Ao final da guerra, a questão do tratado de paz se interpôs entre as preferências acordadas, durante o conflito, entre os Aliados e o sultanato se viu inserido em um processo de barganha que culminaria numa decisão que este deveria simplesmente aceitar. O intuito deste estudo é captar se, neste processo, a continuidade do sultanato como modelo de Estado “turco” foi algo naturalmente planejado pelo Reino Unido e seus Aliados nas negociações secretas anteriores ao Armistício de Mudros e nas conversações que se estenderiam até 1920 e culminariam no Tratado de Sèvres.

Palavras-chave: Império Otomano; Reino Unido; Sultanato; Primeira Guerra Mundial

ABSTRACT

In the 19th century, relations between the United Kingdom and the Ottoman Empire were marked by proximity. London maintained, for decades, the awareness that the preservation of the Ottoman sultanate was an essential factor for national wills and interests. However, the beginning of the 20th century indicated a departure from this mentality and the outbreak of the Great War marked the official abandonment that the government should protect Ottoman territorial integrity to the fullest. At the end of the war, the question of the peace treaty interposed itself between the preferences agreed during the conflict between the Allies, and the sultanate found itself inserted in a bargaining process that would culminate in a decision that it should simply accept. The purpose of this study is to understand whether, in this process, the continuation of the sultanate as a model of “Turkish state” was something naturally planned by the United Kingdom and its Allies in the secret negotiations prior to the Mudros Armistice and in the talks that would extend until 1920 and culminated in the Treaty of Sèvres.

Key-words: Ottoman Empire; United Kingdom; Sultanate; World War I

Considerações iniciais acerca das fontes primárias utilizadas e sistema de abreviaturas

As principais fontes referentes ao corpus documental deste trabalho residem nas minutas das reuniões do Conselho de Ministros britânico (“The Cabinet Papers”) e pelos documentos vinculados ao Ministério de Relações Exteriores britânico (ou simplesmente “Foreign Office”). A maioria destes documentos foi fornecida pelo “The National Archives”. Porém, nem todos os documentos do “Foreign Office” utilizados provêm do “The Foreign Office Papers”, disponível no National Archives; assim como alguns de seus documentos estão anexos ao “The Cabinet Papers”. Neste sentido, há documentos do Foreign Office britânico referenciados neste trabalho que derivam do “The Indian Office Papers”, disponibilizados pela “British Library”.

Além disso, alguns dos documentos do Foreign Office e do Cabinet Papers utilizados foram retirados de coletâneas de fontes primárias, coletâneas tais que também fazem parte das referências deste trabalho. Neste sentido, no intuito de normatizar a citação destas fontes e facilitar a compreensão do leitor, apresentamos um modelo de citações que vem aliado a abreviaturas dos títulos das obras.

A lista de abreviações abaixo, vale lembrar, refere-se apenas às coletâneas consultadas cujos títulos merecem uma abreviação; não integralizando, portanto, o total do corpo de fontes primárias deste trabalho (este se encontra na área “Referências Bibliográficas”). Nesta lista, aproveitamos para fornecer informações adicionais acerca destas coletâneas.

BDOW: “British Documents on the Origins of the War (1898-1914)”. Organização por G.P. Gooch e Harold Temperley. Compila documentos do “Foreign Office”.

MET: “The Map of Europe by Treaty: Showing the Various Political and Territorial Changes Which Have Taken Place since the General Peace of 1814; With Numerous Maps and Notes”. Organização por Edward Herstlet. Compila documentos do “Foreign Office” e outros documentos diplomáticos variados.

MIP: “The Mirage of Power”. Organização por C.J Lowe e M.L. Dockrill. O volume III compila documentos do “Foreign Office” e do “Cabinet Papers”.

HPCP: “A History of the Peace Conference of Paris”. Organização por H.W.V. Temperley. Compila os principais documentos diplomáticos referentes às negociações de paz em Paris.

STD: “Selected Treaties and Documents to Illustrate the Development of the Modern European States System (1815-1916)”. Organização por R.B. Mowat. Compila fontes primárias variadas, em sua maioria, diplomáticas.

TGET: “The Great European Treaties of the Nineteenth Century”. Organização por Augustus Oakes e R.B. Mowat. Compila alguns tratados internacionais do século XIX.

A seguir, demonstramos o modelo adotado para citação de fontes primárias e possíveis exceções:

- 1) Caso o documento citado esteja compilado em alguma coletânea editorial, optamos pela seguinte ordem de citação:

Abreviação do nome da coletânea (volume da coletânea), título do documento tal como proposto pelos editores, local e data de expedição, e a página onde tal documento se encontra dentro da respectiva coletânea. Em um exemplo meramente ilustrativo, temos:

BDOW (vol. X). “Grey to Lowther”, Londres, 02/03/1914, p. 600.

Observação: Caso algum volume destas coletâneas tenha mais de uma parte, esta será informada imediatamente após o número do volume em questão, dentro dos mesmos parênteses.

Na medida do possível, buscamos seguir este padrão para coletâneas no geral, mas há algumas exceções inerentes a cada uma destas que devem ser lembradas. Quando a coletânea detiver mais de dois editores ou vários editores, optamos por utilizar o próprio nome dela no espaço correspondente ao de “autor”. Novamente em um exemplo ilustrativo, temos:

MISCELLANEOUS No. 13. “Mallet to Grey”, Constantinopla, 05/06/1914, p. 100.

As informações adicionais referentes às coletâneas consultadas/citadas estão definidas melhor na área de “Referências Bibliográficas” e podem ser lá averiguadas pelo leitor.

2) Quando a referência à fonte provier diretamente dos arquivos, optamos por seguir o modelo geralmente citado em outros trabalhos, que se refere à dinâmica de organização dos documentos ministeriais pelos próprios arquivistas.

Exemplo: CAB 24/1/12.

O mesmo vale para os documentos presentes nos arquivos do “Indian Office”:

Exemplo: IOR/L/PS/18/B259

3) Quando a referência da fonte primária disser respeito a um tratado diplomático ou documento histórico que não esteja contido dentro de uma coletânea ou obra editorial de qualquer natureza, a citação seguirá o padrão:

NOME DO DOCUMENTO. Local e data de assinatura. Disponível online.

Neste sentido, para mais informações sobre tais documentos em questão, o leitor pode acessar a área de “Referências Bibliográficas”.

SUMÁRIO:

INTRODUÇÃO:.....	1
1 UM HISTÓRICO DAS RELAÇÕES ANGLO-OTOMANAS: DO SÉCULO XIX AO ROMPIMENTO EM 1914	5
1.1 De Palmerston a Salisbury: significados e objetivos da política de preservação do Império Otomano	7
1.1.1 <i>Os desdobramentos pós-Paris</i>	9
1.2 O novo século e a derrocada final.....	19
1.2.1 <i>As mudanças decisivas em Constantinopla</i>	20
2 O FUTURO OTOMANO PELAS MÃOS ALIADAS: NEGOCIAÇÕES E ORGANIZAÇÃO DE PREFERÊNCIAS	28
2.1 O assentamento “final” de preferências	39
2.2 O armistício.....	46
3 O TABULEIRO DE XADREZ DO PÓS-GUERRA: A PEÇA OTOMANA.....	51
3.1 Paris	54
3.2 O “pós-Paris” e o futuro otomano em uma balança anglo-francesa	60
3.2.1 <i>As discussões de dezembro: o início</i>	61
3.2.2 <i>As discussões de dezembro: desenvolvimento</i>	65
3.2.3 <i>As discussões de dezembro: desfecho</i>	68
3.3 O pós-dezembro e Londres	76
3.3.1 <i>As reações “internas”</i>	80
3.3.2 <i>O Pacto e o movimento</i>	85
3.4 A paz descontínua.....	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS:	90
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	94

INTRODUÇÃO:

Durante quase cem anos, o Reino Unido encarou o Império Otomano como uma peça essencial dentro do tabuleiro de xadrez que era a sua política externa. Contendo uma importância estratégica considerável aos olhos londrinos, o sultanato ao Leste, tão ameaçado pelo antagonismo russo, foi “abraçado” por uma política irrestrita de preservação de sua existência e de conversação de sua integridade territorial o tanto quanto fosse possível. A doutrina, alçada aos holofotes por Lorde Palmerston, um londrino de ascendência irlandesa que acreditava em equilíbrio de Poderes, foi seguida, com graus de entusiasmo variantes, pelos governos seguintes como uma regra: o Reino Unido, sem perder de vista seus interesses, esteve ao lado otomano contra o inimigo russo na Crimeia, no início da década de 1850; e ainda esforçou-se, em outra ocasião de conflito russo-otomano, em diminuir os danos ao derrotado sultão em Berlim, em 1878. No meio e após este caminho, um fervilhante Benjamin Disraeli esteve disposto às últimas consequências para defender o sultanato; um descontínuo William Gladstone olhou para o sultão como um inimigo da cristandade; e um prático Lorde Salisbury enxergou o futuro da “paz europeia” com temor, sendo o Império Otomano uma possível resposta para tal medo.

Ainda que, no início do século XX, se notasse algum alinhamento a esta política, já era possível notar uma decadência do apego à necessidade de conservar o Império intacto, ainda mais porque em Londres residia um governo que revia os papéis das Potências europeias e suas intenções em relação ao Reino Unido. Com o início da Primeira Guerra Mundial, na qual os formidáveis antagonistas oitocentistas (Reino Unido, Rússia e França) uniram-se em uma aliança contra o Império Alemão e Constantinopla, ao aliar-se ao militarismo prussiano do Kaiser, tornou-se um inimigo, a ordem dos fatores alterou o produto: com a declaração de guerra contra os otomanos, a fórmula de preservação do “tanto quanto possível” foi abandonada oficialmente pelo Reino Unido. Não obstante, isto não significava que o sultanato otomano deveria deixar de existir após o conflito e as alianças secretas entre os Aliados ocuparam-se em reparar aquilo que seria retirado do sultanato, acima de qualquer coisa. Das chancelarias e gabinetes locais, Londres, Petrogrado, Paris (e, posteriormente, Roma), definiram entre si seus desejos territoriais daquilo que um sultão derrotado e inerte somente poderia assentir em conceder.

Ao final da guerra, em 1918, o rendido Império Otomano observou a aplicação prática dos compromissos alçados por estas alianças e o jogo de preferências para o pós-guerra encontrou a realidade, vislumbrada durante o conflito, para se fazer efetivo, uma realidade que, por sinal, se mostrou muito mais complexa do que as linhas otimistas e distantes riscadas a partir de 1915. Porém, as coisas deveriam, para a “paz otomana”, seguir a filosofia destes acordos, culminando em um natimorto Tratado de Sèvres, em 1920, muito distante da realidade prática dos eventos. Este tratado, assinado em agosto do mesmo ano por Constantinopla, preservaria o sultanato como forma do Estado – ou seja, não extinguiria a dinastia vigente –, transformando o “Império Otomano” em um “Império Turco”, já que a filosofia foi restringir o sultão às áreas territoriais “turcas”. Porém, desde meados do ano de 1919, um movimento de resistência nacionalista já se opunha às linhas que seriam impostas no tratado e, eventualmente, o Tratado de Sèvres teve de ser substituído pelo Tratado de Lausanne, em 1923, mesmo ano em que os nacionalistas vitoriosos declararam uma república.

Tendo isto em vista, este trabalho almeja perceber e responder se o governo britânico simplesmente considerava que, ao final da guerra, o derrotado Império Otomano seria mantido como um sultanato ou não. Para isto, foi analisado o período entre 1914 e 1920, da declaração de guerra à assinatura de Sèvres, no qual se buscou perceber quais os possíveis projetos e opiniões Londres tinha em relação ao futuro do molde estatal do Império, com enfoque nas negociações secretas entre 1915-1917 e o processo de negociação de tratado de paz 1918-1920¹.

Neste sentido, este trabalho baseia-se majoritariamente na documentação britânica, sendo nossas fontes primárias essenciais os documentos emitidos pelo Conselho de Ministros e Ministério de Relações Exteriores do Reino Unido (respectivamente conhecidos como “The Cabinet Papers” e “The Foreign Office Papers”), os quais, antigamente secretos e credibilizados pela historiografia do período, dão maior confiabilidade à análise do processo decisório, opiniões e ações britânicas no período².

¹ Nosso limite temporal conclui-se em Sèvres, pois se constatou que após sua assinatura todo um novo capítulo na história das relações anglo-otomanas (ou, talvez, já “anglo-turcas”) se iniciou, o qual, em si, é vasto demais para os limites desta dissertação; isto é, o de tentativa de forçar com as linhas dispostas no tratado fossem efetivadas na prática. Não se observou, também, que no período entre Sèvres e Lausanne o governo britânico tenha cogitado rever o imbróglie que se instaurara pela ótica de uma reforma do Estado.

² Uma possibilidade interessante seria analisar a questão da perspectiva otomana, porém nosso desconhecimento do idioma turco-otomano não nos permite a execução de tal tarefa de maneira adequada.

Nosso foco, portanto, esteve nas patentes mais altas do governo britânico, sem desconsiderar, quando oportuno, a opinião de funcionários locais à serviço das ordens londrinas, devendo-se pontuar, ainda, que, por este se tratar de um trabalho que prioriza o ponto de vista britânico, os interesses e opiniões das outras nações Aliadas foram tratados de maneira subsidiária.

Ao final, conclui-se que Londres, assim como seu aliado mais imediato no período, a França; considerava a continuidade do sultanato como fato natural dentro do “processo de paz”, sem alterações em sua estrutura do Estado, uma vez que a continuidade de certos fatores era desejável. Ademais, não parece ter havido planejamento para uma reforma do Estado otomano que viria juntamente com a assinatura do tratado de paz e os próprios nacionalistas turcos, em um movimento com destaque à figura de Mustafá Kemal, não detinham, no período em questão, um programa oficial que defendesse a reforma do Estado otomano para uma república – pelo contrário, defendiam a continuidade do sultanato.

Esta dissertação está organizada em três capítulos. O primeiro capítulo analisa a solidificação da política britânica para a preservação e integridade do Império Otomano a partir da Guerra da Crimeia, enfatizando o papel de seu maior expoente, Lorde Palmerston. A partir disso, as interações de outros três primeiros-ministros (Benjamin Disraeli, William Gladstone e Lorde Salisbury) com tal política são enfatizadas, pontuando suas interferências e contribuições, ao passo que os eventos do século XIX se sucederam. Nota-se um desequilíbrio ao longo deste século em relação à força deste “compromisso” por parte das ações britânicas e um declínio de sua estrita necessidade (o que não significa abandono) às portas do século XX. A parte final deste capítulo demonstra a deterioração das relações anglo-otomanas às vésperas da eclosão da “guerra otomana”, uma vez que as preferências essenciais do governo vigente de Herbert Asquith pareciam outras.

O segundo capítulo mostra que, apesar do abandono da “fórmula” de integridade, o governo não tinha planejado o que isto poderia acarretar ou significar e, com isso, o Conselho foi “puxado” a considerar suas prioridades territoriais otomanas do pós-guerra por seus Aliados. Denota-se o processo de definição destes desejos e seu choque com a realidade prática de demandas já definidas ou exigindo definição imediata, que vinham de Paris e Petrogrado, em um processo que culminou no Acordo de

Constantinopla (1915) e na interação de comunicação diplomática entre os três aliados comumente chamado de “Tratado Sykes-Picot” (1916). A entrada italiana para o lado Aliado no conflito é também destacada, uma vez que introduziu um novo fator dentro dos acordos secretos que seria perdurante, e o capítulo encerra-se a mostrar a surpresa causada em Londres pelas aproximações de paz, em 1918, por parte do Império Otomano, desembocando no apressado Armistício de Mudros.

O terceiro capítulo foca no tortuoso processo de negociação que se sucedeu após a assinatura do armistício, enfatizando as discussões intragovernamentais do Conselho de Ministros britânico e do Supremo Conselho Aliado nos anos de 1919 e 1920, anos de ocorrência das Conferências de Paz de Paris e da Conferência de Londres. Com isso, intenta-se captar a percepção britânica em relação à continuidade do Império Otomano como um sultanato ou não e como as conversações destes anos refletiram no Tratado de Sèvres. Enfatiza-se o caráter distante que o texto do tratado, finalizado em maio de 1920, tinha com a realidade dos eventos ocorrendo na chamada Anatólia e como a mentalidade dos ministros britânicos, sem deixar de lembrar o que o movimento nacionalista turco exportava como “demanda”, considerava a situação na “Turquia”.

1 UM HISTÓRICO DAS RELAÇÕES ANGLO-OTOMANAS: DO SÉCULO XIX AO ROMPIMENTO EM 1914

O século XIX foi marcado por um antagonismo entre o Império Britânico³ e o Império Russo no âmbito das Relações Internacionais. Após terem sido aliados na derrocada das Guerras Napoleônicas, os interesses dos dois impérios passaram a, progressivamente colidir. A Rússia projetava-se na direção de progressivamente conquistar novos territórios europeus ou asiáticos, guiada por uma antiga doutrina política de expansionismo territorial que lhe incentivava a possuir o máximo possível de saídas marítimas,⁴ sendo o acesso ao Mar Mediterrâneo, neste sentido, algo que lhe brilhava aos olhos. O Reino Unido, por sua vez, buscava consolidar suas linhas de navegação, que integravam um já vasto Império – e que se estenderiam ainda mais após a consolidação de seu domínio da Índia. Mas, além disso, como um país ancorado no comércio marítimo requer livre circulação pelos mares do globo, o domínio de pontos estratégicos era, aos olhos britânicos, imperativo⁵.

O estrategicamente localizado Império Otomano⁶, ligando a Europa e Ásia, parecia ideal aos interesses de ambos os países, ainda mais a partir do momento em que o Reino

³ Apesar desta nomenclatura ser a mais correta para expressar a totalidade de posses sob o nome do monarca britânico, no decorrer deste trabalho daremos preferência ao termo “Reino Unido” quando nos referirmos ao Império Britânico. Mesmo que, conceitualmente falando, tal termo refira-se apenas à união de Inglaterra, Gales, Escócia e Irlanda sob uma mesma Coroa, ele é comumente aceito como um sinônimo de “Império Britânico” – assim como o termo “Inglaterra” também o é. Nosso intuito principal com esta escolha é deixar a diferença de cada país soberano mais evidente ao longo da narrativa e evitar confusões; afinal, estamos tratando também de outro Império, o otomano – mas também podemos dar o exemplo da “Índia Britânica”, muitas vezes referida, por diferentes autores, como “Império Indiano”. Ademais, como se poderá perceber no decorrer deste trabalho, o “Império Britânico” em si tinha suas dificuldades para funcionar de modo harmônico e de acordo com uma mesma lógica política.

⁴ FROMKIN, David. “The Great Game in Asia”. *Foreign Affairs*, 1980.

⁵ Não à toa, o Reino Unido, da segunda metade da década de 1810 em diante, já detinha dois dos – pelo menos – quatro pontos mais estratégicos do Mar Mediterrâneo: Gibraltar, à entrada e anexado em 1703; e Malta, ao centro, adquirido em 1815 (PEARCE; STEWART, 2002, p. 142). Os outros dois pontos, monopolizando o leste, Chipre e Alexandria seriam assegurados no fim do século XIX. O passar do século XIX denotou o aumento de pontos estratégicos sob domínio ou influência do Reino Unido: o canal de Suez; o porto de Aden (1839), e o Kuwait (1899). No início do século XX, quase toda a costa da Península Arábica estava sob influência britânica, faltando apenas a parte pertencente aos otomanos – basicamente o Hejaz – para completar o “arco”.

⁶ Vale fazer uma observação quanto à nomenclatura referente a este império que esta dissertação adotará adiante. Ao longo do século XIX, era bastante comum que governantes e funcionários britânicos se referissem ao sultanato otomano simplesmente como “Turquia” e, de fato, como será visto ao longo deste trabalho, muitos documentos diplomáticos britânicos deste século em diante se referem ao Império Otomano deste modo. Todavia, por se tratar de um império multiétnico (pelo menos em nome), preferimos relegar o termo “Turquia”, já que os declarados “turcos” eram apenas uma das etnias integrantes do Império Otomano. Além disso, o leitor também deve notar menções a este império por meio da citação do nome “Sublime Porta”, que fazia referência à entrada física da sua sede de governo em Constantinopla. “Sublime Porta”, ou simplesmente “Porta”, era também uma forma comum de se referir ao governo otomano. Como última consideração, o leitor deve ter em mente que o Império

Unido começou a cristalizar seu domínio do Mediterrâneo. A Porta detinha o controle dos estreitos de Bósforo e de Dardanelos⁷, os quais permitiam a ligação entre o Mar Negro, onde havia uma costa russa, e o Mediterrâneo; e, não por acidente, Constantinopla, sua capital, era um centro de importância comercial secular. Pode-se adicionar que conforme a rivalidade entre Rússia e Reino Unido foi se severizando, ao longo dos séculos, estes Estreitos teriam aumentada sua intrínseca importância militar: em caso de guerra, quem detivesse seu controle, poderia atacar e imobilizar o seu adversário; os russos, por exemplo, poderiam partir do Mar Negro e destruir a frota britânica no Mediterrâneo e, ao mesmo tempo, cortar um muito importante ponto das linhas imperiais. Os britânicos, por sua vez, não poderiam retaliar atacando a costa russa no Mar Negro porque os Estreitos, controlados pelos russos, se fechariam para eles. Pode-se perceber, portanto, o grau de importância em deter o domínio de Constantinopla, seja militarmente ou por influência à figura do autocrata sultão otomano.

Não apenas por isso, o Império Otomano começou a ser visto como um item essencial, dentro da mentalidade britânica, para manutenção do equilíbrio entre os Grandes Poderes⁸, os quais entrariam em um conflito bélico sem precedentes pelos espólios otomanos, caso o sultanato deixasse de existir – algo que poderia, portanto, ameaçar a segurança da própria Europa Ocidental. Por isso, aos poucos, uma prática de tutela britânica ao Império Otomano começou a existir e naturalmente transmutou-se numa política externa de preservação da existência do sultanato, a qual, ao longo do século XIX, teria seus “altos e baixos”. Neste sentido, quatro governantes britânicos se

Otomano era oficialmente um “sultanato”, no qual um sultão, de modo geral, governava unilateralmente; isto é, uma espécie de Estado monárquico, imperado pela dinastia Osmali, no qual o “mandatário” era sucedido por um membro de sua família, mas não necessariamente um herdeiro direto. Um sultanato não significava um califado, já que a figura do sultão, por si só, não era religiosa; porém, durante muitos anos, inclusive durante o século XX, o sultão era também o califa do Islã. Para informações iniciais e variadas acerca do Império Otomano, conferir “Encyclopedia of the Ottoman Empire” (2009), organizada por Gábor Ágoston e Bruce Masters.

⁷ O Estreito de Dardanelos conecta o Mediterrâneo ao Mar de Mármara, o qual, por sua vez, é uma espécie de ligação ao Estreito de Bósforo ao norte, que liga Mármara ao Mar Negro. Constantinopla (hoje Istambul) localizava-se bem na entrada do último estreito, não à toa também referido, em dias atuais, como “Estreito de Istambul”.

⁸ “Grandes Poderes” (ou somente “Poderes”) era o entendimento dado a um grupo de países considerados grandes potências mundiais. Geralmente, os considerados “Grandes Poderes”, na maior parte do século XIX, eram: Reino Unido, Rússia, França, Áustria-Hungria e Prússia. No último terço do século, o unificado Império Alemão tomou o lugar da Prússia e esta composição se manteve até o início da Grande Guerra – é, todavia, possível considerar o Reino da Itália como um Poder às vésperas de tal conflito.

envolveriam, com posturas, interpretações e até objetivos diferentes, com a política preservacionista. O primeiro deles acreditava especialmente nela.

1.1 De Palmerston a Salisbury: significados e objetivos da política de preservação do Império Otomano

O mais fervoroso defensor da política de preservação do Império Otomano foi certamente Lorde Palmerston⁹. Intercalando um período de 35 anos como Secretário de Relações Exteriores e como primeiro-ministro, a ocupação destes cargos por Palmerston implica dizer que, desde 1830, o Reino Unido emergiu como aliado e mentor do Império Otomano¹⁰, protegendo-o de ameaças internas e externas, e buscando, tanto quanto possível, evitar ou minimizar suas perdas territoriais¹¹.

Os resultados da Guerra da Crimeia¹², oficializados em Paris, denotam bem esta lógica de perdas e ganhos, assim como o envolvimento britânico no conflito denota a preocupação para com a preservação da existência otomana. Numa aliança com a França¹³, o Reino Unido postou-se no lado otomano do conflito contra os russos, em um envolvimento financeiro e militar que se mostrou decisivo para uma conclusão vitoriosa. Nos desfechos da guerra, quando a Rússia já estava virtualmente batida¹⁴, a perseverança britânica de garantir uma neutralização minimamente duradoura do perigo russo à integridade otomana mostrou-se tão convicta que Sevastopol foi capturada e a base naval russa no Mar Negro destruída¹⁵. Não surpreendentemente, um recém-empossado Palmerston confessou ao Secretário de Relações Exteriores britânico:

⁹ Nascido Henry Temple e posteriormente nomeado 3º Visconde de Palmerston. Foi secretário de Relações Exteriores três vezes: entre 1830-1834; 1835-1841 e 1846-1852. Também foi primeiro-ministro por duas vezes: a primeira entre 1855-1858 e a segunda entre 1859-1865 (em todos estes mandatos esteve ligado ao liberal Partido *Whig*). Palmerston é comumente associado como político que estabeleceu os moldes da política preservacionista, defendia especialmente o ponto, conhecido por nós, de que o Império Otomano era essencial para a balança de poderes. Faleceu em 1865, quando seu último mandato como premiê ainda estava em exercício.

¹⁰ Mesmo nos intervalos em que Palmerston não integrou o governo, os ministros conservadores, opositores políticos, dificilmente divergiram deste posicionamento.

¹¹ Quanto aos “perigos exteriores”, não somente a Rússia, como também a França, eram vistos como as principais ameaças à existência do Império Otomano. Napoleão III, informa Steele (2014), chegou a propor a Palmerston, mais de uma vez, a divisão do frágil sultanato entre as potências europeias.

¹² Iniciada em 1853 e indo até 1856. Palmerston tornou-se premiê quando a Guerra estava em andamento, e ocupou a cadeira nos dois últimos anos do conflito. Portanto, não fora ele o primeiro-ministro que colocou os britânicos no conflito e neste período não esteve à frente do ministério de Relações Exteriores.

¹³ Vale lembrar que o envolvimento de Reino da Sardenha nesta aliança.

¹⁴ A esta altura os russos já tinham sido expulsos dos principados otomanos.

¹⁵ Garantia-se, então, pela força, que a Rússia não manteria, por tempo considerável, acesso à Constantinopla via-Mar Negro.

"Fomos à guerra não tanto para manter o sultão e seus muçulmanos na Turquia, mas para manter os russos fora da Turquia"¹⁶.

Oficializando a paz, o “Tratado de Paris” foi assinado em 30 de março de 1856. O texto do acordo afirmava que os signatários¹⁷ reconheciam e aceitavam o Império Otomano, até então fora, como membro submetido ao “Concerto Europeu” e prometiam empenhar-se em respeitar a integridade e a independência otomanas de tal maneira que igualmente garantiam que qualquer tendência à violação deste princípio seria encarada como interesse de todos. Além disso, reconheciam que passavam a não ter o direito de interferir, coletiva ou individualmente, nas questões internas do Império, fossem elas administrativas ou referentes à relação da Porta com seus súditos. Este que quesito, por sua vez, andava de mãos dadas com uma afirmada “disposição” do sultão em fazer melhorias à condição dos cristãos otomanos e em promover uma série de reformas administrativas, mas nada disso estava realmente assegurado pelo texto do Tratado¹⁸. O acordo igualmente garantiu ganhos territoriais aos otomanos de antigas posses russas, ainda que reduzisse a autoridade do sultão na Sérvia, na Valáquia e na

¹⁶ STEELE, David. “Three British Prime Ministers and the Survival of the Ottoman Empire, 1855-1902”, *Middle Eastern Studies*, 2014, p. 45.

¹⁷ Os representantes de cada país foram: pelo Reino Unido, George Villiers (ou 4º Conde de Clarendon) e Henry Wellesley (ou 1º Conde de Cowley); pela França, Alexandre Florian Joseph e Francis Adolphus; pela Rússia, Conde Orloff e Barão Brunnow; e pelo Império Otomano, Aali Paxá e Djemil Bey. Como o Reino da Sardenha, o Império Austríaco e o Reino da Prússia também foram signatários, seus respectivos representantes foram: Conde de Cavour e Marquês de Villa-Marina; Conde de Buol-Schauenstein e Barão de Hübner; e Edwin von Manteuffel e Maximilian von Hatzfeldt.

¹⁸ MET (vol. II). “General Treaty of Peace Between Great Britain, Austria, France, Prussia, Russia, Sardinia, and Turkey”, Paris, 30/03/1856, pp. 1250-1265. A respeito deste direito de não-interferência formalmente concedido, o sultão Abdul Mejide I “garantia”, em retorno, “boas intenções” aos seus súditos cristãos, aludindo a uma relação já problemática, e mencionava um *Firman*, por ele expedido, em 18 de fevereiro. Nota-se, portanto, que no texto do Tratado de Paris o sultão não dava nenhuma garantia real e formal de melhoria das condições dos cristãos – o *Firman*, em si, fazia, de fato, referências a isto, mas ele não era parte integrante do Tratado. Para acessar tal documento, uma espécie de decreto real, conferir MET (vol. II), p. 1243-1249. Poucos dias após a assinatura, no dia 15 de abril, Reino Unido, França e Áustria selaram um curto acordo por meio de seu primeiro artigo, declarava a garantia severa de integridade e independência do Império Otomano. Em adição, o segundo artigo determinava que o caso de qualquer infração ao acordado no Tratado de Paris seria considerado *casus belli*. Para consulta ao texto deste documento assinado em Paris, conferir MET (vol. II), p. 1280-1.

Moldávia¹⁹; e formalizou a forçosamente obtida neutralização russa no Mar Negro, dando, aos britânicos, salvaguardas e “controle” dos Estreitos²⁰.

Por meio deste acordo, as “vitórias” otomanas, eram, portanto, vitórias britânicas: a conjuntura de um Império Otomano fortalecido e resguardado, a menos formalmente, garantiria por algum tempo a continuidade de sua própria existência. Em outras palavras, estas vitórias em Paris podem ser consideradas o mais alto louro do empenho de Palmerston para com a política preservacionista, a qual, por sua vez, foi, nos anos futuros, entendida e assimilada pelos governos britânicos como básica. Todavia, a essencial sobrevivência concedida ao continuamente periclitante Império Otomano, com o desfecho em Paris, duraria por volta de duas décadas: a Rússia, não tendo conseguido chegar a seu objetivo final de guerra, Constantinopla, não iria, evidentemente, conformar-se com um *status quo* baseado nos termos do Tratado de Paris. Um bom pretexto para, ao menos, redefinir este status veio quando a Questão Oriental²¹ ressurgiu em 1875, envolvendo cristãos bósnios²².

1. 1. 1 Os desdobramentos pós-Paris

A brecha jurídica do Tratado de Paris, ao não deter qualquer forma de garantia real quanto às reformas políticas imperiais, havia, no mínimo, auxiliado para que, nos anos seguintes, a atitude da Sublime Porta em relação a seus súditos cristãos não tivesse realmente melhorado. Justamente nesse sentido, quando protestos de cristãos na Bósnia

¹⁹ O que pode ser considerado, na verdade, uma perda “escusa” destes territórios, já que o Império Otomano já “funcionava” numa dinâmica de controle por autogovernos, por assim dizer; e, portanto, reduzir ainda mais sua autoridade em tais regiões era referendar uma realidade “independente” ou, ao menos abrir um flanco para tal – mesmo que Sérvia, Valáquia e Moldávia permanecessem legalmente como otomanas. De fato, como o transcorrer dos anos denotou, estas e outras regiões caminharam progressivamente rumo às suas independências formais.

²⁰ O artigo XI afirmava que o Mar Negro, daí por diante, estaria total e perpetuamente neutralizado para quaisquer movimentações de guerra, não importando a procedência do beligerante (isto é, se detivesse costa ao Mar ou não) – algo que não se aplicava, evidentemente, aos navios comerciais. Analogamente, o artigo XIII determinava que não deveriam ser mantidos ou criados arsenais militares ou marítimos na costa do Mar Negro, disposição tal que otomanos e russos empenhar-se-iam a respeitar (ainda que tivesse sido acordado que Sevastopol voltaria ao controle russo). É importante igualmente frisar que, de acordo com o artigo XIV, a resolução de uma Convenção, assinada e localizada no mesmo dia, teria a validade como se fosse parte do Tratado, o qual não poderia ser mudado ou anulado sem consentimento dos outros signatários. Tal Convenção acordava que daí em diante o Império Otomano manteria o posicionamento de que os estreitos de Dardanelos e Bósforo estariam fechados a navios de guerra estrangeiros caso o Império Otomano, em tal ocasião, se encontrasse fora do conflito em questão – algo que os mesmos signatários do acordo principal se comprometiam a respeitar.

²¹ Nome associado a episódios que referenciassem o declínio e possível colapso do Império Otomano na Europa.

²² Levando em conta o âmbito legal, a esta altura, a Rússia já havia conseguido parcialmente reverter algo do disposto em Paris, com o Tratado de Londres de 13 de março de 1871.

e Herzegovina explodiram, em agosto de 1875, os Poderes europeus esbarravam no fato do Tratado de Paris garantir a não-intervenção estrangeira nos assuntos otomanos. Mesmo assim, mantiveram uma postura de pressão ao sultão por reformas institucionais, ao passo em que o governo britânico, por sua vez, exercia pressão por meio do argumento de que as reformas imperiais – desejadas por todos – não deveriam ocorrer por meio da coerção.

A prática de pressão continuou: os governos da Rússia e dos recentes Império Alemão e Império Austro-Húngaro – a esta altura aliados políticos²³ – emitiram um comunicado oficial, depois conhecido como “Nota Andrassy”, à Sublime Porta em 31 de janeiro de 1876. O conteúdo da Nota demandava reformas: o fim do sistema de coleta tributária descentralizado (na lei e na prática); a revisão imediata da taxaço das províncias (assim como o direcionamento de parte das receitas coletadas de uma província para a própria província); o estabelecimento de uma liberdade religiosa completa dentro dos territórios imperiais (incluindo algum movimento em direção à igualdade religiosa perante os tribunais otomanos); a melhoria da condição da população rural; e que o governo organizasse um esquema para a eleição de uma comissão mista de cristãos e muçulmanos locais, a fim de que esta dirigisse a execução das reformas²⁴. O Reino Unido – ainda que com ressalvas²⁵ – e a França aderiram à Nota.

Apesar das promessas otomanas de realizar as reformas propostas pelos termos da nota²⁶, o passar dos dias não confirmou a melhoria na situação e não tardou para Rússia, Áustria-Hungria e Alemanha lançarem um novo documento conjunto. O “Memorando de Berlim”, bem mais assertivo em relação à Nota Andrassy, foi finalizado em 13 de maio de 1876 e no mesmo dia foi enviado aos britânicos, requerendo sua atenção e possível adesão. Em suas palavras, para apaziguamento efetivo da insurreição religiosa bósnia, alguns pontos deveriam ser realizados com urgência, com os poderes europeus exercendo maior pressão sob a autoridade do sultão quanto às reformas prometidas. Neste sentido, propunha que um armistício de dois meses fosse celebrado entre a Porta e os rebeldes, a fim de se estabelecerem, durante tal ínterim, negociações entre as partes.

²³ Esta aliança de cooperação, selada em 1872, é regularmente nomeada “Dreikaiserbund”.

²⁴ MET (vol. IV). “Despatch from Count Andrassy to Count Beust, respecting the Insurrection in Bosnia and Herzegovina, and proposed Reforms”, Budapeste, 30/12/1875, p. 2418-2430.

²⁵ MET (vol. IV). “British Reply to the Andrassy Note respecting Reforms in Bosnia and Herzegovina”, Londres, 25/01/1876, p. 2430-2440.

²⁶ MET (vol. IV). “Turkish Reply to the Andrassy Note, respecting proposed Reforms in Bosnia and Herzegovina”, Constantinopla, 13/02/1876, p. 2441-2443.

Estas negociações deveriam se basear, essencialmente, em cinco “pontos de partida”²⁷: 1) fornecimento de materiais, por parte otomana, para reconstrução de igrejas e moradias aos refugiados em retorno, assim como a garantia temporária de sua subsistência; 2) que o comissário otomano, a quem pertenceria essa distribuição de ajuda, consultasse a Comissão Mista (prevista na nota Andrassy) quanto às medidas a serem tomadas, a fim de garantir a aplicação com boa-fé das reformas; 3) concentração de tropas otomanas em certos pontos a serem acordados, a fim de evitar quaisquer colisões; 4) muçulmanos e cristãos deveriam manter suas armas; 5) que cônsules ou delegados dos Poderes deveriam manter uma vigilância quanto à aplicação das reformas em geral, e em particular os passos em relação à repatriação²⁸.

A esta altura, o primeiro-ministro britânico era o conservador Benjamin Disraeli²⁹, um político fortemente ligado à política de preservação otomana e, portanto, sempre atento à ameaça russa. Não surpreende, portanto, que durante seu governo a política preservacionista tenha se intensificado e que o Memorando de Berlim não tenha sido apoiado por Londres. Em telegrama datado de 19 de maio de 1876 e endereçado ao embaixador britânico na Alemanha, Odo Russell³⁰, o Secretário de Relações Exteriores, Edward Henry Stanley (ou “Conde de Derby”)³¹, rejeitava a adesão a todos os pontos propostos. Se todo o teor do telegrama já era visivelmente pró-otomano, o posicionamento em favor da Porta ficou especialmente claro na seção do documento que comentava a proposta de armistício de dois meses:

"Em primeiro lugar, parece ao governo de Sua Majestade que ele não teria razão em insistir ao consentimento da Porta a um armistício sem saber se a situação militar admitisse sua existência sem prejuízo ao governo turco e sem tornar necessário o exercício de maiores esforços na renovação da campanha, um conseqüente prolongamento da luta. Além disso, a fiel observância do armistício por ambos os lados teria que ser garantida, já que a Porta não poderia ser chamada a suspender as operações contra os insurgentes enquanto a insurreição estivesse recebendo apoio da Sérvia e de Montenegro, e os insurgentes fortalecendo sua posição, recrutando suas forças e obtendo armas

²⁷ Que já tinham sido, de antemão, elaborados pelos próprios bósnios e endossados pelos formuladores do memorando.

²⁸ MET (vol. IV). “Memorandum of the Views of Austria-Hungary, Germany, and Russia, on the Affairs of Turkey, and on the proposed Basis for the Pacification of Bosnia and Herzegovina”, Berlim, 13/05/1876, p. 2459-2463.

²⁹ De origem judaica, Disraeli já havia liderado o Tesouro em diferentes ocasiões entre os anos 1850 e 1860 e sido primeiro-ministro entre fevereiro e dezembro de 1868. Seu segundo mandato fora iniciado em 1874 e perdurou até 1880. Há tempos era ligado ao Partido Conservador.

³⁰ O final deste telegrama detinha uma autorização ao embaixador para, caso quisesse, expressá-lo ao chanceler alemão Otto von Bismarck.

³¹ Mais especificamente, 15º Conde de Derby. Ocupou o cargo até 1878 e é geralmente citado pela historiografia simplesmente pelo seu título, mas preferimos utilizar seu nome de nascença para evitar confusões.

e suprimentos. O mero fato da insurreição permanecer não suprimida provavelmente lhe daria vitalidade adicional, e o resultado de um armistício pode, portanto, levar a uma rejeição de quaisquer demandas que a Porta possa razoavelmente admitir e, portanto, mais dificultar do que avançar as perspectivas de pacificação. Ao mesmo tempo, o governo de Sua Majestade não aconselharia a Porta a não aderir a um armistício, caso o governo turco considerasse que a posição política e militar o admitisse, e o resultado provavelmente seria benéfico; embora, em vista das objeções que eu mencionei e outras de caráter similar que prontamente ocorrerão a Vossa Excelência, o governo de Sua Majestade não vê justificativa em recomendar isto à Porta, ainda menos em insistir em sua aceitação”³².

O governo britânico, superficialmente, afirmava que as reformas estruturais do Império Otomano não deveriam ser alcançadas pela coerção, mas, ao fundo, Disraeli enxergava que o Memorando, se posto em prática, significaria a desintegração imperial e, portanto, estava disposto a fazer com que os otomanos o rechaçassem. O primeiro-ministro não poderia ter sido mais claro quanto à importância da manutenção da integridade e independência otomanas quando revelou à rainha Vitória:

“A frota de Sua Majestade não foi ordenada ao Mediterrâneo para proteger cristãos ou turcos, mas para sustentar o Império de Sua Majestade. Se Vossa Majestade sancionasse o Memorando de Berlim, Constantinopla teria sido, neste momento, guarnecida pela Rússia e a frota turca colocada sob proteção russa”³³.

A defesa britânica da posição política otomana não foi, todavia, suficiente para evitar um conflito. A violência entre otomanos e cristãos balcânicos não cessou e um massacre de búlgaros insurretos, em maio de 1876, por parte otomana, foi perpetrado. Nesse contexto de entrevero contínuo, Sérvia e Montenegro declararam guerra ao Império em julho de 1876, com a Rússia logo declarando-lhes simpatia – o que não simbolizava, afirmava-se aos britânicos, nenhum tipo de gana a ganhos territoriais, mas sim reformas no sistema otomano em relação à situação dos cristãos nos Balcãs³⁴. O *czar* Alexandre II chegou a afirmar ao embaixador britânico em São Petersburgo que seus olhos não

³² MET (vol. IV). “British Reply to the Berlin Memorandum”, Londres, 19/05/1876, p. 2465.

³³ SETON-WATSON, R.W. *Disraeli, Gladstone and The Eastern Question: A Study in Diplomacy and Party Politics*. Londres e Nova Iorque, 2004, p. 35. A arguição de Disraeli à rainha referia-se ao fato do primeiro-ministro ter ordenado o envio da frota britânica à baía de Besika, localizada ao oeste da Anatólia otomana e na costa do Egeu – pouco antes da entrada do Estreito de Dardanelos, portanto – no final de maio do mesmo ano de 1876. Constantinopla deveria ser protegida a todo custo de um possível avanço russo.

³⁴ Aqui, rapidamente pontuemos que o escravismo destas regiões era um fator utilizado pelos russos, também eslavos, para aproximação com os Balcãs otomanos.

estavam, nem minimamente, voltados à Constantinopla ou à Índia: em suas palavras, a crença de que a capital otomana era um severo desejo russo secular era infundada³⁵.

Os britânicos tentaram solucionar essa demanda por via diplomática, liderando iniciativas a uma paz garantida do conflito. Uma conferência em Constantinopla chegou a ser arranjada³⁶, mas foi finalizada, em 20 de janeiro de 1877, sem acordo algum: os otomanos rejeitaram todos os esquemas de reformas a eles propostos. Esgotando-se a via diplomática, não tardou para a Rússia declarar guerra ao Império Otomano em abril do mesmo ano, concretizando um movimento que já vinha sendo planejado e secretamente negociado³⁷.

Quando as tropas russas invadiram Adrianópolis³⁸, à uma altura do conflito em que os otomanos já tinham reconhecido a derrota, Constantinopla estava escancarada para dominação e um armistício foi assinado em janeiro de 1878. O governo Disraeli decidiu apostar suas fichas e em 06 de fevereiro o Reino Unido moveu suas frotas para o Mar de Mármara, atravessando o Dardanelos e ficando abaixo do Bósforo: se os russos avançassem, encontrariam a oposição da potente frota britânica. Tropas indianas também foram deslocadas para Malta³⁹. Os termos do Tratado de Santo Estevão, que

³⁵ MET (vol. IV). “Despatch from Lord A. Loftus, giving an Account of a Conversation with the Emperor of Russia at Livadia, respecting the Affairs of the East”, Yalta, 02/11/1876, p. 2506-2512.

³⁶ Interessante notar que o secretário, em comunicado oficial, de 04 de novembro de 1876, endereçado aos representantes britânicos em Roma, Constantinopla, Berlim, Viena, São Petersburgo e Paris, usou as palavras expressas de que a conferência buscada pelo governo deveria ter como base a manutenção da integridade territorial e independência do Império Otomano e que os envolvidos no evento se comprometeriam a não buscar ganhos territoriais em proveito da situação nos Balcãs. Os representantes tinham, de acordo com o comunicado, que transmitir essa iniciativa de Sua Majestade aos governos aonde serviam. Para acesso a este documento, conferir MET (vol. IV), p. 2515-7. A isto, podemos complementar com a de Steele (2014, p. 54) de que o representante britânico enviado à convenção, Lorde Salisbury, chegou a Constantinopla com ordens claras de frear o expansionismo russo.

³⁷ Os russos negociaram um acordo secreto com o governo austro-húngaro, ainda durante a conferência em Constantinopla (e também depois, com uma conferência adicional em março), delimitando os interesses territoriais a serem alcançados no desfecho de uma possível guerra com o Império Otomano, além de possíveis desenhos territoriais caso, eventualmente, o Império ruísse. Como mostra F.R. Bridge (2016), a Conferência de Budapeste de 1877 garantiu a neutralidade austro-húngara no possível conflito, assim como sua garantia de prevenir a mediação dos outros Poderes e a aplicação do Acordo de Paris. Foi nesse acordo que os russos permitiram aos austro-húngaros ocuparem a Bósnia quando achassem conveniente, assim como a Áustria-Hungria permitiu ganhos territoriais aos russos na Bessarábia e no Cáucaso. Em todos os casos possíveis, o acordo celebrado entre as partes não tinha interesse em manutenção da integridade territorial otomana. Viena adotou um padrão, ao longo dos anos finais do século XIX, de se resguardar caso o Império Otomano eventualmente ruísse pelas mãos russas, porque temia que, nesta conjuntura, o próximo alvo russo seria o Império Austro-Húngaro – muito por conta de suas populações eslavas. Portanto, para a Áustria-Hungria fazia também sentido preservar o Império Otomano como um “escudo anti-russo” e, não à toa, chegou a selar acordos com o Reino Unido nesse sentido durante o governo Salisbury.

³⁸ A esta altura do século, posse otomana. Atualmente, é nomeada Edirne.

³⁹ Antes mesmo de a Guerra eclodir, com as pressões russas sobre Constantinopla, a possibilidade de envolvimento em uma guerra contra os russos não era ignorada – e não somente pelo primeiro-ministro:

seria assinado entre otomanos e russos em 03 de março, seriam um combustível a mais para não permitir um rearranjo de territórios tal como o lado vencedor exigia⁴⁰. Portanto, caso o *czar* não reconsiderasse, o Reino Unido estaria pronto para uma guerra. A tática do governo Disraeli foi efetiva: sem condições de engajar-se em um novo conflito (e não contra um adversário qualquer) a Rússia capitulou. O novo Secretário de Relações Exteriores britânico, Lorde Salisbury⁴¹ costurou uma resolução diplomática à animosidade e à um possível perigo de guerra contra os russos, esboçando, em maio, um acordo com eles e assegurando, em junho, outro com a Áustria-Hungria⁴².

Abriu-se, então, o caminho para uma grande conferência europeia⁴³, reunida em 13 de junho, em Berlim, no intuito oficial de ratificar os acordos e gerar um tratado de consentimento geral dos Poderes em relação à paz da “Guerra Russo-Turca”⁴⁴ e suas consequências. Após cerca de um mês de reunião em Berlim, um novo tratado foi assinado, selando oficialmente, por reconhecimento dos Poderes, a paz entre otomanos e russos. O Tratado de Berlim, oficializado em 13 de julho de 1878, também permitiu

até liberais sensíveis em Londres falavam em ir à guerra ao lado otomano se o Império não se curvasse às exigências sendo feitas a eles (PEARCE; STEWART, 2002, p. 53).

⁴⁰ O Tratado detinha cláusulas referentes a independências nos Balcãs, numa ampla perda territorial aos derrotados otomanos. O ponto, todavia, que era principalmente inaceitável para os britânicos era referente à Bulgária, que ganhava uma independência *de facto*, mas não *de jure*. Nos termos do tratado, ela era estipulada como um governo autônomo, com um governo cristão e um exército próprio, pertencente ao Império Otomano. Além disso, o acordo estabelecia que Bulgária permaneceria temporariamente com uma guarnição russa, até que uma milícia nacional fosse formada (TRATADO DE SANTO ESTEVÃO. Santo Estevão, 03/03/1878. Disponível online). Em um entendimento estratégico, portanto, os russos, via-Bulgária, teriam o longamente almejado acesso ao Mediterrâneo e mesmo que Constantinopla permanecesse em mãos otomanas esta guarnição russa poderia avançar e toma-la quando quisesse.

⁴¹ Nascido Robert Gascoigne-Cecil, era um experiente político ligado ao Partido Conservador, que já tinha sido, em duas ocasiões, Secretário de Estado para a Índia. Este era seu primeiro-mandato como Secretário de Relações Exteriores, cargo que ocuparia mais, de uma vez, ao longo dos anos. Salisbury também chegou a ser primeiro-ministro, cuja atuação no cargo será relatada mais à frente neste trabalho.

⁴² PEARCE, Malcolm; STEWART, Geoffrey. *British Political History: 1867-2001 – Democracy and Decline*. Londres e Nova Iorque, 2002, p. 154.

⁴³ Na qual o Reino Unido, logicamente, postou-se ao lado otomano – mas não sem ter previamente assegurado seus próprios interesses em relação ao estimado Mediterrâneo. Poucos dias antes da reunião em Berlim, o ministro Salisbury havia indicado o caminho para a negociação e assinatura de um acordo secreto entre o Reino Unido e o Império Otomano, em Constantinopla. Assinado em 04 de junho, tal acordo dava aos otomanos a garantia de apoio britânico na vindoura conferência em Berlim, assim como o de uma proteção do Reino Unido quanto aos seus domínios asiáticos. Em troca, o sultão cedeu a ocupação e administração temporárias do Chipre aos britânicos. Os representantes governamentais signatários foram Safvet Paxá (grão-vizir otomano) e Austen Henry Layard (embaixador britânico no Império Otomano) (MET (vol. IV). “Convention of Defensive Alliance Between Great Britain and Turkey, with respect to the Asiatic Provinces of Turkey”, Constantinopla, 04/06/1878, p. 2722-5). Esta assinatura indica-nos a face mais realista e pragmática que Salisbury detinha em relação à política externa britânica, que veremos adiante.

⁴⁴ Como ficou conhecido o conflito. Como houve, ao longo de séculos, várias guerras entre Rússia e Império Otomano referidas por este nome, vale especificá-lo como “Guerra Russo-Turca de 1877-1878”.

outras disposições, as quais serviram aos interesses britânicos, e, de certa forma, até conseguiram reduzir um pouco do dano territorial inevitável ao Império Otomano.

O anseio russo de uma Bulgária ampliada, nos termos de Santo Estevão, foi apagado, com a parte sul do previsto território restaurada ao Império Otomano. Deste modo, o acesso ao Mediterrâneo conjecturado era eliminado, assim como a possível ameaça à Constantinopla, uma vez que as tropas russas deveriam se retirar. Ademais, a própria Bulgária foi mantida como um domínio otomano, ainda que autônomo. Os ganhos russos no Mar Negro, por sua vez, foram limitados, de maneira que a vital rota de caravana Trebizond-Tabriz continuava como domínio otomano.

Todavia, perdas prévias não foram evitadas: os principados balcânicos da Sérvia, Romênia⁴⁵ e Montenegro, que já há algum tempo funcionavam de modo quase independente, tiveram sua independência reconhecida. O Império Austro-Húngaro recebeu a permissão de ocupar e administrar a Bósnia Herzegovina, por meio de um artigo específico para este assunto, e a Grécia, a partir do disposto no Protocolo 13 do Congresso de Berlim, recebeu, numa retificação de fronteiras – não sem o atraso de um ano –, as possessões otomanas de Tessália e parte de Épiro⁴⁶.

Apesar do Tratado de Berlim ter sido considerado naquele momento, no Reino Unido, um grande triunfo de Disraeli, ele não conseguiu permanecer no cargo de premiê após as eleições de 1880, sendo sucedido por William Gladstone⁴⁷. Um forte cristão anglicano, Gladstone já era conhecido por suas ressalvas ao autocrático regime otomano, cuja figura lhe estava associada a um histórico de perseguição a súditos cristãos, e não à toa assumiu governo em 1880 após uma campanha de condenação à forma de Disraeli lidar com a crise eclodida na Bósnia anos antes, que priorizaria a barbaridade muçulmana do sultão aos “irmãos” cristãos. Certamente a forte

⁴⁵ Tirando a sua região da Bessarábia, que ficou com os russos, algo previsto no Tratado.

⁴⁶ TGET. “Treaty of Berlin”, Berlim, 13/07/1878, p. 332-360; MET (vol. IV). “Protocol No. 12”, Berlim, 05/07/1878, p. 2749-2750; “Protocol of Congress of Berlin, on the suggested Rectification of the Greek Frontier (Epirus and Thessaly), and the proposed Mediation of the Treaty Powers”, Berlim, 05/07/1878, p. 2726.

⁴⁷ Gladstone era um experiente político ligado ao Partido Liberal e que já tivera um mandato anterior como primeiro-ministro. Até 1894, teria mais dois mandatos como primeiro-ministro. Em seu primeiro ministério, entre 1868 e 1874, Gladstone não sacrificou nenhum dos interesses britânicos realmente essenciais. Ao fim, ele concordava com o fato da ameaça russa ser real demais para se ignorar, tanto que apoiou – mesmo com já forte ressalvas aos otomanos – a entrada britânica na Guerra da Crimeia na década de 50. Assim sendo, ele manteve a política de existência otomana como ponto-chave, enfatizando concessões aos cristãos imperiais (STEELE, 2014, p. 44).

religiosidade de Gladstone esteve alinhada com atitudes que mudaram o rumo das relações entre Império Otomano e Reino Unido.

Em outubro de 1880, o primeiro-ministro britânico e os poderes continentais concordaram em cooperar por meio da demonstração de força de suas frotas, as quais foram enviadas aos Estreitos, já que o sultão Abdul Hamid II havia se recusado a pôr em prática as reformas prometidas na Armênia e as mudanças de fronteiras acordadas em relação à Grécia e Montenegro. O Reino Unido tomou a dianteira nesta movimentação e, contrariado, o sultão cedeu⁴⁸. Gladstone, por sua vez, reivindicou o crédito pelo acordo que levou a este movimento, algo que só escancarava, ainda mais, uma dicotomia: enquanto Disraeli usou a coerção naval como artifício em defesa otomana, seu sucessor fazia o extremo oposto com as mesmas peças.

Comportando-se tal como fizera em relação à movimentação aos Estreitos, o primeiro-ministro via que o Reino Unido agia como um agente do Concerto Europeu – conceito ao qual ele era fortemente ligado – “para propósitos de justiça, paz e liberdade”⁴⁹. Além disso, justificando uma resistência ao aprofundamento britânico na máquina estatal otomana e buscando aprofundar um distanciamento do sultanato, Gladstone ordenou que os militares britânicos que agiam como cónsules na parte asiática do Império Otomano, num intuito oficial de promoverem e relatarem o progresso da reforma⁵⁰, fossem retirados de lá.

Aparentemente, Gladstone imaginava que sua abordagem anti-otomana melhoraria as relações britânicas com a Rússia, mas seus efeitos colaterais não trouxeram ganhos práticos neste sentido⁵¹, e mais: ela contribuiu fortemente para o início de uma gradual saída do Império Otomano da esfera de influência britânica para a alemã, um efeito colateral que se mostrou, com o passar de anos, irreversível⁵².

⁴⁸ Tal manobra trouxe as mudanças territoriais requeridas – ainda que com algumas diferenças – e a Grécia e Montenegro receberam territórios otomanos.

⁴⁹ PEARCE, Malcolm; STEWART, Geoffrey. *British Political History: 1867-2001 – Democracy and Decline*. Londres e Nova Iorque, 2002, p. 157.

⁵⁰ A tática, promovida por Salisbury, se pautava na ideia de inserir conselheiros ingleses na administração provincial do sultão na Ásia Menor – com um papel semelhante ao dos residentes nas cortes principescas da Índia.

⁵¹ Pelo contrário, como permitiu que a Rússia, por meio de uma reforma da aliança com a Áustria-Hungria e Alemanha, momentaneamente se concentrasse em uma nova incursão de expansão pela Ásia não tardou para que o governo Gladstone se visse às portas de uma guerra contra os russos no Afeganistão.

⁵² PEARCE; STEWART, op.cit., p. 157.

Todavia, não é indubitável dizer que, a partir do momento em que Salisbury⁵³ assumiu como primeiro-ministro, seu conjunto de ações tenha realmente ajudado a reverter o dano colateral de movimentação do Império Otomano de uma esfera para outra. Tão cristão quanto Gladstone e desde a juventude parlamentar manifestando certo desapego à política preservacionista⁵⁴, Salisbury detinha visões mais pragmáticas quanto ao rumo da política externa britânica.

Ilustrando este entendimento, em seu primeiro e segundo mandatos, buscou não fechar portas a nenhuma das grandes potências europeias, mesmo que visse nos russos e franceses – estes cada vez mais hostis, por conta da invasão britânica do Egito na gestão anterior, e cada vez mais próximos do *czar*⁵⁵ - como as maiores ameaças aos interesses britânicos no cenário internacional. Nesse sentido, tentou um entendimento com a França a respeito do Egito⁵⁶, nutriu boas relações com a Alemanha e selou acordos quanto ao Mediterrâneo com a Tríplice Aliança austro-germano-italiana⁵⁷. Todavia, ele jamais quis selar um envolvimento profundo e imobilizador com nenhum deles; ou seja, ficar preso a um sistema formal de alianças.

O pragmatismo de Salisbury quanto aos assuntos internacionais, todavia, não necessariamente implicava dizer que ele desconsiderava o perigo russo, apenas

⁵³ Ao todo, Salisbury ocupou o cargo de primeiro-ministro por três ocasiões. A primeira, entre junho 1885 e janeiro de 1886 – sendo interrompida por um mandato relâmpago de Gladstone até julho do mesmo ano. A segunda, justamente sucedendo a Gladstone, durou de julho de 1886 até agosto de 1892. A terceira e última, após cerca de três anos de mando liberal (Gladstone, entre agosto de 1892 a março de 1894, e Rosebery, entre março de 1894 e junho de 1895), datou de junho de 1895 à julho de 1902. Na grande maioria dos anos em que ocupou o cargo de primeiro-ministro, Salisbury também ocupou a cadeira de secretário de Relações Exteriores.

⁵⁴ Salisbury estava entre um seleto grupo de membros notáveis do Partido Conservador que se opunha ao envolvimento britânico na Guerra da Crimeia, como um movimento de defesa ao sultanato. Em 1855, em um discurso, o jovem parlamentar defendeu que seria um erro o envolvimento anglo-francês no entrevero à leste: os otomanos deveriam enfrentar sozinhos os russos e, além disso, seria um sinal de hipocrisia e culpa se o Reino Unido se posicionasse contra seu antigo aliado nas Guerras Napoleônicas. Apoiar o sultanato, afirmou, significava também “rebitar as correntes” dos povos cristãos, oprimidos pelo regimento otomano (STEELE, 2014, p. 53). Salisbury nunca deixou de crer que o envolvimento anglo-francês na Crimeia fora um erro.

⁵⁵ A aproximação franco-russa rendeu frutos políticos, e, no início da década seguinte, em 1892, ambos os países oficializaram uma aliança.

⁵⁶ Um acordo para a retirada britânica de lá até foi alcançado, em maio de 1887, após uma complexa diplomacia entre o Cairo, Londres e Constantinopla - já que o Egito ainda era nominalmente otomano, seu sultão deveria ser a parte envolvida. Mas este foi nunca implementado, por recusa da França quanto aos seus termos, que, com auxílio russo, pressionou o sultão a rejeitar o acordo (PEARCE; STEWART, 2002, p. 164).

⁵⁷ Assumidos em 1887, e renovados no mesmo ano. A ideia era preservar o status quo no Mediterrâneo, dado que ainda era buscado não permitir a Rússia em Constantinopla e dado o perigo crescente ao Egito por parte francesa. Estes acordos caducaram em 1897, quando Salisbury recusou-se a renová-los em novos termos, ditados pela Áustria-Hungria, que prenderiam o Reino Unido à uma Aliança (PEARCE; STEWART, 2002, p. 164).

poderiam haver outros modos de contê-lo à parte do Império Otomano. De fato, quando uma rebelião irrompeu na Rumélia Oriental (província otomana criada pelo Congresso de Berlim), logo em seu mandato inicial, a complexidade de seu pensamento realista ficou mais exposta: ali Salisbury demonstrou que não necessariamente estava disposto a preservar o Império Otomano, caso uma alternativa mais eficiente de conter os russos se revelasse.

Os revoltosos da Rumélia, essencialmente búlgaros, levantavam a bandeira de incorporação da província à Bulgária, ainda, no papel, otomana; e o parâmetro de medida do primeiro-ministro, nesta crise, foi justamente os russos. Num primeiro momento, Salisbury manteve-se ao lado do governo otomano de se opor à mudança, todavia, quando ficou claro que os russos eram opostos à união, o premiê mudou o tom: defendeu a vontade dos revoltosos e propôs a união pessoal da região à Bulgária, em um governo a ser regido por um príncipe escolhido – proposta que foi acatada pelos Poderes. Na cabeça de Salisbury, aparentemente naquele momento uma Bulgária alargada parecia ser uma barreira mais eficiente aos russos do que o próprio Império Otomano⁵⁸.

Foi então no seu terceiro mandato que Salisbury mostrou toda sua disposição de quebrar a velha política de preservação em prol de outros interesses. Em meio aos massacres que o sultão Abdul Hamid II estava perpetrando a manifestantes armênios e a uma rivalidade crescente entre as alianças europeias, o primeiro-ministro propôs, nos bastidores, um plano de desintegração do Império Otomano aos Poderes, nos moldes em que cada qual tomaria uma fatia territorial do finado sultanato. Aparentemente, o esquema por ele proposto era que a Rússia ficasse com a Ásia Menor; o Reino Unido com o Chipre e a Mesopotâmia; a Áustria-Hungria com Salônica; e a França com Trípoli. Nesta ordem, os Estreitos ficariam abertos para as marinhas de todas as nações⁵⁹.

Esta fora uma proposta que residia justamente em um temor presente e permanente quanto à possibilidade de um conflito de grande escala entre as potências europeias rivais, o qual seria evitado pela concessão territorial otomana à cada qual: satisfeitas,

⁵⁸ PEARCE, Malcolm; STEWART, Geoffrey. *British Political History: 1867-2001 – Democracy and Decline*. Londres e Nova Iorque, 2002, p. 164.

⁵⁹ STEELE, David. “Three British Prime Ministers and the Survival of the Ottoman Empire, 1855-1902”. *Middle Eastern Studies*, 2014, p. 57.

elas se absteriam de lutar⁶⁰. Em outras palavras, o que Salisbury propôs foi reordenar os fatores da lógica preservacionista: se os moldes da política de preservação, datados de Palmerston, acreditavam que a existência do Império Otomano era essencial para manter o equilíbrio e, portanto, evitar uma guerra sem precedentes por seus espólios, Salisbury propunha, por sua vez, evitar tal conflito não mantendo, mas dividindo o Império em uma ação coordenada entre os Poderes. O premiê, todavia, não recebeu apoio⁶¹ e ele, lamentoso, reconhecia com clareza que não era cabível levar à frente um plano como tal sem um acordo internacional prévio. Anos depois, as suas atitudes em relação ao desfecho da Guerra Greco-Turca de 1897⁶², apenas contribuíram para que o Império Otomano passasse, de vez, para a esfera de influência germânica e para que, cada vez menos, a política de preservação fizesse sentido.

1.2 O novo século e a derrocada final

É evidente que, por ações governamentais ou mudanças de preferências, a influência britânica dentro da Sublime Porta vinha em franca decaída: os otomanos agora tinham um novo Estado de tutela, o Império Alemão, que, por sua vez, intensificava progressivamente sua presença e influência, sejam elas políticas ou econômicas, no Império Otomano. Todavia, isto não quer dizer que a política preservacionista tivesse caducado com o novo século: o perigo russo ainda existia, apesar do Império czarino estar em aparente decadência⁶³.

É notável, todavia, que esta aparente decadência russa dava uma maior despreocupação quanto à necessidade absoluta de manter a política de preservar a integridade territorial do Império Otomano, e naturalmente ela se intensificaria ao passo que as relações entre Rússia e Reino Unido foram cada vez mais se encaminhando à cooperação mútua,

⁶⁰ Ibid., p. 57.

⁶¹ Como revela Steele (2014, p. 57), o Kaiser, por exemplo, entendeu da proposta justamente o contrário: a repartição levaria ao conflito entre as Alianças, em uma guerra que o Reino somente observaria e se beneficiaria da exaustão dos envolvidos.

⁶² O premiê tratou de minimizar as consequências da derrota grega e o poder naval britânico possibilitou que ele insistisse na independência de Creta, sob um governador grego (PEARCE; STEWART, 2002, p. 168).

⁶³ No princípio do século XX, a Rússia passava por uma espécie de crise que enfraqueceu o entendimento britânico que de ela ainda era forte o suficiente para fazer frente a Londres. Dentro desta crise, podemos citar o desfecho melancólico da guerra contra o Japão, um recente aliado britânico. Além disso, vale ressaltar que a Alemanha vinha tomando para si o terreno britânico no âmbito econômico e militar, e, logo, vinha gradativamente tomando o lugar da Rússia como principal antagonista britânico no campo das Relações Internacionais.

especialmente após a assinatura do Tratado Anglo-Russo em 1907⁶⁴. Já tendo se resolvido com a França⁶⁵, e, agora, com a Rússia, os anos seguintes foram consolidando um desapego à política preservacionista por parte britânica, assim como alargaram a crença do governo liberal de Herbert Asquith⁶⁶ de que o Império do *czar* era um amigo no âmbito das relações internacionais. Logo, em 1914, França, Reino Unido e Rússia estariam assinando um acordo de não concluírem a paz separadamente durante o que ficou conhecido como I Guerra Mundial⁶⁷. A deflagração de guerra aos otomanos é o grande fim simbólico da política de preservação da integridade territorial otomana e o estopim para isso partiu de Constantinopla, especialmente pelas mãos de um homem: Enver Paxá.

1. 2. 1 As mudanças decisivas em Constantinopla

O novo século não significou, em Constantinopla, uma melhoria de seu quadro de longa decadência: o Império continuou a perder territórios⁶⁸, encontrava-se completamente atrasado no âmbito econômico e com graves problemas de infraestrutura⁶⁹. Em 1908,

⁶⁴ É como ficou conhecido um tratado entre o governo russo e britânico que encerrou algumas disputas territoriais na Ásia. O destaque maior é o fato de ter tripartido a Pérsia em três zonas, mas também estabelecia as influências no Afeganistão e no Tibet.

⁶⁵ O governo teve uma piora gradativa de relações com a França nas últimas décadas do século XIX muito por conta da invasão britânica do Egito e que culminou em um conflito, em 1896, na região do Sudão. Após a vitória britânica, que concedeu-lhe o domínio do Nilo, acordos foram sendo assinados com a França, que reforçaram um sentimento de cooperação. Esta cooperação foi, já no século XX, associando-se a disposições de auxílio militar mútuo e, portanto, não surpreende que o Secretário de Relações Exteriores, Edward Grey, no dia dois de agosto de 1914, tenha dirigido ao embaixador francês um memorando que afirmava que ele tinha a autorização de seu governo para garantir que, se a frota alemã adentrasse o Canal da Mancha ou o Mar do Norte para atacar navios ou a costa da França, a frota britânica daria toda a proteção possível aos franceses (STD. “Sir Edward Grey to F. Bertie”, Londres, 02/08/1914, p. 17-8).

⁶⁶ Herbert Asquith foi empossado em 03 de abril de 1908 e ficaria no cargo até 1916.

⁶⁷ STD. “Agreement between Great Britain, France, and Russia respecting the War”, Londres, 05/09/1914, p. 19.

⁶⁸ No início do novo século, o Império se envolveu em novos conflitos, que resultaram em novas perdas territoriais. O conflito com os italianos pela Tripolitania e Cyrenaica, no norte africano, resultou na perda total destas possessões para o Reino da Itália, confirmada pelo Tratado de Lausanne de 1912 (ou “de Ouchy”), e a guerra contra a Liga Balcânica, cuja qual os otomanos formalizaram sua derrota, em Londres, no dia 30 de maio de 1913, culminou na cessão aos beligerantes vencedores a posse da maior parte do ainda restante território otomano na Europa Oriental. Nos termos do tratado, os otomanos abriram mão de Creta, das linhas da atual Albânia – assunto a ser assegurado por ingleses, franceses, alemães, russos e austro-húngaros – e da Macedônia otomana. Sem contar que a já praticamente independente Bulgária declarara sua independência nominal em 1908.

⁶⁹ De acordo com Fromkin (2008), em pleno século XX, o atraso estrutural e o grau de fragilidade econômica e de dependência aos europeus do Império Otomano eram abismais. Quando os Jovens Turcos assumiram o poder, em 1913, as comunicações eram um setor extremamente precário, sem contar que o serviço postal otomano dividia espaço com outros europeus. Além disso, em relação aos transportes, o Império mal possuía uma malha ferroviária – a existente era de posse europeia – e tampouco uma rodoviária: em pleno século XX, o principal meio de transporte do império eram as lentas e custosas caravanas e carroças. A industrialização, bem como a mão de obra qualificada, era basicamente

um grupo político emergido de uma sociedade secreta, nomeado Partido dos Jovens Turcos (ou Comitê de União e Progresso), provocou uma revolução dentro do sultanato em 1908, e, em 1913, promoveu um golpe de Estado.

Até este golpe, os revolucionários de 1908 eram conhecidos por não terem tomado o governo, mas sim provocado uma espécie de reforma política, que restaurou a Constituição e o Parlamento otomanos – abolidos pelo sultão Abdul Hamid II em 1878 – e a política partidária. De fato, até 1910, quando o Londres teve acesso a um documento que afirmava que o CUP era um instrumento de uma conspiração judaica⁷⁰, os Jovens Turcos eram bem-vistos pelo Ministério de Relações Exteriores, tanto que Asquith, seis anos depois, admitiu, em discurso ao Guildhall, ter aclamado satisfação com a Revolução de 1908⁷¹. Após o golpe de 1913, os membros mais destacados dos Jovens Turcos, Enver Paxá, Talaat Paxá e Djemal Paxá, assumiram as posições mais importantes dentro do governo otomano, e, na prática, governaram o Império até 1918: Enver assumiu o Ministério da Guerra; Djemal, o governo militar de Constantinopla e, posteriormente, a administração da Síria e Palestina e o Ministério da Marinha; e Talaat, o Ministério do Interior. A figura do sultão, apesar de mantida, já era, a esta altura, uma figura quase que decorativa e cerimonial.

Temerosos de ameaças estrangeiras à integridade do Império, especialmente a russa⁷², e detendo um ambicioso plano de modernização do país que necessitava cortar as amarras da secular interferência europeia nos assuntos e infraestrutura otomanos, o CUP reconhecia que necessitava selar uma aliança oficial como algum Poder, a qual serviria

inexistente; o Tesouro e a Alfândega eram controlados por europeus, como consequência da inadimplência da dívida pública por parte dos governos anteriores – sem contar as chamadas “capitulações”, concessões que davam privilégios econômicos e jurídicos aos europeus dentro do Império. A tudo isto os Jovens Turcos queriam dar um basta.

⁷⁰ Um relatório bombástico relatório secreto, datado de 29 de maio, do embaixador em Constantinopla, Gerard Lowther, revelava que o CUP era, na verdade, comandado por judeus – teoria que foi fortemente aceita no ministério. Este documento fora uma tese elaborada pelo chefe-drogomano da embaixada britânica na capital otomana, Gerald FitzMaurice – uma conclusão hoje sabida como completamente equivocada, pois um dos grandes traços do CUP era a política de privilegiar o elemento “turco” do Império, que segregou todos os outros povos de um império multiétnico e realizou um massacre em massa de, principalmente, armênios, gregos e assírios. É possível encontrar o relatório enviado por Lowther completo em Kedourie (1971). Lowther acreditou plenamente na tese de seu drogomano e continuou a mandar comunicações a Londres corroborando esta tese; conferir, por exemplo, BDOW (vol. X, pt.2). “Sir G. Lowther to Sir Edward Grey”, Therapia, 22/08/1910, p. 01-06.

⁷¹ WAR SPEECHES BY BRITISH MINISTERS: 1914-1916. “Rt. Hon. H.H. Asquith At the Guildhall, November 9, 1916”, Londres, 09/11/1916, p. 134.

⁷² De acordo com Fromkin (2008), também havia rumores de ambições francesas – em principal em relação à Síria –, italianas, austro-húngaras, búlgaras e gregas às territórios otomanos restantes.

para protegê-la política e territorialmente. Portanto, os meses que sucederam o golpe até o ano de 1914, foram marcados pela busca de uma potência protetora.

Quando Enver propôs uma aliança aos alemães, ela foi, inicialmente, recusada: como todas as outras potências a quem a tutela havia antes sido oferecida – Rússia, Reino Unido e França – os alemães não consideraram, à primeira vista, vantajoso aliar-se oficialmente ao decrépito Império Otomano. O Império do Kaiser só foi persuadido a firmar um compromisso em 01 de agosto de 1914⁷³, em troca de dois encouraçados tremendamente potentes, “Reshadieh” e “Sultan Osman I”, comprados do Reino Unido e que estavam, aparentemente, na iminência de serem enviados à Constantinopla – algo que nunca chegou ou chegaria a acontecer⁷⁴. Os otomanos já sabiam de antemão que os encouraçados não seriam enviados quando assinaram o compromisso, mas os alemães só tomaram conhecimento da situação após terem se comprometido. No dia seguinte à assinatura do acordo, o governo otomano ordenou uma mobilização geral de suas tropas, mas observava que se manteria neutro⁷⁵ na I Guerra Mundial, até então somente uma guerra europeia.

Nos próximos meses do resto de 1914, com Londres ainda desconhecendo a aliança secreta germano-otomana, progressivamente as relações entre Reino Unido e Império Otomano, apesar de muita conversação, se deterioravam; especialmente porque navios de guerra alemães, “Gouben” e “Breslau”, pouco depois do acordo com a Porta, haviam sido enviados e repousavam, desde agosto⁷⁶, nos Estreitos. Este era um fato que

⁷³ Dia de assinatura do tratado secreto de aliança. O tratado estipulava que ele duraria até 31/12/1918, data até a qual a Alemanha teria, por força de artigo, de defender o território otomano caso ameaçado, e se necessário por força das armas. O lado otomano comprometeu-se a ficar estritamente neutro no conflito entre a Sérvia e a Áustria-Hungria, só declarando guerra caso a Alemanha fosse obrigada a entrar no combate de acordo com os termos do tratado de aliança que ela já tinha selado com os austro-húngaros. Este ponto é importante porque, se lido literalmente, o acordo isentava os otomanos de entrarem na guerra em outros casos (FROMKIN, 2008, p. 68-9). De fato, um dia depois dessa assinatura, a Alemanha declarou guerra à Rússia, mas não foi obrigada a declarar guerra nos termos do acordo que tinha com os austro-húngaros. Ela na verdade declarou guerra vários dias antes da Áustria-Hungria.

⁷⁴ Winston Churchill, então “Primeiro Lorde do Almirantado” britânico (equivalente ao cargo de Ministro da Marinha), os havia arrestado. Em agosto, Grey expediu um comunicado à embaixada britânica em Constantinopla relatando o interesse britânico em adquiri-los.

⁷⁵ Vontade que os otomanos reiteraram mais de uma vez em conversas com Londres. O embaixador otomano na capital britânica chegou a transmitir um comunicado oficial de seu governo, o qual reiterava estar determinado a “manter uma estrita neutralidade” (MISCELLANEOUS No. 13. “Tewfik Pasha to Sir Edward Grey”, Londres, 13/08/1914, p. 04).

⁷⁶ O Ministério de Relações Exteriores foi informado pela embaixada em Constantinopla em 11 de agosto, de que os dois encouraçados alemães haviam adentrado os Estreitos no dia anterior (MISCELLANEOUS No. 13. “Mr. Beaumont to Edward Grey”, Constantinopla, 11/08/1914, p. 02).

quebrava as disposições dos tratados internacionais anteriormente assinados⁷⁷, já que, como um país neutro, o Império Otomano deveria ou reter ou enviar de volta estes navios. Além disso, no fim de setembro, o Império, em retaliação à detenção e envio de volta de um torpedeiro otomano, por parte da esquadra britânica que patrulhava a saída do Dardanelos, fechou os Estreitos e, pouco depois, os minou, novamente dinamitando sua obrigação, assegurada nos tratados internacionais prévios, de garantir livre passagem a navios mercantes pelos Estreitos.

Estes motivos, todavia, por si sós não foram suficientes para fazer o Reino Unido declarar guerra ao Império Otomano: por mais que estivesse fortemente incomodado, principalmente em relação à contínua presença alemã nos Estreitos e em Constantinopla. Londres ainda insistia em manter a neutralidade otomana⁷⁸, ao passo que buscava assegurá-la por meio de promessas.

Entre agosto e setembro, antes do fechamento dos Estreitos, o Secretário de Relações Exteriores, Edward Grey⁷⁹ expôs o conteúdo das reivindicações britânicas à neutralidade otomana mais de uma vez. Em um telegrama, datado de 18 de agosto e enviado ao embaixador em Constantinopla, Louis Mallet, Grey informava que tivera uma conversa com o embaixador otomano em Londres, Tewfik Paxá, e que expressara a ele que o Reino Unido se comprometia ao fato de que a integridade otomana seria preservada em quaisquer condições de paz que afetassem o Oriente Médio, enquanto o Império preservasse sua neutralidade durante o tempo de guerra – algo que, nas palavras

⁷⁷ Aqui, relembremos, os principais condiziam ao Tratado de Paris e ao Tratado de Londres, de 1871. A Rússia conseguiu provocar a rediscussão dos artigos XI, XIII, XIV do Tratado de Paris, assim como da chamada “Convenção do Mar Negro”, anexa ao décimo-quarto artigo do tratado supracitado. Desse modo, em 1871 foi assinado, em Londres, um novo acordo, que revisou e redefiniu especificamente os pontos reclamados pelos russos, e, assim sendo, esse tratado alterou três pontos sensíveis de seu predecessor, todos de importância à São Petersburgo. O entendimento do acordo anterior quanto aos Estreitos manteve-se inalterado, uma vez que o Tratado de Londres manteve o disposto na resolução. Deste modo, então, não admitiria o Sultão a passagem de navios de guerra estrangeiros, se o Império estivesse em paz. Por sua vez, os artigos que tinham o intuito de garantir a neutralização infinita do Mar Negro e de não permitir a militarização de suas costas foram revogados, ao serem substituídos por um só artigo que, além de tratar deste ponto referente aos Estreitos, omitia a questão da neutralidade e militarização do Mar – além de extrair a afirmação, presente no artigo XIV de Paris, de que o tratado só poderia ser modificado com o consentimento dos signatários. Desse modo, aos russos, e também aos turcos, estava permitido manter a sua marinha no Mar Negro e fortalecer seus portos.

⁷⁸ Sabe-se que o primeiro-ministro Asquith nutria temores de que a deflagração de um conflito com os otomanos tivesse repercussões nos muçulmanos do Egito e da Índia (FROMKIN, 2008, p. 86). Grey também expressou esta preocupação, em 15 de agosto, em telegrama enviado ao embaixador em Paris, Francis Bertie.

⁷⁹ Edward Grey ocupava o cargo desde 1905, quando foi nomeado na gestão do liberal Henry Campbell-Bannerman. Ele esteve, portanto, na coordenação da política externa que levou à assinatura do Tratado Anglo-Russo e era, não surpreendentemente, um dos maiores entusiastas governamentais no que dizia respeito a reconhecer a Rússia como uma aliada.

Grey, passava pela extradição das tripulações alemãs do “Goeben” e do “Breslau” e pela concessão das comuns facilidades aos navios mercantes britânicos⁸⁰. Quatro dias depois, aproveitando-se da ocasião de discussão das capitulações – ameaçadas pelos Jovens Turcos⁸¹ –, Grey pediu que Mallet novamente reiterasse estes termos à Sublime Porta, desta vez adicionando que, respeitada a integridade nestes termos, os Aliados dariam uma garantia conjunta, por escrito, de que respeitariam a integridade e a independência otomanas e que se engajariam ao ponto de que nenhuma condição dos termos de paz, ao fim da guerra, prejudicasse estes dois quesitos⁸².

Com o passar dos dias e com as reclamações dos Jovens Turcos às capitulações se severizando, Grey, na metade de setembro, confidenciou a Mallet que estava inclinado a apontar à Porta que o governo britânico, enquanto os otomanos preservassem sua neutralidade, estava preparado para considerar “razoáveis concessões” a respeito das capitulações. Todavia, não se esqueceu de reiterar que os otomanos não deveriam esperar tais concessões enquanto sua conduta irregular presente, a respeito das tripulações e oficiais alemães em solo otomano, continuasse. As últimas palavras de Grey, neste telegrama, foram, no mínimo, proféticas, quanto ao futuro que seria dado à política de preservação do Império Otomano: “Talvez nós devamos também dizer que, se eles quebrarem a paz, nós não poderemos ser responsáveis pelas consequências; que esperamos que eles a mantenham, mas que, se eles o fizerem ou não, é um assunto deles”⁸³.

Em Constantinopla, como já era de conhecimento de Londres, Enver estava decididamente engajado para com a causa de guerra alemã e detinha cada vez mais poder dentro do CUP, mesmo que fosse o único realmente disposto a lançar o Império na guerra. Aparentemente ganancioso quanto aos possíveis ganhos que a participação no conflito ao lado dos alemães poderia proporcionar⁸⁴, o Ministro da Guerra deu um passo

⁸⁰ MISCELLANEOUS No. 13. “Sir Edward Grey to Sir L. Mallet”, Londres, 18/08/1914, p. 07.

⁸¹ E que foram, ainda naquele ano, unilateralmente abolidas pelo governo otomano.

⁸² Grey já havia emitido, em 16 de agosto, um telegrama à Constantinopla, cujas informações deveriam ser repassadas à Porta, que falava em preservação da neutralidade como um requisito de compromisso à integridade otomana e que citava a disposição franco-russa de preservação. Deste modo, Grey informava que a Rússia e a França também se comprometiam em manter a “*integridade e independência* [otomanas] *contra quaisquer inimigos que pudessem desejar se utilizar da complicação geral europeia em ordem de atacá-lo* [o Império]”, enquanto o Império se mantivesse neutro na guerra. (MISCELLANEOUS No. 13. “Sir Edward Grey to Mr. Beaumont”, Londres, 16/08/1914, p. 05).

⁸³ MISCELLANEOUS No. 13. “Sir Edward Grey to Sir L. Mallet”, Londres, 16/09/1914, p. 25.

⁸⁴ De acordo com Fromkin (2008, p. 81) Entre agosto e setembro os alemães vinham sendo bem-sucedidos em batalhas contra os russos. Aparentava-se, em setembro, que a Rússia estava às portas de

irreversível para quebra da neutralidade: permitiu que, em 27 de outubro, a frota otomana, comandada pelo almirante alemão Willhelm Souchon⁸⁵ - à mando do “Goeben” e do “Breslau” -, adentrasse o Mar Negro, em direção à costa russa. Dois dias depois, um canhoneiro russo em Odessa foi afundado e Teodósia, na costa russa da Crimeia, foi bombardeada. Enver sabia que, depois de tudo, os britânicos não declarariam guerra aos otomanos a menos que um aliado de guerra seu fosse atacado.

Deste modo, de acordo com os entendimentos de aliança com os russos, o Reino Unido estaria no conflito e deste dia em diante meras formalidades foram observadas antes de uma quebra oficial de relações e uma declaração oficial de guerra aos otomanos. No dia seguinte ao ataque à costa russa no Mar Negro, Grey, em telegrama a Mallet, ainda lembrava das condições de neutralidade, enquanto informava ao embaixador que um ultimato, em nota, deveria ser expresso à Porta: uma vez que era impossível que ela mantivesse qualquer neutralidade enquanto as missões naval e militar alemãs permanecessem em Constantinopla, o governo otomano teria doze horas – contando do momento em que recebesse a nota – para debelar ambas, o que conseqüentemente afetava as tripulações alemãs do “Goeben” e “Breslau”. Caso isto não ocorresse, Mallet deveria pedir seu passaporte e deixar a capital imediatamente, juntamente com o pessoal da embaixada – tal como o governo russo já havia instruído seu embaixador a fazê-lo⁸⁶.

Caducando tal prazo, sem alterações, o Reino Unido adentrou o mês de novembro rompendo relações com o Império Otomano e iniciando, desde o dia primeiro, hostilidades navais. No dia dois de novembro, ainda que não tivesse declarado guerra oficialmente, o Conselho de Ministros tomou como decisão oficial que a “fórmula” de integridade territorial otomana, tanto na Europa quanto na Ásia Menor, fosse abandonada⁸⁷. Neste mesmo dia dois de novembro, os russos declararam oficialmente guerra aos otomanos e três dias depois seus aliados franceses e britânicos fizeram o

perder a guerra. Enver calculou que o Império deveria rapidamente se engajar na guerra para partilhar dos espólios territoriais russos da vitória alemã sobre o Czar. Caso contrário, a Alemanha, por ter feito tudo sozinha, ficaria com tudo para ela.

⁸⁵ Souchon havia sido nomeado comandante da frota otomana no Mar Negro. Isto ilustra o fato de que, após assinarem uma aliança, os otomanos oficialmente entregaram a gestão de suas forças armadas aos alemães.

⁸⁶ MISCELLANEOUS No. 13. “Sir Edward Grey to Sir L. Mallet”, Londres, 30/10/1914, p. 72.

⁸⁷ KEDOURIE, Elie. *In the Anglo-Arab Labyrinth: The McMahon-Husayn Correspondence and its Interpretations, 1914-1939*. Londres e Nova Iorque, 2014, p. 100-1. Marian Kent (1996, p. 177) demonstra que o Conselho, de fato, já “pressagiava” o abandono da política na altura de 20 de outubro. No momento da reunião do dia 02 de novembro, Grey já havia avisado desta decisão ao governo russo.

mesmo⁸⁸. Quase que automaticamente, no mesmo dia que declarou guerra à Porta, o Reino Unido unilateralmente mudou o *status* de sua ocupação no Chipre, unilateralmente invalidando a posse ainda nominal deste território pelo Império Otomano, e fazendo o mesmo, logo depois, em relação ao Egito, que passava a ser, oficialmente, um protetorado britânico.

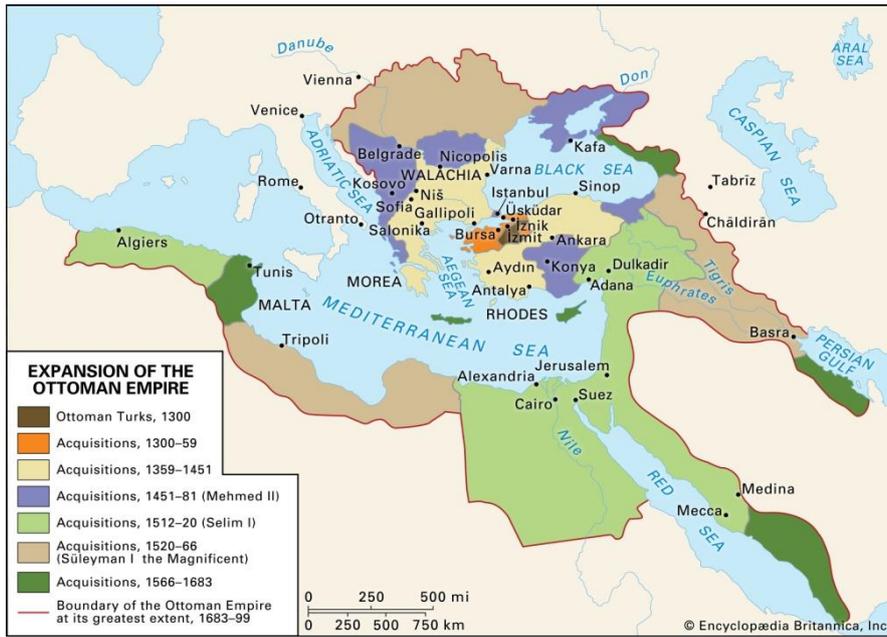
Como Grey havia “profetizado” em setembro, num comentário semelhante ao que fizera um mês antes ao embaixador britânico em Paris, quando afirmou que “se a Turquia se aliar à Alemanha e à Áustria, e todos forem derrotados, é claro que não poderemos responder pelo que pode ser tomado dela na Ásia Menor”⁸⁹, aquela declaração de guerra simbolizava mais do que isso: simbolizava o fim da longa política de preservação, o tanto quanto possível, da integridade territorial do Império Otomano, que sobrevivera, apesar dos pesares, até aquele outono de 1914. Era, também, a isenção total do governo de proteger ou evitar o desmembramento total e final, de um Império que, a esta altura, limitava-se basicamente ao Oriente Médio⁹⁰. Todavia, abandono da política não significava que houvesse um plano de partilha já definido ou que o Império Otomano, de um jeito ou de outro, deixaria de existir. Na verdade, Londres não tinha noção nem do que gostaria de reter para si, em caso de partilha. Estas questões só começaram a clarear a partir de março de 1915.

⁸⁸ Um dia antes, no dia 04, tendo Mallet já deixado Constantinopla, Grey teve uma conversa com Tewfik Paxá em Londres, na qual ele reiterou, mesmo com as relações já quebradas, que a única chance de romper as hostilidades entre o Reino Unido e o Império Otomano seria pela retirada das missões naval e militar do território do sultanato (MISCELLANEOUS No. 13. “Sir Edward Grey to Sir G. Buchanan, Sir F. Bertie, and Sir C. Greene”, Londres, 04/10/1914, p. 76-7). Todavia, já realmente não havia o que fazer.

⁸⁹ GREY OF FALLONDEN, Viscount. *Twenty-Five Years: 1892-1916*. Vol II, Nova Iorque, 1925, p. 172-3.

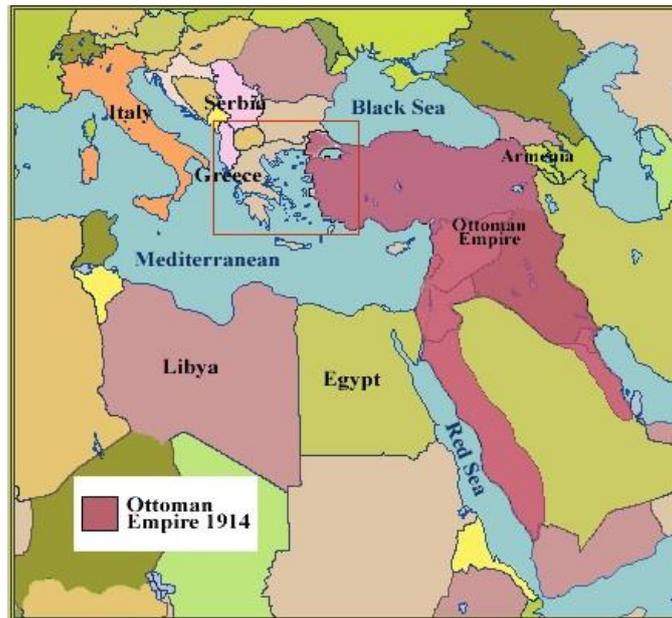
⁹⁰ Às vésperas do conflito mundial de 1914, o Império Otomano “controlava” apenas uma reduzida parte da Trácia, a Anatólia, o Levante, um extremo da costa oeste da Península Arábica – estendendo-se até o Hejaz, localidade das cidades sagradas de Meca e Medina – e uma faixa menor do extremo leste da península, com saída ao Golfo Pérsico (ou Árabe). Conferir “Figura 02”.

Figura 1 - As fronteiras otomanas até sua máxima extensão



Fonte: Encyclopaedia Britannica

Figura 2 - Império Otomano em 1914 (em escala às fronteiras globais atuais)



Fonte: National Archives

2 O FUTURO OTOMANO PELAS MÃOS ALIADAS: NEGOCIAÇÕES E ORGANIZAÇÃO DE PREFERÊNCIAS

Um entendimento de divisão do restante territorial otomano começou a ser realmente planejado a partir de março de 1915. Até então, apesar de Londres ter lavado as mãos em relação ao Império Otomano, os Aliados não tinham chegado a um acordo comum quanto a uma divisão territorial “pós-guerra” dos espólios otomanos e o Reino Unido, por si só, não detinha um plano definido quanto às suas ambições territoriais da região otomana derrotada. Uma teia de desdobramentos em direção à resolução destas questões teria início quando Grey recebeu um telegrama, em 05 de março, do embaixador britânico na Rússia, George Buchanan, contendo um pedido oficial por parte do governo czarino. O pedido era claro: a questão de Constantinopla e dos Estreitos deveria ser resolvida definitivamente e em concordância com as aspirações tradicionais russas, dado o curso dos últimos eventos. Por isso, Petrogrado demandava a cidade de Constantinopla, a costa oeste do Bósforo, do Mar de Mármara e do Dardanelos, assim como a Trácia do Sul acima da “linha Enos-Midia”; e, por razões estratégicas, era necessária a inclusão de “parte da costa asiática inclusa entre o Bósforo, o rio Shakaria e um ponto a ser fixada no Golfo de Ismid, ilhas do Mar de Mármara, ilhas de Imbros e Tenedos”⁹¹.

O curso de eventos não referido pelos russos era, certamente, a Campanha do Dardanelos⁹², a qual tinha estimativas de ter lograr sucesso muito em breve e levaria, conseqüentemente, ao fim a guerra otomana; o que escancarava, portanto, o temor de que o Império Otomano fosse tomado antes que os russos estipulassem sua vontade territorial. O Conselho de Ministros britânico se reuniu no dia 10 de março para avaliar o pedido de Petrogrado, deixando patente como não tinha se planejado ante o curso de eventos que parecia certo: não houve uma objeção completamente negativa à demanda,

⁹¹ MIP. “Sir G. Buchanan to Sir Edward Grey”, Petrogrado, 04/03/1915, p. 511.

⁹² A Campanha do Dardanelos, originalmente, era um ambicioso plano naval de ultrapassar os Estreitos fechados e tomar Constantinopla em tempo recorde, pondo fim à guerra otomana. Eventualmente, ela se desenrolou num campo de batalha sangrento que culminou na derrota das forças Aliadas em fins de 1915; todavia, a esta altura, a campanha parecia um sucesso real e aparentou sê-lo até fins de março daquele ano. Não se quer dizer, contudo, que o governo britânico não tivesse aberto também um precedente para a demanda russa: conforme Winston Churchill (1923, p.197-8) informa, Grey foi ordenado, em 14 de novembro de 1914, a instruir o embaixador George Buchanan a informar Sazonoff, Ministro de Relações Exteriores russo, que o governo britânico reconhecia que a questão dos Estreitos e de Constantinopla deveria ser resolvida em conformidade com os desejos russos. Churchill era membro do Conselho neste período.

mas sim às formas em que isso teria que ser expresso ao czar⁹³. Todavia, levando em consideração que o “prêmio” fosse concedido, surgia a discussão de quais seriam os próprios desejos territoriais britânicos numa vindoura conferência de paz: Asquith fez referência ao final da mensagem russa, que convidava os Aliados a formularem suas vontades territoriais acerca do território otomano, e escutou um indagador Lorde Lansdowne consultar o Gabinete no intuito de descobrir se agenda territorial britânica deveria ser definida imediatamente ou não, dada afirmação russa. Posta a problemática, Lloyd George⁹⁴, Ministro do Tesouro, defendeu que sim, recebendo apoio de Winston Churchill, Ministro da Marinha. Grey, por sua vez, informou que parte da pauta francesa seria, talvez, a Síria⁹⁵, e propôs que a concordância com os termos russos, da qual era partidário, deveria estar condicionada à condução vitoriosa da guerra. Atento, o primeiro-ministro ponderou que as autoridades navais haviam sido consultadas e que elas aparentavam pensar que o estabelecimento da Rússia em Constantinopla, e a garantia de tudo que ela pedia, tornaria desejável que o Reino Unido garantisse uma base naval a mais nestas águas, especialmente Alexandreta⁹⁶, o provável término da Rodovia Badgá no Mediterrâneo⁹⁷. Herbert Kitchener, Ministro da Guerra, endossou tal

⁹³ A objeção mais próxima de uma negativa talvez tenha vindo de Arthur Balfour. De acordo com a minuta da reunião, “Balfour disse que, pessoalmente, não tinha objeção a que uma garantia fosse dada à Rússia para a realização de suas aspirações em relação à Constantinopla e ao Dardanelos, desde que os outros Aliados recebessem garantias semelhantes em relação a seus próprios desejos. Os sentimentos dos russos, disse ele, provavelmente são muito mais comovidos por Constantinopla do que pela Polônia. Se conseguissem o que queriam agora, poderiam diminuir seus esforços no teatro principal da guerra. Deveríamos considerar o que queremos, por exemplo, no Golfo Pérsico e em outros lugares” (MIP. “War Council, 10 March 1915, Cab/42/2/5”, Londres, 10/03/1915, p. 502). Ilustrando a questão das formas de como expressar-se aos russos, Bonar Law e Lansdowne, sugeriram que seria prudente dar aos russos exatamente o que queriam imediatamente, defendendo palavras de boa vontade na resposta.

⁹⁴ David Lloyd George era um político ligado ao Partido Liberal sem vínculos militares que antes de entrar na vida pública exercera advocacia. Estava ligado ao Conselho de Ministros desde antes da guerra e até assumir como primeiro-ministro, em dezembro de 1916, exercera os cargos de Ministro do Tesouro e Ministro das Municões.

⁹⁵ Dentro do Império Otomano, o que era “Síria” tinha um entendimento alargado não-oficial, mas esta região em si era dividida oficialmente em sete divisões administrativas no século XX: Vilayet de Aleppo; Vilayet de Beirute; Vilayet da Síria, Sanjak de Zor, Mutassarifado do Monte Líbano, Mutassarifado de Jerusalém e Mutassarifado de Karak. Porém, na época não era absoluto que estas regiões completamente pertenceriam à Síria ou não, e muitas leituras ocidentais não consideravam a completude espacial destas divisões como Síria, sendo o próprio termo “Síria” atrelado, nas mentes ocidentais, a padrões das Cruzadas. As divisões territoriais otomanas não eram as mesmas das atuais; porém, podemos informar que estas sete divisões compreendem, *grosso modo*, os atuais Estados: Israel, Líbano, Jordânia e Síria. No quesito britânico em discussão, como se pode depreender do texto, não se tinha muita clareza do que seria “Síria”, mas sim algo que os franceses reclamariam para si como sendo Síria. O que era mais sabido era que isto incluiria, certamente, o Mutassarifado do Monte Líbano, dada às suas comunidades cristãs maronitas locais ligadas à França.

⁹⁶ Alexandreta, hoje turca e nomeada İskenderun, é uma cidade litorânea com acesso ao Mediterrâneo. Na época se localizava na região administrativa otomana (vilayet) de Aleppo. Apenas com intuítos didáticos, Alexandreta se localiza acima da parte litorânea da atual Síria.

⁹⁷ MIP. “War Council, 10 March 1915, Cab/42/2/5”, Londres, 10/03/1915, p. 503.

projeção, acentuando a importância tanto naval quanto militar de Alexandreta. Lloyd George, enfatizando os custos de ocupar o local, sugeriu a Palestina⁹⁸ como uma alternativa, até por conta de seu prestígio internacional, mas recebeu a negativa de Kitchener: a Palestina não detinha valor estratégico que valesse o esforço. Churchill fortaleceu a opinião do Ministro da Guerra quanto à importância de Alexandreta, por esta ser o único “bom porto” entre Esmirna⁹⁹ e Lorde Fisher, por sua vez, frisou o papel da cidade como saída para o fornecimento de petróleo vindo da Mesopotâmia e da Pérsia. Apesar destas discussões, a decisão concreta tomada pelo Gabinete foi que a resposta a ser encaminhada aos russos era de concordância com a demanda expressa no telegrama do dia 04, sujeita a uma conclusão vitoriosa da guerra e à “agenda territorial” que o Reino Unido estipulasse. Quanto a esta, concluiu-se que ela seria apresentada pelo governo assim que ele tivesse tempo para considerá-la¹⁰⁰, em outras palavras, a discussão estava protelada por tempo indeterminado.

A resposta enviada aos russos, datada de 12 de março, seguia estes termos, informando que a demanda manifesta no dia 04 seria concedida, condicionada à condução e conclusão vitoriosas da guerra e à lista de desejos territoriais britânicos e franceses¹⁰¹. Todavia, já ficava claro, nesta mesma mensagem, que, apesar do tom condicional, o Reino Unido já via as regiões otomanas como prometidas aos russos: em um memorando anexo, entregue aos russos junto com a mensagem, Grey admitia que Londres ainda não tinha formulado sua “agenda territorial”, mas que nenhum de seus futuros reclames prejudicaria o pedido russo aceito, uma aceitação que significava “uma inversão completa da política tradicional do governo de Sua Majestade” e que estava “em oposição direta a opiniões e sentimentos gerais na Inglaterra e que não

⁹⁸ A este termo, continuamente usado pelos ministros britânicos ao longo do século, vale ressaltar que ele assumia um ar de inferência. Não se tinha ideia clara do que era a Palestina, mas a referência eram os padrões bíblicos e medievais de “Terra Santa”, que incluía os locais sagrados cristãos. Dentro da administração territorial otomana, vale notar, não existia um território com esse nome e se fossem adequá-la às regiões vigentes teríamos a Palestina dividida entre os sanjaks (espécie de distrito) de Acre e Nablus (ambos pertencentes ao vilayet de Beirut) e o Mutassarifado de Jerusalém, que limitava à fronteira com o Sinai. Denotando outro fator para esta falta de clareza, Johann Büssow (2011, p. 05) relata que muitos documentos de europeus entre 1872 e 1908 (inclusive de cônsules britânicos) se referiam ao Mutassarifado de Jerusalém simplesmente como Palestina.

⁹⁹ Esmirna era uma cidade portuária de importância histórica às margens do Mediterrâneo, no oeste da costa otomana. Pertencia ao chamado “vilayet de Aydin”, que também era conhecido como “vilayet de Esmirna”. No futuro, esta região seria alvo de muita discussão.

¹⁰⁰ MIP. “War Council, 10 March 1915, Cab/42/2/5”, Londres, 10/03/1915, p. 510.

¹⁰¹ MIP. “Aide-mémoire of 12 March 1915, F.O. 371/2988/46142”, Petrogrado, 12/03/1915, p. 512.

morreram de forma alguma”¹⁰². O mais próximo de uma lista de vontades futuras britânicas quanto aos territórios otomanos¹⁰³, ainda que não formalmente decididas pelo Gabinete, foi informado por Grey neste memorando: livre passagem pelos Estreitos, Constantinopla como um porto comercial livre e que a Arábia e seus Lugares Sagrados pertencessem a um domínio muçulmano independente¹⁰⁴.

O Conselho de Ministro, não obstante, chegou a outra conclusão no dia 10: a questão de Alexandreta deveria ser aprofundada e, por isso, solicitou-se a Kitchener um memorando a respeito das vantagens estratégicas de deter o controle do local. No dia 16 de março o ministro o fez: o memorando, nomeado “Alexandreta e Mesopotâmia”, ia de acordo com a ideia de estabelecimento de um reino árabe na Arábia que reunisse Meca e Medina, mas também considerava Carbala¹⁰⁵ nesta contabilidade. Kitchener enfatizou que este reino seria “independente” apenas em teoria, permanecendo sob a influência britânica, e não deixou de apontar o valor estratégico deste arranjo em relação à questão das migrações muçulmanas: considerando a posse da Mesopotâmia¹⁰⁶ e o fato de que o Reino Unido já controlava o Golfo Pérsico, o Mar Vermelho e o Egito, este arranjo asseguraria todos os acessos aos locais sagrados do Islã e “aumentaria enormemente nosso prestígio entre os nossos muitos milhões de súditos muçulmanos”¹⁰⁷.

¹⁰² Ibid., p. 512. Isto foi algo que Asquith havia pedido para ser enfatizado no telegrama, durante a reunião do dia 10.

¹⁰³ Este parêntese é necessário porque Grey expressou que, apesar de não poder fornecer nenhum ponto quanto às vontades britânicas, um deles seria a revisão do Tratado Anglo-Russo de 1907.

¹⁰⁴ MIP. “Aide-mémoire of 12 March 1915, F.O. 371/2988/46142”, Petrogrado, 12/03/1915, p. 513-4. Grey avisou ao Gabinete, na reunião do dia 10, que faria essas exigências, mas não usou a palavra “independente”. As discussões dos ministros mostram que esta independência não seria real, mas esta afirmação do ministro aos russos abre todo outro flanco sobre a história anglo-árabe, por ter sido visto como uma promessa.

¹⁰⁵ Meca e Medina são, respectivamente, consideradas as duas cidades mais sagradas para o Islã. Carbala, por sua vez, é uma cidade considerada sagrada para a corrente xiita do Islã. Fica localizada na região central do atual Iraque, e, no início do século XX, pertencia à região administrativa otomana (vilayet) de Bagdá.

¹⁰⁶ Kitchener não define em seu memorando o que entendia por Mesopotâmia. Sabe-se que a maioria dos dirigentes britânicos da época projetavam na região parâmetros do Oriente Antigo, provindos de sua educação básica. Todavia, o entendimento comum, se baseado nas fronteiras otomanas, do que era “Mesopotâmia” compreendia três vilayets: Mosul, Bagdá e Basra – os quais, mais ou menos, compõem as linhas do atual Iraque. Os dirigentes britânicos, geralmente, assumiam essa inferência quando usavam o termo “Mesopotâmia”, mas vale lembrar que não existia um vilayet com este nome. Outro jeito de se referir à região era pelo termo “Iraque”, mais popular entre os árabes otomanos, um termo que, com o passar dos anos, foi ganhando maior espaço na esfera de discussão dos dirigentes britânicos, acabando por ser utilizado como nome oficial do reino de mesmo nome instaurado no início dos anos 1920, o qual foi criado, patrocinado e vinculado à tutela britânica.

¹⁰⁷ CAB 24/1/12.

A questão mais importante de seu memorando, todavia, apontava para o norte: o memorando de Kitchener detinha um plano para o futuro do Oriente Médio otomano cujo ponto central estava no raciocínio de que, no pós-guerra, o Reino Unido deveria deter o controle de Alexandreta, e, com isto, viria a necessidade de igualmente controlar a Mesopotâmia, não havendo separação entre as coisas. O sentido principal desta combinação se baseava na possibilidade de que, neste futuro, a Rússia e/ou a França voltariam a se colocar como antagonistas aos interesses britânicos e foi neste sentido que Kitchener mensurou o que já havia sido concedido ao czar e o que, talvez, poderia vir a ser francês: a permissão de acesso ao Mediterrâneo que o controle do Dardanelos daria à Rússia e o fato de que a França não abriria mão da Síria poriam em perigo, mesmo em tempos de paz, a posição estratégica do Egito, uma porta para a Índia. Nesta conjuntura, se no futuro o Reino Unido se colocasse em oposição bélica a pelo menos um destes dois países, a linha de comunicações para a Índia via-Suez estaria em grande perigo, tal como o próprio Egito.

Portanto, o ministro propunha que seria necessário construir uma linha ferroviária que ligasse Alexandreta à costa oeste do Golfo Pérsico, mesmo em caso de que não houvesse guerra contra estes países – caso houvesse, esta linha possibilitaria um transporte rápido de tropas britânicas à Índia. Naturalmente, ela também serviria para questões comerciais, mas para que existisse seria necessário, claro, que o Reino Unido detivesse o controle de uma faixa territorial contínua que ligasse o oeste costeiro mediterrâneo até o leste culminante na costa do Golfo. Logo, isto queria dizer que seria necessário controlar a “Mesopotâmia” otomana, que funcionaria, inclusive, como uma área de proteção a esta linha, e oferecia, também, outros valores: as vantagens do potencial agrícola da região e a salvaguarda que esta conferiria aos interesses britânicos nos campos petrolíferos persas¹⁰⁸. Omitindo-se deste “dever”, o governo deveria ter ciência, cravou um Kitchener seguro, de que, cedo ou tarde, a Rússia anexaria a região¹⁰⁹.

¹⁰⁸ Ibid. Interessante que Kitchener não fez alusão ao potencial energético que a própria Mesopotâmia poderia fornecer, caso fosse comprovado. Isto tem a ver com o fato de que esta não era uma questão comprovada, mas sim um rumor. Todavia, o rumor era forte e, conforme os anos passaram e a necessidade petrolífera aumentou, não surpreende que Lloyd George tenha feito questão de garantir a região de Mosul na órbita britânica, quando renegociou os termos de influência dos mandatos junto à França. Porém, para Kitchener, a posição militar estratégica do pós-guerra era mais importante que um “rumor” e ele se mostrou, no futuro, disposto a abrir mão de Mossul aos franceses, caso isso fornecesse um “escudo” territorial anti-russo à região britânica.

¹⁰⁹ CAB 24/1/12.

A execução da proposta, contudo, não significava entender que a ameaça russa de ataque pelo norte, estaria eliminada; pelo contrário, ela seria presente caso não houvesse alguma espécie de “neutralização ao norte” desta fronteira britânica. Era claro que Kitchener não considerava mais a continuidade da existência otomana nesta região e que as áreas ao norte seriam eventualmente russas, mas chegou a indicar algum tipo de “linha de defesa” nortenha: “esperança-se que restos suficientes do Império Otomano serão deixados para garantir um Estado para-choque turco ou armênio que se estique da Anatólia à fronteira persa”¹¹⁰. O ministro previa que para a consecução deste plano seriam necessárias partes das divisões administrativas (“vilayets”) de Adana¹¹¹ e de Aleppo, onde ficava Alexandreta. Isto, em si, já demandaria uma conversa com os franceses, pois se estava falando de áreas historicamente reclamadas por Paris, porém Kitchener considerava apenas a posse de Alexandreta como possível motivo de entreveros futuros com a França¹¹².

A grande questão obscura que a proposta de Kitchener trazia era que, de alguma forma, os franceses teriam que, em breve, ser chamados para conversar sobre o que pretendiam das áreas otomanas. Paris, todavia, não precisava de convite algum: três dias depois, no dia 19 de março, o Conselho ministerial tomou conhecimento de que a França, após saber da questão de Constantinopla, contatara Petrogrado e reclamara que sua agenda territorial otomana seria a Síria, a Cilícia¹¹³ e a Palestina (o que incluía os Locais Sagrados cristãos, uma demanda historicamente sensível aos russos). Este era o preço que a França cobrava, em retorno, por permitir a Rússia em Constantinopla e nos Estreitos¹¹⁴, um “empurrão” que obrigava o protetador Gabinete a discutir quais seriam seus desejos com maior ênfase e objetividade.

Reunidos no mesmo dia, os ministros ouviram Grey consultar-lhes se o Islã deveria ter um Estado próprio, algo a servir como uma vazão ao sentimento muçulmano existente

¹¹⁰ CAB 24/1/12.

¹¹¹ O Vilayet de Adana ficava ao sul do que hoje é a Turquia, sendo uma faixa territorial que tomava, mais ou menos, metade da costa deste país com o Mediterrâneo. Os europeus geralmente se referiam a esta região como “Cilícia”, utilizando o linguajar clássico, mas o vilayet de Adana era, na verdade, maior do que teria sido a antiga Cilícia. Uma de suas subdivisões (sanjaks), nomeada “Adana”, abrigava o importante porto da cidade de Mersin. Adana fazia fronteira com o vilayet de Aleppo.

¹¹² CAB 24/1/12. O ministro reconhecia que trazer a cidade para o Reino Unido significava tocar em uma zona de interesse francês conhecida, mas enxergou com otimismo a resolução desta possibilidade, aludindo que os franceses poderiam ser compensados com ex-colônias alemãs na África e que Alexandreta era “quase fora da Síria”.

¹¹³ Checar novamente a “nota 111”.

¹¹⁴ MIP. “War Committe, 19 March 1915, Cab/42/2/14”, Londres, 19/03/1915, p. 524.

no mundo, adiantando-se que, em caso afirmativo, este Estado só poderia se situar na Arábia, Síria e Mesopotâmia, possibilidade que se chocava a ambição francesa. De todo modo, Grey propunha transferir o título de califa¹¹⁵, pertencente ao sultão otomano, para o soberano deste novo Estado – algo que, se lido em perspectiva, significaria, tal como Kitchener propusera, deter controle sobre o Islã no mundo. Lorde Crewe, Secretário de Estado para a Índia, adornava esta mentalidade mostrando que o Escritório da Índia estava dividido: “O Departamento Militar, que está em acordo geral com o vice-rei, considera que a Turquia na Ásia deve ser o mais forte possível. Por sua vez, o Departamento Político, pensa que a Turquia deve ser sacrificada e a Arábia feita o mais forte possível”¹¹⁶. Kitchener, por sua vez, mostrava que a questão crucial era o califado:

“Os turcos estariam sempre sob pressão de seu forte vizinho russo, com o resultado de que o califado poderia estar em grande parte sob o domínio russo, e a influência russa poderia se afirmar indiretamente sobre a parte maometana da população da Índia. Se, por outro lado, o califado fosse transferido para a Arábia, permaneceria em grande parte sob nossa influência”¹¹⁷.

Kitchener, defendendo seu plano, aproveitou para pressionar quanto a uma definição para a questão da Mesopotâmia e abriu um flanco para que Crewe, que concordara com sua opinião sobre o califado, expressasse que Basra deveria ser parte do Império Britânico, uma visão unânime no Gabinete na Índia, e que Bagdá talvez devesse tornar-se um protetorado britânico¹¹⁸. O plano de Kitchener ganhou mais apoio: Balfour,

¹¹⁵ O Império Otomano era, oficialmente, também um califado e o sultão era, portanto, também um califa. Dentro da lógica do Islã, um califado seria uma espécie de unidade político-religiosa governada pelo califa, o qual é, além de um governante político-militar, um líder religioso intitulado como o sucessor de Maomé. Um califado significa, portanto, uma possessão territorial que não é pequena, a qual, teoricamente, deveria reunir toda a comunidade muçulmana mundial, e os mandos do califa, teoricamente, seriam seguidos por tal comunidade. Grey não via problemas em realizar esta transferência, Kitchener também não. Para mais acerca dos primórdios do Islã e seu desenvolvimento político-religioso ao longo dos anos, consultar Hourani (2010) e/ou Lewis (2011).

¹¹⁶ MIP. “War Committe, 19 March 1915, Cab/42/2/14”, Londres, 19/03/1915, p. 524.

¹¹⁷ Ibid., p. 524-5. A opinião de Kitchener espelhava o fato de que o “estado de humor” da comunidade muçulmana na Índia e seus possíveis desequilíbrios em situações hipotéticas eram algo que estava e continuava na cabeça da capital do Império Britânico desde antes do século XX e, não à toa, Grey relatou ter confidenciado ao embaixador italiano, em conversa quanto às perspectivas europeias de expansões ferroviárias no Império Otomano anteriores à guerra, que “se qualquer Poder tocasse na Arábia, nós deveríamos nos preocupar, por causa do forte sentimento na Índia em relação aos locais sagrados muçulmanos” (BDOW (vol. X, pt. 2). “Sir Edward Grey to Mr. Dering”, Londres, 04/11/1913, p. 250). O maior ponto de perigo e medo era uma larga insurreição de muçulmanos indianos, possível ao olhar para sua quantidade: considerando a 11ª edição da “Encyclopaedia Britannica” (1910, p. 382-3), somente na Índia, de acordo com um senso de 1901, existiam cerca de 62 milhões de muçulmanos, o segundo maior grupo religioso dentro de um país que contabilizava um total de cerca de 294 milhões de pessoas (contabilizando Burma).

¹¹⁸ A respeito de Basra e Bagdá, conferir novamente a “Nota 106”. Sobre Bagdá, Crewe, contudo, admitia que seu departamento estava dividido em relação a estabelecer-se um protetorado nesta região.

indisposto com o clamor territorial francês, ressaltou que não se opunha a um controle britânico sob a Mesopotâmia, desde que nos moldes definidos no memorando do Ministro da Guerra¹¹⁹. Churchill, porém, preferia apostar na postergação da discussão com a França, uma vez sua urgência não era a mesma que a russa, e projetou o debate vigente nos seguintes termos:

“A questão inteira depende se nós pretendemos dividir a Turquia. Certamente, não temos a intenção de deixar esta nação ineficiente e desatualizada, que há muito desgoverna um dos países mais férteis do mundo, ainda em posse! A Turquia há muito se mostra ineficiente como potência governante, e é hora de fazer uma varredura limpa”¹²⁰.

Asquith, por sua vez, pronunciou que concordava com o fato, trazido por Grey, de que o Reino Unido já possuía territórios demais, mas complementou que Londres não estava sozinha para decidir o que seria tirado do Império Otomano:

“A Rússia pretende tomar uma boa fatia da Turquia. França, Itália e Grécia, cada um, demandam uma fatia. Se, por um motivo ou outro, nós não quisermos mais território, ou porque não nos sentimos na responsabilidade, e deixarmos as outras nações lutar pela Turquia sem tomar nada para nós mesmos, não estaremos fazendo nosso dever”¹²¹.

As falas do primeiro-ministro e do Ministro da Marinha são ilustrativas do fato, que vinha sendo discutido e foi denotado noutros pronunciamentos da reunião, de que a discussão e o plano futuro não passavam por necessariamente extinguir o Império Otomano, mas sim em definir o que seria tirado dele. Mesmo assim, o Conselho, novamente, evitou formular sua “desiderata”, concluindo prematuro fazê-lo. Porém, acordou-se que um ponto, a ser avisado aos russos, já estava decidido: depois que os Estreitos fossem forçados e Constantinopla tomada pelos Aliados, o primeiro desejo britânico seria o estabelecimento de uma “entidade muçulmana”, que deveria incluir, necessariamente, a Arábia¹²². Logo, o “plano califado” estava por trás desta demanda.

Quanto à discussão com a França, por mais que o Conselho tentasse protelar a questão, o outro lado tinha outro senso de urgência e não daria tempo para Londres “refletir”:

¹¹⁹ MIP. “War Committe, 19 March 1915, Cab/42/2/14”, Londres, 19/03/1915, p. 525-7.

¹²⁰ Ibid., p. 526. Esta fala de Churchill pode aparentar que fosse uma defesa do fim total do Império Otomano, mas dentro do contexto, notamos que Winston se referia à discussão em relação às demandas francesas.

¹²¹ Ibid., p. 526-7.

¹²² Ibid., p. 527. Ficou para se decidir posteriormente o que seria territorialmente incluso, além da Arábia, nesta “entidade”. Fromkin (2008) lembra que a grande maioria dos ministros britânicos não via na Arábia um objeto a ser cobiçado no sentido energético, assim como os outros Poderes também não. Era uma região desértica, de baixo cultivo, e não se tinha noção da quantidade abundante de petróleo que ali residente. A região otomana onde se acreditava que poderia haver largas reversas de petróleo era a Mesopotâmia, mesmo que esta não fosse uma crença comprovada à época.

no dia 23 de março de 1915, portanto apenas quatro dias depois; Grey comunicou ao embaixador em Paris, Francis Bertie, que havia concordado em discutir “não oficialmente” os desejos territoriais britânicos no Oriente Médio otomano com a França, após ter sido originalmente interpelado neste sentido pelos próprios franceses¹²³. Grey, todavia, adiantou a Paul Cambon, embaixador francês em Londres, a necessidade, já informada aos russos, que o governo via no estabelecimento de um Estado muçulmano na Arábia, mas enfatizou que o Gabinete ainda não tinha formulado propriamente nada a respeito de seus desejos territoriais próprios:

“O Gabinete daqui ainda não tinha tido tempo de considerar nossos desejos, e eles teriam que ser discutidos com o Gabinete. (...) Eu disse que já tínhamos estipulado que, quando a Turquia desaparecesse de Constantinopla e dos Estreitos, deveria, no interesse do Islã, haver uma unidade política muçulmana independente em outro lugar. Seu centro seria naturalmente os lugares sagrados muçulmanos e incluiria a Arábia. Mas devemos resolver o que mais deve ser incluído. Nós mesmos ainda não tínhamos chegado a uma opinião definitiva se a Mesopotâmia deveria ser incluída neste Estado muçulmano independente ou se deveríamos apresentar uma reivindicação de nossa parte por esta região”¹²⁴.

Esta “provocação” francesa em si, juntamente com o, ainda aparente, sucesso iminente Aliado na campanha do Dardanelos¹²⁵, evidentemente aceleravam ainda mais a necessidade imediata do governo em definir suas preferências quanto ao território do virtualmente derrotado Império Otomano. Neste sentido, Asquith nomeou, em 08 de abril, um comitê interdepartamental presidido pelo diplomata Maurice de Bunsen, o qual, após reuniões periódicas, deveria emitir um parecer indicando as possibilidades britânicas para futuro das regiões otomanas, no intuito de aclarar e auxiliar o processo de decisão do Conselho de Ministros¹²⁶.

O parecer do chamado “Comitê de Bunsen” veio apenas em 30 de junho de 1915¹²⁷ e estimava quatro cenários possíveis para o futuro do Império Otomano, sendo que apenas

¹²³ O governo francês tomou a iniciativa de iniciar esta discussão, ao ordenar que seu embaixador em Londres, Paul Cambon, informasse a Grey que a França estava interessada em saber quais eram as preferências britânicas no Oriente Médio.

¹²⁴ GREY OF FALLONDEN, Viscount. *Twenty-Five Years: 1892-1916*. Vol. II, Nova Iorque, 1925, p. 236. O enxerto citado está no telegrama a Bertie, o qual, por sua vez, se encontra reproduzido por inteiro na mesma página desta citação.

¹²⁵ Não à toa os franceses pressionaram Grey.

¹²⁶ Além de Maurice de Bunsen, que já tinha sido embaixador em Viena e Madrid, outros funcionários britânicos que participaram das discussões do comitê foram: George Clerk (“Foreign Office”); Thomas Holderness (Índia); Henry Jackson (Almirantado); Llewellyn Smith (Comércio); Charles Calwell (Ministério da Guerra) e Mark Sykes (representante pessoal de Herbert Kitchener).

¹²⁷ Ironicamente, nesta altura, a perspectiva de vitória em Dardanelos deixara em muito de ser algo rápido.

um deles estimava o fim completo do sultanato; ou seja, o primeiro esquema, que previa uma partição completa entre os Aliados. Os outros três esquemas, respectivamente, defendiam: o estabelecimento de zonas de interesse em um império nominalmente independente; a manutenção do regime otomano como independente em nome e de fato, sujeito a pequenas, mas significativas, excisões territoriais; e a manutenção de um Império independente em linhas federais, sujeito a excisões territoriais. O Comitê recomendava o quarto esquema como ideal, mas todos eles estavam sujeitos a uma série de desejos britânicos que serviam como pré-requisitos¹²⁸. O Comitê também propôs um redesenho das regiões otomanas, apresentando novas fronteiras que não casavam com as vigentes do sultanato, mas que poderiam ser adotadas seja no quarto esquema, seja como parâmetro de análise futuro: “Síria”, “Palestina”, “Armênia”, “Anatólia” e “Iraque-Jazira”¹²⁹.

Além disso, se lido em sua especificidade, o Comitê dava razão à abordagem que Kitchener oferecera em seu memorando do dia 16 de março: ao propor os quatro esquemas para a região otomana do pós-guerra, aconselhava-se que se o governo assumisse ao menos um de dois deles, os quais eram anexação de territórios e estabelecimento de zonas de influências, era imperativo que detivesse o controle da “Palestina” e de “Iraque-Jazira”(junção do norte e sul da Mesopotâmia). Este controle daria um contínuo territorial do Mediterrâneo ao Golfo Pérsico e o Comitê reiterou a necessidade de construção de uma ferrovia que partiria da cidade de Haifa¹³⁰ e

¹²⁸ Kedourie (2014, p. 101-2) relata quais eram estes requisitos: “(1) reconhecimento e a consolidação da posição britânica no Golfo Pérsico; (2) prevenção da discriminação contra o comércio exterior; (3) cumprimento das promessas concedidas ou a serem dadas aos governantes da Península Arábica e, geralmente, manutenção das garantias dadas ao xerife de Meca e aos árabes; (4) segurança para empreendimentos como a produção de petróleo, nos quais a Grã-Bretanha estava interessada; (5) desenvolvimento do suprimento de milho na Mesopotâmia e um possível campo para a colonização indiana lá; (6) manutenção da posição estratégica britânica no Mediterrâneo Oriental e no Golfo Pérsico; (7) assegurar que a Arábia e os lugares sagrados muçulmanos permaneçam sob o domínio muçulmano independente. Dependendo disso, devemos procurar um acordo que apele, ou pelo menos não antagonize, o sentimento muçulmano indiano e forneça uma solução satisfatória da questão do califado; (8) solução satisfatória do problema armênio; e (9) solução da questão da Palestina e dos lugares sagrados da cristandade”. Os três últimos desejos, o comitê observou que eram questões que, no momento, precisavam ser reservadas para discussão e solução em conjunto com outros Poderes.

¹²⁹ KEDOURIE, Elie. *In the Anglo-Arab Labyrinth: The McMahon-Husayn Correspondence and its Interpretations, 1914-1939*. Londres e Nova Iorque, 2014, p. 104. Por exemplo, Iraque-Jazira era basicamente uma junção de Basra, Bagdá e Mossul; Palestina tinha uma área alargada, pegando parte da atual Jordânia, e a Síria era, *grossa modo*, a metade do que é hoje. Para um entendimento mais claro, checar a “Figura 3” deste trabalho, que mostra a divisão territorial proposta.

¹³⁰ Cidade portuária na costa mediterrânea, atualmente localizada em Israel. Em outras palavras, era uma troca de Alexandreta por Haifa.

culminaria na costa do Golfo¹³¹, não inocentemente tirando o controle da Palestina dos franceses. Certamente, esta faixa territorial também levava em consideração o conhecido, mas ainda não confirmado, potencial energético da Mesopotâmia otomana, uma vez que o Comitê recomendava que, em qualquer esquema, era imperativo garantir a segurança dos empreendimentos petrolíferos que eram de interesse britânico. Acordando com o que fora discutido pelo Conselho, o Comitê também punha acima de qualquer esquema que na Arábia existisse um califado “independente” que reunisse Meca e Medina.

Após a finalização das atividades do comitê, um de seus integrantes, um jovem parlamentar nomeado Mark Sykes¹³² e que atuara nas reuniões como representante pessoal de Herbert Kitchener, foi, a mando do governo, incumbido de visitar oficiais e funcionários britânicos localizados fora da ilha da Bretanha. A missão de Sykes era aferir o grau de aceitação aos esquemas nos outros departamentos do Império. Quando retornou a Londres, em dezembro de 1915, Sykes deparou-se com o fato de que as negociações com os franceses já haviam sido iniciadas: no final de outubro, Grey entrou em contato com o governo francês para que um emissário fosse enviado a Londres para negociar as fronteiras da Síria e em 23 de novembro o emissário francês, Georges Picot, começara a negociação. Além disso, outro passo fora tomado em relação ao futuro dos territórios otomanos: até então um adversário na guerra, a Itália mostrou-se disposta a mudar de lado e, com isso, no dia 26 de abril de 1915, um acordo secreto foi selado em

¹³¹ KEDOURIE, Elie. Op. cit., p. 102. A análise de Kedourie da condução das reuniões denota que a concordância com a proposta de Kitchener por parte do parecer do Comitê não foi acidental. Kitchener em si tinha dois membros ligados ao seu ministério nas discussões, sendo que Mark Sykes, seu porta-voz oficial, teve atuação ativa nas discussões e influência direta na resolução.

¹³² Mark Sykes, de 36 anos, ocupava cadeira no Parlamento desde 1911, sempre ligado ao Partido Conservador, e detinha a patente militar de tenente-coronel. No início de 1915 passou a integrar o Ministério da Guerra como uma indicação do secretário-militar pessoal de Kitchener, Oswald FitzGerald. Certamente suas credenciais prévias de conhecedor dos assuntos otomanos o credenciaram para que lograsse espaço nas esferas de decisões em relação ao Oriente Médio: elas pelo menos foram suficientes para que integrasse o “Comitê de Bunsen”, já que Kitchener demandou que seu representante pessoal nas reuniões do comitê fosse um jovem político conhecedor do Oriente Médio (FROMKIN, 2008, p. 166). Sykes já tinha feito viagens ao Império Otomano e já tinha publicado dois livros acerca do Império Otomano em anos anteriores e no mesmo ano publicaria outro: “Through Five Turkish Provinces” (1900), “Dar-ul-Islam” (1904) e “The Caliphs’ Last Heritage” (1915). Não deixa de ser “curioso”, por assim dizer, que Sykes tenha sido escolhido para a tarefa, a despeito de suas qualificações, já que ele era inexperiente em negociações deste tipo e nunca chegou a se encontrar com Kitchener ou a se comunicar diretamente com ele. Seja durante as reuniões do comitê, seja nas negociações do que ficou conhecido como “Acordo Sykes-Picot”, finalizadas no ano seguinte, Sykes se comunicava com o Ministro através de FitzGerald. Nos anos seguintes, Sykes ainda faria parte do “Foreign Office”, antes de falecer em fevereiro de 1919, vítima da “Gripe Espanhola”. No intuito de facilitar a busca do leitor interessado nas obras de Sykes, suas especificações estão inclusas na área de “Referências” deste trabalho. Todas se encontram em domínio público.

Londres, no intuito de concretizar a transferência italiana para a esfera Aliada. Todavia, isto, naturalmente, traria condições: além das promessas territoriais em outros lugares, o “Tratado de Londres”¹³³, como ficou conhecido, estipulou que:

“De um modo geral, a França, a Grã-Bretanha e a Rússia reconhecem que a Itália está interessada na manutenção do equilíbrio de poder no Mediterrâneo e que, no caso da divisão total ou parcial da Turquia na Ásia, ela deve obter uma parcela justa da região mediterrânea adjacente à província de Adália, onde a Itália já adquiriu direitos e interesses que foram objeto de uma convenção ítalo-britânica. A zona que eventualmente será destinada à Itália será delimitada, no momento oportuno, tendo em devida conta os interesses existentes da França e da Grã-Bretanha. Os interesses da Itália também serão levados em consideração no caso de a integridade territorial do Império Turco for mantida e de alterações que sejam feitas nas zonas de interesse das Potências. Se a França, a Grã-Bretanha e a Rússia ocuparem territórios da Turquia na Ásia durante o curso da guerra, a região do Mediterrâneo que faz fronteira com a província de Adália dentro dos limites indicados acima será reservada à Itália, que terá o direito de ocupá-la”¹³⁴.

A questão, portanto, não era se a “província de Adália”¹³⁵ estava prometida à Itália ou não, mas sim a amplitude do que seria prometido *além disso*, já considerando Adália. Esta foi uma questão que, posteriormente, teve encontrar um assentamento junto aos franceses e, em 1917, um novo acordo foi alcançado com a Itália para compreender a amplitude do território que seria fornecido, o qual delimitou o sul mediterrâneo aos italianos, estendendo sua possessão até a região de Esmirna e criando uma “zona de influência”, mais a norte, à disposição de Roma¹³⁶.

2. 1 O assentamento “final” de preferências

¹³³ Assinado por Grey, Paul Cambon (embaixador francês em Londres), Alexander Benckendorff (embaixador russo em Londres) e Guglielmo Imperiali (representante italiano).

¹³⁴ MISCELLANEOUS No. 07. “Agreement Between France, Russia, Great Britain and Italy, Signed at London, April 26, 1915”, Londres, 26/04/1915, p. 05-06.

¹³⁵ Aqui temos que fazer o parêntese, pois anteriormente falamos na província de Adana, de interesse francês. Devemos evitar a confusão, pois Adália e Adana não eram a mesma coisa. Apesar do texto do acordo usar o termo “província de Adália”, não existia este vilayet otomano no período em questão. Todavia, a região imaginada pelos Aliados era limítrofe ao vilayet de Adana, tomando considerável parte do sul costeiro ao Mediterrâneo da atual Turquia. Se utilizarmos as divisões vigentes da época, esta região estava, *grosso modo*, compreendida no chamado vilayet de Konya.

¹³⁶ O acordo em questão é conhecido como “Acordo de Saint-Jean-de-Maurienne”, que não teve a participação da Rússia (em crise política) e cujo assentamento dos termos seria alcançado no fim de setembro de 1917. A questão em relação à Esmirna, posteriormente, criaria uma intriga com os gregos, porém não almejamos adentrar os meandros dessa discussão. O fato de não ter sido ratificado pela Rússia, posteriormente, seria entendido pelo governo britânico como indicativo de que ele não estava necessariamente vinculado às concessões à Itália, porém sabia-se que suas vontades teriam que ser consideradas. Para ter uma melhor noção visual de como o conjunto de acordos Aliados entre 1915 e 1917 dividiram os territórios, consultar a “Figura 4” presente neste trabalho.

Em princípio, uma equipe foi nomeada para negociar com Picot, contendo representantes do Foreign Office, da Índia e do Ministério da Guerra, e chefiada por Arthur Nicolson, subsecretário permanente do Ministério de Relações Exteriores. As negociações, que estavam paralisadas, foram retomadas em dezembro, quando Sykes foi designado pelo governo para a função, no lugar da equipe anterior. Após cerca de um mês negociando direto com Picot, Sykes encaminhou um memorando ao Foreign Office (repassado ao Conselho), estimando os desafios que as negociações tiveram até então e os entendimentos que já tinham sido alcançados e combinados.

Sykes iniciou resumindo os desafios que tiveram de ser conciliados em quatro pontos:

- “(a) A França exige um acordo que (1) ao compensá-la pelos inconvenientes e perdas decorrentes do desmembramento do Império Otomano, (2) proteja sua posição histórica e tradicional na Síria, (3) garanta sua plena oportunidade de realizar suas aspirações econômicas no Oriente Próximo;
- (b) Os árabes¹³⁷ exigem (1) reconhecimento de sua nacionalidade, (2) proteção de sua raça de opressão externa, e (3) uma oportunidade de restabelecer sua posição como um fator contribuinte no progresso mundial;
- (c) A Grã-Bretanha exige (1) assegurar sua posição no Golfo Pérsico, (2) oportunidade de desenvolver a Baixa Mesopotâmia, (3) (a) comunicação militar e comercial por terra entre o Golfo Pérsico e o Mediterrâneo, (b) influência em uma área suficiente para fornecer ao pessoal envolvido no trabalho de irrigação da Mesopotâmia sanatórios adequados e estações montanhosas, contendo um campo de recrutamento nativo adequado para fins administrativos; (4) obter instalações comerciais na área em discussão.
- (d) Finalmente, esse acordo deve ser trabalhado com um arranjo satisfatório para os desejos conscienciosos do cristianismo, judaísmo e maometanismo em relação ao *status* de Jerusalém e dos santuários vizinhos”¹³⁸.

Após sumariá-los, os interesses e dificuldades foram detalhados melhor por Sykes: além da Palestina e o litoral de predominância maronita (Líbano¹³⁹), o memorando demonstrava um desejo francês de extensão de um domínio até Mossul, ao leste, compreendendo um território que no total abrangia o vilayet de Beirut, de Aleppo e de “Damasco”¹⁴⁰ – como notamos, era uma Síria muito mais que alargada¹⁴¹. Em relação

¹³⁷ A questão dos árabes é um capítulo a parte da história destas negociações, que não visamos adentrar. Todavia, cabe um esclarecimento do porque eles estavam sendo considerados nestas negociações. Houve, em meados do ano de 1915, um período de negociação entre o Cairo britânico e o Grão-Xerife de Meca a respeito de uma possível insurreição árabe em larga escala dentro do Império Otomano. Por diversos erros de julgamento e conduta do Cairo e de Hussein, Londres foi levada a pensar que os árabes otomanos estavam unidos em sociedades secretas poderosas, infiltradas no exército, que falavam através do xerife. Todavia, o governo não chegou a considerar uma independência real aos árabes, caso esta revolta ocorresse, e compreendia, por informações do Cairo, que estes estariam satisfeitos com um regime de tutela europeia que lhes fosse, porventura, atribuído.

¹³⁸ MIP. “Memo. by Sykes, January 1916, Cab/42/11/5”, Londres, 05/01/1916, p. 540.

¹³⁹ De modo mais detalhado, a região correspondia ao Mutassarifado do Monte Líbano.

¹⁴⁰ MIP. “Memo. by Sykes, January 1916, Cab/42/11/5”, Londres, 05/01/1916, p. 540. O memorando fala em vilayet de Damasco, mas este não existia. Antes da reforma otomana concernente às regiões administrativas, ocorrida em 1864, existira uma região nomeada *eylaet* de Damasco, que, em grande parte, compreendia o seu “sucessor”, vilayet da Síria. Certamente, o memorando queria, ao dizer

aos árabes, o documento afirmava que lhes era desejoso uma união em forma de confederação de Estados sob a égide de um príncipe árabe, compreendendo um território que, *grosso modo*, englobaria os vilayets de Basra, Bagdá, Jerusalém, Damasco, Aleppo, Mossul, Adana e Diarbekir, com o litoral sob a proteção francesa e britânica – entidade tal que concordaria em selecionar seus conselheiros administrativos que fossem franceses e britânicos¹⁴². O Reino Unido, por sua vez, escrevia o documento, teria como solução ideal para si que detivesse o controle administrativo e a prioridade de empreendimento em uma área limitada pela linha “Acre-Tadmor-Ras-ul-Ain-Jezirret-ibn-Omar-Zakhu-Amaida-Rowanduz”, combinada com a posse de Alexandreta e com um interior adequado conectando o vale do Eufrates ao Mediterrâneo, além de direitos de construção de ferrovias que conectassem Alexandreta a Bagdá. Ademais, a Grã-Bretanha deveria ter um direito a veto aos esquemas de irrigação que porventura desviassem a água da Baixa Mesopotâmia¹⁴³.

Para além da atenção a tantos tópicos conflitantes com os franceses, podemos de antemão perceber o quanto o esquema de Kitchener de março de 1915 ecoou na agenda britânica. Evidentemente, os interesses não poderiam ser assentados da maneira pela qual cada um aparentava desejar e o memorando demonstrou, em cinco pontos, qual foi o acordo a que Sykes e Picot chegaram: duas áreas foram diretamente concedidas aos britânicos e aos franceses para que estabelecessem o controle administrativo que bem entendessem. Basicamente, o Reino Unido ficou com os vilayets de Basra e Bagdá, e a França com a costa oeste do Levante¹⁴⁴, detendo o Líbano, Adana, e uma área contígua mais a norte que compreendia parte considerável do leste da Anatólia¹⁴⁵. A França podia até ter ficado com o controle direto de Alexandreta, mas as concessões pararam por aí e as adaptações da filosofia de Kitchener foram feitas: entre estas duas áreas de controle

“vilayet de Damasco”, indicar “vilayet da Síria”. Mas, caso a palavra “vilayet” não acompanhasse o termo “Damasco” no memorando, toda uma confusão poderia ser criada, porque dentro do vilayet da Síria havia um sanjak (algo como distrito) chamado Damasco, cuja capital era a cidade de Damasco.

¹⁴¹ A historiografia que lidou com o lado francês das negociações aponta que esta demanda alargada foi proposital por parte de Picot, não porque a França queria chegar até Mossul, mas sim para dar um ar de poderio nas negociações. Como mostra Fromkin (2008), a França só pretendia estabelecer um controle direto na região do Monte Líbano e não tinha condições de estender um domínio direto tão largamente, almejando o controle indireto do resto da Síria. Porém, a tática foi fazer Sykes pensar o contrário.

¹⁴² MIP. “Memo. by Sykes, January 1916, Cab/42/11/5”, Londres, 05/01/1916, p. 541-2.

¹⁴³ Ibid., p. 542.

¹⁴⁴ Este é um termo geográfico impreciso, mas que geralmente leva em conta a região dos atuais Líbano, Síria e Iraque. É com este entendimento geográfico que adotamos tal termo aqui.

¹⁴⁵ Anatólia é um termo que remonta à Antiguidade. Geograficamente falando, ela é basicamente o que hoje corresponde à Turquia.

direto, existiria a confederação árabe¹⁴⁶, que seria bipartida em duas “zonas de influência” – a oeste, francesa, e a leste, britânica. Adicionando uma última condicionante, a região da Palestina, *grosso modo*, permaneceu como uma zona internacional, mas uma área adjacente contendo o porto de Haifa era disposta aos britânicos, os quais teriam a liberdade de construir, administrar e serem os únicos donos de uma ferrovia que conectasse este extremo até a zona britânica, cortando a área árabe até o Pérsico e tendo “o direito perpétuo de transportar tropas ao longo desta linha em qualquer hora”¹⁴⁷.

Em análise, notamos que o que ficou conhecido como “Acordo Sykes-Picot”, acabou combinando a filosofia dos esquemas do Comitê de Bunsen, interseccionando o “anexar” e o “controlar indiretamente”. Aprovado pelo Conselho de Ministros no dia 02 de fevereiro, este acordo preliminar necessitava da ratificação russa, até porque, em relação à área internacional palestina, a forma de sua administração precisaria ser definida melhor e, para isso, era necessária uma consulta à Petrogrado e Roma¹⁴⁸. Sykes e Picot foram enviados a Petrogrado para discutir as questões junto ao ministro Sazonoff e, no dia 08 de maio, o representante britânico enviou um memorando ao Conselho de Ministros contendo uma troca de cartas entre Sazonoff e Paleologue (embaixador francês na Rússia) que revelava que a Rússia aceitava os termos do tratado anglo-francês desde que uma área ao norte, a qual se estendia da fronteira da zona francesa até a costa do Mar Negro e fronteira ao Cáucaso¹⁴⁹, fosse concedida a seu domínio. A troca, ocorrida em 26 de abril, mostrava que ambos os lados tinham concordado¹⁵⁰.

Esta era uma questão que não podia ser omitida por Londres, mas, antes de entrar em contato com os russos, Grey e Paul Cambon, entre 09 e 16 de maio, acertaram as arestas finais do que já havia sido delimitado e aprovado, estabelecendo pormenores dos termos gerais. Compreendendo que todos os lados na relação russo-francesa já estavam

¹⁴⁶ A questão da transferência do califado, discutida aqui, casaria com a possível confederação árabe que o memorando de Sykes relata.

¹⁴⁷ MIP. “Memo. by Sykes, January 1916, Cab/42/11/5”, Londres, 05/01/1916, p. 543. Para ter uma ideia visual melhor, checar a “Imagem 04”. Podemos notar que fica evidente que a linha francesa fazia uma zona de proteção territorial à zona britânica, tal como Kitchener afirmara ser desejável em seu memorando de março de 1915.

¹⁴⁸ Ibid.

¹⁴⁹ *Grosso modo*, esta região seria correspondente à “Armênia otomana”. Para uma melhor noção visual, conferir a “Imagem 04”.

¹⁵⁰ IOR/L/PS/18/B259.

acertados, no dia 23 de maio Grey enviou uma carta ao embaixador russo em Londres, Conde Benckendorff, expressando que o governo de Sua Majestade, “em ordem de completar o acordo, está também preparado para reconhecer as condições formuladas pelo governo russo e aceitas pelo governo francês nas cartas trocadas em Petrogrado no último dia 26”¹⁵¹. Desta forma, a região demandada pelos russos e assentida pelos franceses recebia, por meio do governo britânico, o reconhecimento oficial de que seria russa no pós-guerra.

As discussões de “agenda territorial” e os acordos secretos alcançados entre 1915 e 1917, calaram-se quanto a alguns aspectos lógicos: o que seria feito do resto do Império Otomano derrotado, já que uma região a oeste da Anatólia não tinha sido prometida a ninguém? Além disso, minado o sultão ao máximo, o sultanato permaneceria como modelo de Estado caso um Estado turco continuasse a existir nessa região? Estas questões, não contempladas pelos Aliados, estão longe de serem irrisórias, mas, é bem verdade, que muito dos termos eram condicionais: uma guerra transcorria. Não obstante, alguma evidência adiciona maior dinamismo a esta discussão, mostrando que a posição do então Império Otomano, dentro do jogo de promessas, parecia algo “flutuante”. No dia 16 de novembro de 1915 (ou seja, antes de toda a negociação com os franceses), Grey enviou um telegrama ao embaixador britânico na Rússia, George Buchanan, contendo uma “sondagem”. O ministro iniciou dizendo que

“Recentemente, fomos abordados por vários turcos contrários ao regime atual, que declararam que estavam em posição de iniciar um movimento revolucionário em Constantinopla e que poderia perturbar o governo. Eles afirmaram que estavam ansiosos pela paz com os Aliados, mas seus termos sempre incluíam a integridade do Império Otomano e, especialmente, a retenção de Constantinopla. Em vista de nossas promessas à Rússia, é claro que esses termos estavam fora de cogitação e parecia muito improvável que aqueles que os apresentassem tivessem posição suficiente para realizar seu projeto. Portanto, nunca prosseguimos adiante”¹⁵².

Dois fatores haviam ocorrido para que Grey propusesse o que diria a seguir, um protótipo de esquema alternativo para a posse russa de Constantinopla e dos Estreitos assegurada em março: primeiro, talvez uma possibilidade de paz separada com o Império Otomano fosse apresentada a Londres nos próximos dias¹⁵³; e, segundo, a situação da campanha do Dardanelos, a esta altura, era demasiadamente precária e

¹⁵¹ Ibid.

¹⁵² MIP. “Grey to Buchanan, 16 November 1915, F.O. 800/75”, Londres, 16/11/1915, p. 531-2.

¹⁵³ Grey explicou que dois oficiais britânicos tinham sido libertados pelos otomanos, sem motivo algum. Isto parecia indicar que eles, portanto, trariam alguma mensagem do governo otomano.

qualquer quadro tático, retirada ou continuidade das tropas, poderia ser muito custoso em termos humanos e militares¹⁵⁴. Isto posto, revelaram-se as cartas do baralho:

“Em todas essas circunstâncias, parece-me que vale a pena considerar se seria possível negociar com os turcos se deles surgissem sugestões de paz separada. Se os turcos estivessem dispostos a concluir a paz, o resultado final da guerra seria praticamente certo, pois a Alemanha seria cercada e o efeito sobre sua posição e prestígio internos seria incalculável. Naturalmente, não sugiro que desejemos nos afastar, de qualquer forma, de nossas promessas em relação à Constantinopla e aos Estreitos, mas se a Turquia estiver disposta a dar garantias vinculativas de que os Estreitos devem permanecer abertos e não-fortificados, e mesmo que haja um protetorado russo sobre os Estreitos, a Rússia detendo a entrada do Bósforo, Constantinopla permanecendo turca, parece-me que a Rússia poderia se dar ao luxo de ficar sem a posse real da cidade, pois ela teria assegurado todas as vantagens práticas que são garantidas a ela pelo nosso presente acordo. Não pode haver dúvida, todavia, de nosso recuo do compromisso com a Rússia a não ser que ela realmente queira”¹⁵⁵.

Grey, ao final, pedia a Buchanan que, antes de tudo, o comunicasse se ele achava possível introduzir a proposta junto a Sazonoff ou ao Imperador, assim como qual era o sentimento popular na Rússia sobre Constantinopla e os Estreitos. A resposta do embaixador, entregue no dia seguinte, foi desencorajadora: o governo russo aparentava não abrir mão do arranjo feito em março ou dispor-se a modificar os entendimentos de até então, assim como a população russa parecia favorável aos reclames sobre Constantinopla. O esquema proposto, ainda que condicionado à hipótese de uma oferta otomana chegar de fato ou não, era perigoso porque poderia indispor tanto o governo quanto a população russa contra o Reino Unido¹⁵⁶.

O telegrama de Grey, em si, joga uma luz sobre várias questões: uma disposição em discutir promessas secretas, desde que o lado envolvido quisesse, resulta em dizer que, na prática, as alianças secretas eram mais importantes que o futuro otomano e até mesmo que uma solução mais “prática” para acabar com a guerra otomana¹⁵⁷. Também

¹⁵⁴ Ibid., p. 532.

¹⁵⁵ Ibid.

¹⁵⁶ MIP. “Buchanan to Grey, 17 November 1915, F.O. 800/75”, Petrogrado, 17/11/1915, p. 533-4.

¹⁵⁷ Tanto que, quando uma oferta de paz separada surgiu aos russos supostamente em nome de Djemal Paxá, Grey não se animou em encorajar uma revolta por trás das linhas inimigas, se isso significasse conceder à “Turquia Asiática” ganhos territoriais que o Reino Unido prometera a seus aliados (FROMKIN, 2008, p. 237). Esta “oferta”, feita em dezembro de 1915, de fato chegou aos Aliados, que a discutiram, mas não se tem comprovação de que o emissário, o armênio Hakob Zavriev, falasse realmente em nome de Djemal (MCMEEKIN, 2010, p. 296). O esquema apresentado compreendia a criação de um Estado turco unindo a Anatólia, Cilícia, Palestina, Mesopotâmia, Arábia e uma Armênia autônoma, Estado tal do qual Djemal seria sultão com linhagem hereditária. Em retorno, Constantinopla e os Estreitos não fariam parte deste território. O esquema foi, em março de 1916, rejeitado pelos franceses, atentos às suas ambições territoriais, mas a questão permanece pertinente do ponto de vista das alianças, pois os russos não se opuseram à proposta (FROMKIN, 2008, p. 237). McMeekin (2010, p. 402) observa

aclara o interesse britânico nos Estreitos como fator primordial em qualquer contexto pós-guerra, aonde a posição “final” dos turcos era uma peça que poderia ser vendida e revendida até um assentamento definitivo. Todavia, o telegrama subentende que “algo de turco” haveria em algum lugar, ainda que não definisse a forma político-organizacional do que sobraria – algo que as negociações secretas também deixaram no ar. Neste sentido, em Londres, aparentava-se que, seguidos os padrões firmados, o restante territorial comporia a continuidade do sultanato otomano: os interesses primordiais eram as rotas de navegação livre pelos Estreitos, a transferência do poder do Islã para a Arábia, e as questões de transição na Mesopotâmia e no Golfo Pérsico. Logo, com todos os Poderes arranjados em seus interesses e com todas as principais potencialidades otomanas distribuídas entre eles, não surpreende que o que restasse não valesse atenção ao ponto de uma discussão quanto a qual seria o molde institucional daquele Estado – afinal, as discussões quanto aos acordos secretos, além de condicionais, eram referentes ao que tirar e não ao que “reformatar”¹⁵⁸.

Entretanto, enquanto os governos planejavam, a guerra transcorria, fazendo e refazendo a história com e sem o controle das mãos humanas: os otomanos resistiram muito mais do que março de 1915 estimava; o governo Asquith caiu e Lloyd George assumiu como primeiro-ministro em dezembro de 1916, formando um governo de coalizão¹⁵⁹; e a Rússia passou por um processo revolucionário, que culminou na tomada do governo pelo partido bolchevique em novembro de 1917 e retirou o país da guerra. Os acordos secretos que tinham sido alcançados com os russos, portanto, caducaram automaticamente e, neste ínterim, um novo “aliado” surgiu: os Estados Unidos, com seu presidente Woodrow Wilson e sua doutrina de autoderminação dos povos. Enquanto isso, o Império Otomano manteve-se combatente até fins do ano de 1918.

esta questão, afirmando que Zavriev, por anos, conspirou junto aos russos para formar uma Armênia independente.

¹⁵⁸ Este é um ponto que ficaria especialmente claro quando as negociações de paz, após a rendição otomana, se iniciaram, em 1919.

¹⁵⁹ Isto implicou num redesenho no Conselho de Ministros, dando espaço maior aos conservadores. Destaque para a nomeação de Arthur Balfour como Secretário de Relações Exteriores e para a inclusão de Lorde Curzon no gabinete, que teria um papel de destaque futuro na condução das relações britânicas com o Império Otomano. Para aprofundar o conhecimento quanto à lista de membros do Gabinete do “Governo George”, conferir Mowat (1968, p. 669-70). A troca de governo não significou que o planejamento do governo anterior tenha sido abandonado, a linha essencial foi mantida. Isto também vale para os compromissos e a vinculação com os Aliados, por mais que se entendesse que alguns de seus termos exigissem revisão. Mesmo após os bolcheviques terem publicado os acordos secretos, no final de 1917, os compromissos entre italianos, britânicos e franceses não caducaram. O que, de fato, mudou foi o fato que os compromissos com os russos não mais se aplicavam, quando o governo do czar ruiu.

2.2 O armistício

Quando a questão de uma paz com o Império Otomano surgiu¹⁶⁰, nos primeiros dias de outubro de 1918, o Conselho de Ministros foi pego de surpresa: o requerimento otomano certamente era um reflexo do colapso alemão ao oeste, mas tal ação era inesperada aos de um conselho que não considerava que este acontecesse tão cedo e que, portanto, ainda não formulara seriamente qualquer disposição quanto a termos de paz para com a Sublime Porta. Com isso, um planejamento teve de ser acelerado e uma reunião no dia 03 de outubro de 1918 iniciou as conversas quanto aos moldes de paz com o Império Otomano.

O ponto central de toda a discussão da reunião ministerial foi se um armistício ou um acordo de paz unilateral, entre o Reino Unido e o Império Otomano, deveria ser assinado. O primeiro-ministro Lloyd George defendia a segunda opção, que logicamente quebrava as disposições de tratados secretos anteriores de não concluir paz em separado, já que, passados dois anos, o “Sykes-Picot” merecia revisão¹⁶¹, evidenciando um raciocínio que Lorde Curzon¹⁶² prontamente consentia, ao lembrar que a retirada russa anulava seus reclames anteriores ao território otomano¹⁶³. George adentrou-se também na justificativa de que os otomanos não aceitariam um armistício sem saberem qual acordo de paz ser-lhes-ia imposto posteriormente, mas não obteve consenso: o Gabinete favoreceu a estratégia do armistício e deu os moldes para quais deveriam ser seus termos, que foram levados pelo primeiro-ministro, poucos dias

¹⁶⁰ No início do mês alguns representantes otomanos começaram a sondar a possibilidade de um armistício. A esta altura, os Aliados já tinham conquistado e buscavam efetivar seu controle sob as posses otomanas no Levante; isto é, Palestina, Síria e os vilayets de Basra e Bagdá. A resistência otomana já tinha ou sucumbido ou era precária demais para assegurar o controle de quaisquer outras posições, tanto que, em reunião do dia 24 de outubro, o Conselho foi informado que as tropas britânicas haviam chegado aos arredores de Kirkuk (pertencente ao vilayet de Mossul), encontrando nenhuma oposição, e estavam a 130 milhas de Mossul. O General Allenby, na Síria, não tinha nenhuma oposição em sua marcha em direção a Aleppo e Alexandreta (CAB/23/8).

¹⁶¹ Não à toa, o primeiro-ministro se reuniu secretamente com Georges Clemenceau, primeiro-ministro francês, no início de dezembro, e obteve o consentimento de que a Palestina seria britânica e que a região de Mossul, que no tratado tinha ficado dentro da zona de influência francesa, iria para o Reino Unido.

¹⁶² Nascido George Nathaniel Curzon, Lorde Curzon era um experimentado funcionário britânico ligado à ala Conservadora do Parlamento. Em fins dos anos 1880, realizou uma viagem rumo à Ásia Central para averiguar por si próprio a situação vigente, enquadrada na dinâmica do Grande Jogo, da região. Anos depois, entre janeiro de 1899 e novembro de 1905 ocupou o cargo de vice-rei da Índia. Compôs desde o início o “governo George”, primariamente como “Lorde Presidente do Conselho”, e posteriormente como Secretário de Relações Exteriores, entre 23 de outubro de 1919 e 22 de janeiro de 1924. Estamos cientes de que durante seu período ligado ao governo, Curzon ostentou diferentes títulos reais para além de “lorde”, todavia optamos por referir-se a ele, ao longo do texto, como “Lorde Curzon” porque as narrativas historiográficas correntes tendem a usar esta nomeação. Para conferir a jornada do jovem Curzon à Ásia, conferir, por exemplo, Hopkirk (2006, cap. 32).

¹⁶³ CAB 23/14

depois, para uma série de conferências com os Aliados em Paris e, no dia 09 de outubro, tais termos foram aprovados pela França e Itália.

Uma rendição otomana, agora, era uma questão de tempo e restava esperar quando o armistício seria formalmente solicitado. Neste meio tempo, vale ressaltar, que o governo da Porta ruiu, mas, ainda que o triunvirato “Djemal-Talaat-Enver” tivesse renunciado, o CUP não deixara de exercer influência no novo governo e um novo conselho de ministros foi formado com considerável representação dos Jovens Turcos, que se mantinha ramificado por outros setores da máquina estatal otomana. Ahmet Izzet Paxá assumiu o cargo de grão-vizir em 13 de outubro, um dia depois da cúpula do CUP renunciar formalmente, mas o “Foreign Office” logo percebeu que a mudança não era real: em uma reunião do Conselho de Ministros, em 28 de outubro, Lorde Curzon perguntou aos membros do F.O presentes sobre a veracidade do rumor de que o novo governo em Constantinopla era ainda controlado pelo CUP e obteve, por parte de Robert Cecil, a resposta: o novo governo era indubitavelmente um governo dos Jovens Turcos, que controlava não só o novo grão-vizir, mas outras esferas do governo. Cecil concluía, portanto, que, por isso, o Reino Unido não deveria conceder aos otomanos termos mais brandos de armistício¹⁶⁴.

Quando, de fato, os otomanos fizeram uma aproximação real para uma negociar um armistício, o gabinete autorizou o almirante Gough-Calthorpe a negociar os termos com um representante da Porta: no dia 30 de outubro de 1918, Calthorpe e Hussein Raouf assinaram, no porto de Mudros, um restritivo acordo que selava um armistício entre o Império Otomano e os Aliados. O texto do documento resultava por ser basicamente os termos que os Aliados haviam concordado no início do mês. Seus 25 artigos estipulavam, além de uma rendição formal otomana, que o governo perdedor permitisse a ocupação, por parte Aliada, de qualquer ponto estratégico “em evento de qualquer situação que ameace a segurança Aliada”; a abertura dos Estreitos de Dardanelos e Bósforo; a garantia de acesso seguro ao Mar Negro; a determinação de uma ocupação Aliada dos fortes dos Estreitos; a ocupação Aliada das ferrovias presentes nas Montanhas de Taurus (ao sul da Anatólia); o estabelecimento de oficiais Aliados em todas as ferrovias de controle otomano; a retirada imediata dos otomanos do nordeste da Pérsia e da Transcaucásia, restabelecendo a fronteira anterior à guerra; além da rendição

¹⁶⁴ CAB 23/8.

de batalhões otomanos aos representantes Aliados no Hejaz, Assir, Iêmen, Síria e Mesopotâmia¹⁶⁵. Ordenava-se, também, a retirada das tropas da Cilícia, deixando apenas um contingente necessário para “manter a ordem” e a desmobilização imediata do exército otomano, excetuando o caso de tropas necessárias para a vigilância das fronteiras e a manutenção da ordem interna. Os navios de guerra otomanos, em águas otomanas ou não, deveriam também se render e estipulava-se que a telegrafia sem fio e estações a cabo seriam controladas pelos Aliados, excetuando mensagens do governo otomano¹⁶⁶.

Assim sendo, no dia 12 de novembro, a esquadra do almirante Calthorpe adentrou os Estreitos desarmados para tomar uma Constantinopla rendida e não tardou muito para que Alto-Comissários Aliados fixassem residência na capital. Os encarregados militares procederam em seguir os termos do armistício e durante um período de talvez seis meses houve uma espécie de “estabilidade”. Conforme informou o general G.F. Milne, comandante-em-chefe do Exército do Mar Negro, ao Ministério da Guerra em Londres, em 1919:

“Antes do desembarque dos gregos em Esmirna, em maio deste ano, o governo central de Constantinopla, embora fraco, tinha autoridade suficiente nas províncias para garantir a efetivação dos termos do armistício em relação à desmobilização do exército e a rendição do armamento. Durante o período do armistício até maio, o fluxo constante para Constantinopla de armamento rendido das províncias foi uma indicação certa de que os líderes não pensavam em resistência. A única exceção foi, talvez, o general Kiazim Karabekir, oficial comandante em Erzerum, que, embora tenha reduzido o número de efetivos e o armamento de seu corpo, não os reduziu aos valores fixados. Até meados de maio, todos os comandantes dos Corpos enviavam quantidades de armamento a Constantinopla. Por exemplo, em maio, o general Mustafá Kemal - agora o líder de todo o movimento - enviou um grande comboio de metralhadoras; enquanto o general Kutchuk Djemal Paxá, agora Ministro da Guerra e um dos principais organizadores do Movimento Nacional, enviou uma grande remessa de Konya. É, portanto, óbvio que, até meados de maio, nenhum pensamento de resistência aos termos da Paz que os Poderes da Entente pudessem aplicar havia sido contemplado. Essa visão foi confirmada pelos relatórios fornecidos por uma agência especial da equipe de Inteligência, que até maio não havia detectado nada tendendo ao movimento que posteriormente convulsionou o país. A ocupação do sudoeste da Ásia Menor pelos italianos, o desembarque dos gregos em Esmirna, e os eventos desastrosos que daí resultaram, mudaram completamente a situação. No final de maio, o país foi inundado com relatos do que havia ocorrido. Esses relatos, naturalmente exagerados, foram um grande choque para os turcos e tiveram um efeito unificador nas várias facções em que o país estava naquele momento dividido. Pode ser dito que o Movimento Nacionalista teve suas origens como resultado destes eventos. Outro fator contribuinte [...] foi o medo sempre presente de que uma porção da Anatólia Oriental fosse formar

¹⁶⁵ HPCP (vol. I). “Armistice Convention with Turkey”, Lemnos, 30/10/1919, p. 495-7.

¹⁶⁶ Ibid.

um novo Estado armênio, uma proposta que foi muito discutida pelos armênios e pela imprensa europeia"¹⁶⁷.

O relato de Milne, bastante preciso em descrever o processo de insurgência turca no país¹⁶⁸, é categórico em mostrar que a estabilidade esvaiu-se a partir do momento em que as ocupações militares começaram, em especial a grega, que veio aliada a um massacre de muçulmanos locais no momento de seu desembarque. A ocupação italiana da região a sudoeste da Anatólia, em março de 1919, e a grega, em maio, apesar de terem ocorrido em contextos diferentes, passaram pelo crivo de negociações de paz em Paris, no primeiro semestre de 1919¹⁶⁹. Logo, elas consolidaram, junto com a ocupação militar francesa da Cilícia (ocorrida em novembro de 1918), o fato de que o sul da Anatólia estava fora do controle real do governo otomano. Em certa medida, “Mudros” consentia com tudo isso, mas, como um simples documento de armistício, não alterava a estrutura política do governo e não era um acordo de paz – de fato, ele nem tinha condições de ser utilizado como tal, muito menos de manter a situação estável por muito tempo. Porém, o documento se estenderia como “lei”, mesmo sem condições práticas, até que um Tratado de Paz fosse realmente assinado, algo que só ocorreria quase dois anos depois. Neste período, o destino do Império Otomano foi discutido em Paris e em Londres: era de lá que sairia a ordem final e não daqueles que viam a realidade prática diretamente do sultanato.

¹⁶⁷ CAB 24/93/60. O trecho em questão provém de um memorando do general, datado de 20 de outubro, informando o processo de origem do movimento nacionalista turco. Ele foi repassado ao Conselho de Ministros em 18 de novembro por Winston Churchill, agora Ministro da Guerra, e um exame prospectivo mostra que teve um forte apelo entre os membros do Gabinete.

¹⁶⁸ Os motivos da insurgência foram, inclusive, corroborados em documentos oficiais publicados pelos nacionalistas no segundo semestre de 1919, endossando seu protesto contra as ocupações. Talvez a única questão de fato equivocada no relatório de Milne esteja na sua atribuição de alta união do movimento nacionalista: conforme estudos posteriores demonstram, dentre eles os de A.L MacFie (2001; 2002), Mustafá Kemal teve dificuldades para consolidar sua liderança até meados de 1921. Kemal (posteriormente conhecido como “Kemal Atatürk”) era um antigo oficial do exército otomano que se notabilizara por sua condução vitoriosa da Batalha de Galípoli, em uma ocasião em que o comandante em chefe, Liman von Sanders, lhe atribuiu papel de destaque na organização da condução dos embates. A partir disso, ganhara uma espécie de aura de herói nacional. Foi um membro ligado aos Jovens Turcos.

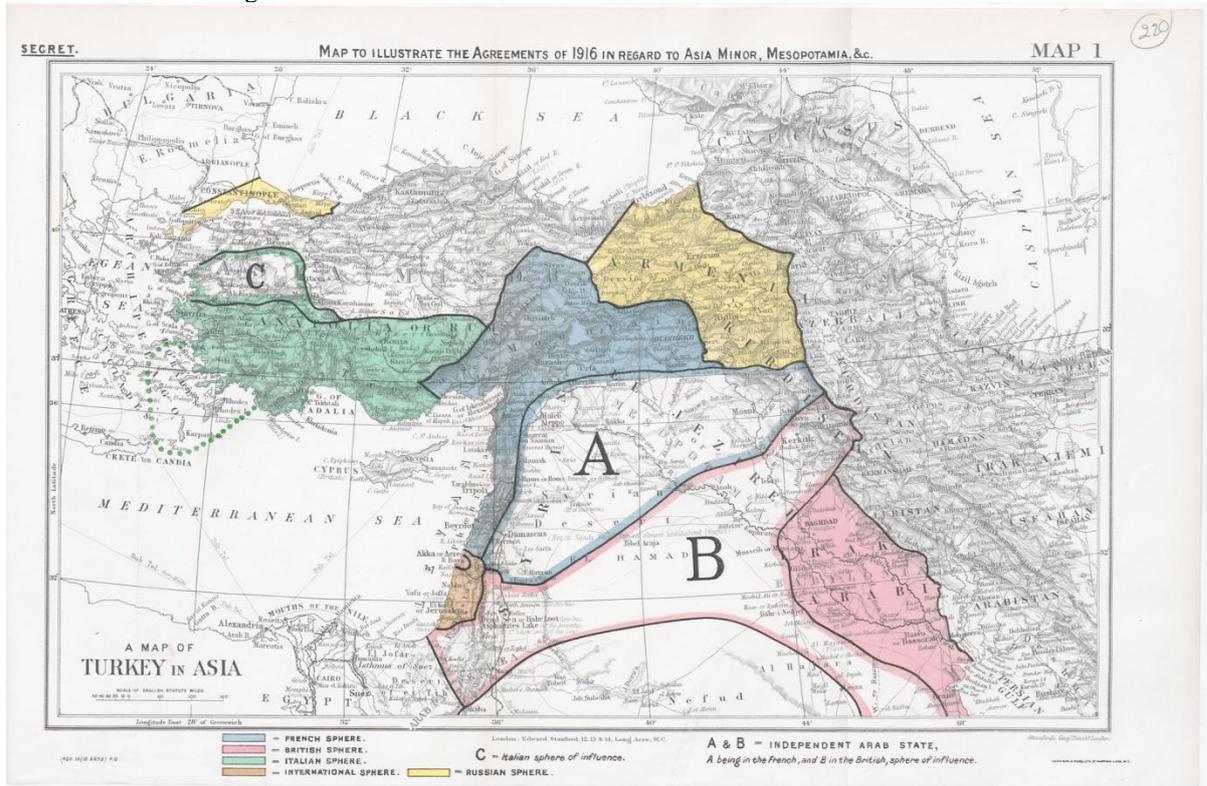
¹⁶⁹ Os italianos invadiram a região de Adália sem autorização do Supremo Conselho estabelecido em Paris e posteriormente justificaram-se, não de modo completamente honesto, baseados no acordo de 1917. Os gregos, por sua vez, tiveram a permissão de Clemenceau, Wilson e Lloyd George para a ocupação militar, muito mais por desgosto à postura italiana de ocupação. Porém, a justificativa oficial grega passava pelo artigo de Mudros supracitado de permissão de ocupação “em evento de qualquer situação que ameace a segurança Aliada” – o qual acabava, na realidade, por ser uma carta branca para os Aliados ocuparem territórios tal como quisessem.

Figura 3 - As divisões territoriais do Comitê de Bunsen



Fonte: Mavi Boncuk

Figura 4 - As fronteiras de acordo com os acordos de 1915 a 1917



Fonte: British Library

3 O TABULEIRO DE XADREZ DO PÓS-GUERRA: A PEÇA OTOMANA

Às vésperas da Conferência de Paz em Paris, que se iniciaria em janeiro de 1919, o Departamento de Inteligência do “Foreign Office” emitiu um documento bastante esclarecedor em relação à visão britânica dos “assuntos otomanos”. O memorando¹⁷⁰, endereçado ao Conselho de Ministros e datado de 21 de novembro de 1918, ao analisar os compromissos gerais contraídos até então, informava que o governo não havia se comprometido a “abrir mão de nenhum de seus direitos pré-existentes, relações, instalações, ou outros interesses, políticos ou econômicos, na região (exemplo: posses territoriais, protetorados, capitulações, concessões a súditos britânicos, etc)” e que, além disso, declarara que, “de modo geral, as populações não-turcas deveriam ser liberadas do desgoverno turco e receber uma oportunidade de vida nacional e desenvolvimento econômico”¹⁷¹. Consciente de que os tratados com a Rússia não faziam mais parte da lista de compromissos, ao contrário daqueles com a França e Itália, o memorando prosseguiu, dizendo que:

“No que diz respeito à Turquia Europeia e à Anatólia, o governo de Sua Majestade não está comprometido com a extinção de um Estado nacional turco independente, mas concordou provisoriamente que a Itália estabelecerá a administração ou controle direto ou indireto que desejar na ‘Área Verde’ e terá prioridade política e econômica na ‘Área C’, embora esta última faria parte de um Estado independente (presumivelmente a Turquia). Os direitos italianos na Área Verde e na Área C estão sujeitos às seguintes limitações: Esmirna deve ser um porto franco para o comércio britânico e francês; a tarifa aduaneira otomana existente permanecerá em vigor por vinte anos; e não deve haver barreiras alfandegárias internas entre nenhuma das áreas ‘coloridas’ ou ‘com letras’. A Ferrovia Aidin, de propriedade britânica, na Área Verde, é protegida por um compromisso mútuo da Grã-Bretanha, Itália e França de que os interesses de cada Poder nas áreas designadas aos outros serão escrupulosamente respeitados. O governo de Sua Majestade não consentiu com nenhuma modificação dos Tratados de Capitulação na Turquia Europeia ou Anatólia ou em qualquer outra parte dos antigos territórios do Império Otomano; mas como esses tratados são apenas bipartidos, eles cessaram com a guerra e terão que ser renovados especificamente se sua manutenção for desejada. No que diz respeito ao controle do Estreito do Mar Negro, o governo de Sua Majestade não está mais vinculado à sua aceitação qualificada do telegrama circular russo de 4 de março de 1915, no qual a Rússia reivindicou as porções do litoral do Estreito de cor amarela no mapa. Suas mãos estão agora totalmente livres em relação ao controle do Estreito e à disposição de Constantinopla”¹⁷².

¹⁷⁰ O documento em questão nomeia-se “Memorando a respeito do assentamento da Turquia e da Península Árábica” e não tem a assinatura de nenhum funcionário específico.

¹⁷¹ CAB/24/72.

¹⁷² Ibid. Conferir novamente a “Figura 04”, quanto às áreas especificadas.

Tendo isto aclarado, o memorando voltou-se para quais eram os desejos que o governo britânico já possuía e tinha de garantir, pensando em si mesmo, para o futuro da região. Como “interesses gerais” estavam descritos:

“(1) Manutenção de direitos, relações, instalações e outros interesses britânicos pré-existentes, políticos e econômicos, nesta região; (2) Um assentamento de toda essa região, a qual, estando entre o Egito e a Índia, é de interesse direto ao Império Britânico, em uma base estável e amigável. "Estabilidade" significa o estabelecimento de um governo ou governos efetivos aceitáveis para as populações; "amizade" significa a intenção de tais governos de não perseguirem uma política hostil ao Império Britânico, nem servirem aos interesses de uma terceira potência que persiga tal política”¹⁷³.

A esta altura, evidentemente, o controle dos Estreitos era algo a ser garantido, mas isto não quer dizer que houvesse uma disposição de que estes fossem administrados pelo Reino Unido: o memorando mostrava que, do ponto de vista do governo, era “indispensável” que Dardanelos e Bósforo fossem internalizados, mas os métodos para isto estavam em discussão, uma vez que não se havia chegado ainda a nenhuma solução. Ao mesmo tempo, porém, sugestionava-se que este controle internacional fosse feito pela forma de mandato e que, destarte, apenas uma potência aceitável poderia ser constituída da tarefa: os Estados Unidos¹⁷⁴. Já considerando que os acordos secretos prévios com a França destacariam o Oriente Médio árabe do Império, o documento também lembrou que era de interesse do governo uma Armênia independente ao leste da Anatólia, em um

“Estado que acabaria sendo autogovernado mas reconstruído por um período de anos por uma terceira potência; esse poder seria amigável à Grã-Bretanha e capaz de transformar a Armênia em uma barreira eficaz contra o panturquismo e também contra a agressão de potências estrangeiras na direção dos países árabes. [...] Para que a reconstrução da Armênia por uma potência externa seja eficaz, esta precisaria de uma linha costeira ao Mediterrâneo, a partir da qual o acesso ao interior seria viável. Enquanto a igualdade para todos os elementos da população estiver garantida, é desejável que a Armênia receba uma ampla extensão na direção da Anatólia e que as fronteiras deste último país sejam limitadas a distritos onde os turcos, sem dúvida, constituem a maior parte da população”¹⁷⁵.

¹⁷³ Ibid.

¹⁷⁴ Ibid. Adiantando-se, porém, o documento ponderou que, em caso de negativa norte-americana, a provável solução inevitável seria o estabelecimento de uma “junta internacional de controle” mista.

¹⁷⁵ Ibid. Ao final do memorando, havia a sugestão do F.O de que o Estado funcionasse como um mandato, sendo as opções mais viáveis de mandatários os Estados Unidos e a França. Isto posteriormente seria fonte de discussão e a posição oficial foi de que os EUA fossem a nação mandatária, ainda que as eventuais fronteiras da Armênia tivessem se mantido em avaliação. Vale esclarecer que a ideia de “mandato” era criação jurídica nova que autorizava que um governo estrangeiro se estabelecesse como uma espécie de “tutor” direto a um governo local vigente ou instituído, no intuito “oficial” de auxiliar em seu desenvolvimento. Portanto, o *status* de “mandato” não conferia independência real e, muito por isso, o instrumento é considerado, por muitos estudiosos, como uma forma alternativa encontrada pelos europeus de absorver o controle de novos territórios sem os altos custos intrínsecos à anexação territorial.

Se ainda havia alguma dúvida, até este momento do memorando, de que, do ponto de vista britânico, a continuidade de um Estado turco era um interesse, o documento tratou de explicitá-lo: considerando as excisões territoriais supracitadas, o que sobraria de turco era a região ao oeste da Anatólia e a região da Trácia¹⁷⁶ e , neste sentido,

“o governo de Sua Majestade não tem interesse em impedir a manutenção de um Estado Nacional turco independente e a substituição de alguma alternativa satisfatória para as capitulações nessa área; mas alguma salvaguarda eficaz deve ser encontrada para os elementos não-turcos da população, e especialmente para os gregos em Esmirna e outros importantes centros na costa oeste da Anatólia”¹⁷⁷.

Contudo, neste raciocínio, Constantinopla era um ponto de entrave, e o memorando já adiantava que havia uma divisão de pontos de vistas dentro do governo britânico a respeito da posse da cidade. Uma vez que haveria um Estado turco, a intriga era, portanto, se o sultão permaneceria com ela ou não:

“Em relação ao futuro de Constantinopla, o estabelecimento de tal controle sobre os Estreitos satisfaria os desejos estratégicos e econômicos britânicos. Mas, uma vez que o prestígio com o qual o sultão otomano é investido pela posse de Constantinopla é um de seus principais apoios na retenção do califado, e uma vez que a transferência deste dos turcos para os árabes é distintamente desejável do ponto de vista britânico, a expulsão da Turquia de Constantinopla pode talvez ser considerada um desejo britânico por motivos políticos. Tendo em vista, porém, as antigas rivalidades pela posse de Constantinopla, existem objeções consideráveis e, porventura, convincentes a esse curso. [...] Do ponto de vista dos interesses britânicos, os argumentos a favor e contra deixar Constantinopla sob a soberania turca são muito equilibrados. Contra a permanência, está o fato de sua conservação permitir ao sultão otomano reter o califado. A favor da permanência, está a rivalidade entre os reclamantes tradicionais, que uma transferência de propriedade pode trazer à tona. Veremos mais claramente quando a questão estiver realmente em discussão, e não devemos nos apressar em decidir”¹⁷⁸

O futuro mostraria que esta discussão seria ainda mais complexa e variante do que isto, mas vale lembrar que este mesmo memorando reiterava que a posição britânica quanto ao destino do califado era uma questão a ser decidido pelos próprios muçulmanos¹⁷⁹. Ao

Porém, o período pós-guerra trazia consigo a mentalidade de que mandatos deveriam ter legitimidade internacional e a nascente Liga das Nações, instituída em 1919, seria o organismo que conferiria tal legitimidade. A lógica de mandato e sua ligação com a Liga estão bem expressas no artigo 22 do Tratado de Versalhes, assinado em 28 de junho de 1919.

¹⁷⁶ A Trácia é uma região histórica que, por definição, toma partes das atuais Bulgária, Grécia e Turquia. A chamada “Trácia Oriental” seria a parte regional que tem extremo leste na parte “europeia” de Constantinopla (atual Istambul). Neste período, parte da Trácia estava ainda em posse otomana.

¹⁷⁷ Ibid.

¹⁷⁸ Ibid.

¹⁷⁹ Ibid. O que não deixa de fazer sentido com a doutrina tradicional do “Foreign Office” de que a política externa britânica quanto ao Islã deveria ser de não-intromissão em seus assuntos internos – por mais que as políticas do governo anterior aparentassem ir na contramão disso. O interessante do argumento do califado como “questão particular” é como ele seria usado como fonte de retórica no

seu final, afirmando estar ancorado na teoria da autodeterminação, o relatório sugeria que governo não permitisse uma anexação territorial italiana na região da Anatólia – quebrando, obviamente, as disposições dos tratados secretos contraídos com Roma –, sem contar que “Sua Majestade” deveria manter-se atenta ao equilíbrio da balança de Poderes no Mediterrâneo, uma área que o crescente imperialismo italiano vinha ameaçando¹⁸⁰. Logo, era evidente a necessidade de revisão de alguns termos dos acordos secretos, em especial os de natureza anglo-italiana.

Ainda que não fosse um documento de política oficial, o memorando de novembro fez um bom trabalho em demonstrar interesses vigentes, assim como indicar preocupações futuras que apareceriam no interior do governo. Ele deu o tom do que seria, no fim, muito do parâmetro utilizado pelos britânicos em Paris no ano seguinte; como, por exemplo, as ideias de “Turquia turca”, “Estreitos internacionalizados”, e “Armênia sob mandato”. Além disso, indicou a preocupação com o Egito e, principalmente, com a Índia como fator relevante, algo que viria à tona em janeiro de 1920. Mais sutilmente, mas de modo igualmente importante, o memorando carimbou o senso de continuidade em relação ao sultanato otomano na mente britânica; mesmo que deixasse apenas nas entrelinhas que o sultão seria o soberano do Estado otomano unicamente “turco”.

3.1 Paris

Quando, em janeiro de 1919, as Potências Aliadas se reuniram para o início das Conferências de Paz em Paris naturalmente o assunto “tratado de paz otomano” seria, de alguma forma, debatido. Era claro que, do ponto de vista britânico, um tratado só poderia ser alcançado em acordo com as preferências dos outros Aliados: as decisões finais seriam tomadas em conjunto nas reuniões do “Supremo Conselho”¹⁸¹, do qual Lloyd George, naturalmente, fazia parte. Porém, toda uma delegação britânica, contendo especialistas de diferentes esferas¹⁸², foi enviada a Paris e, ainda que a decisão final quanto a qualquer destino de tratado para o Império Otomano tivesse de ser

futuro, sem contar que a passagem referenciada em questão sugere um governo que encarava esta questão sem vínculos preexistentes.

¹⁸⁰ Ibid. Não à toa, o documento vinculava como desejo britânico um assentamento entre italianos e gregos quanto às ilhas do Dodecaneso.

¹⁸¹ O “Supremo Conselho” era constituído pelos principais chefes do Executivo da Itália (Vittorio Orlando), Reino Unido, França (Georges Clemenceau) e Estados Unidos (Woodrow Wilson).

¹⁸² Destaquemos, aqui, por exemplo, membros do “Foreign Office”, do “Indian Office” e do Ministério da Guerra (“War Office”).

acordada pelo “Conselho”, George não detinha a liberdade para chegar a um acordo que não fosse aprovado por sua delegação e por seu governo em Londres¹⁸³.

Neste sentido, a questão da parcela otomana da Anatólia, Constantinopla e Trácia foi, de fato, discutida com atenção a partir de abril. O Conselho, que já havia concordado com a proposta do Comitê Grego de que uma zona grega na Ásia Menor deveria ser estabelecida, decidiu, no dia primeiro, que, quanto a um tratado de paz, a “Turquia” precisaria saber apenas quais territórios não manteria e que os limites da zona grega seriam “estendidos além dos limites estritamente etnográficos, a fim de abrir os portos da costa ocidental”¹⁸⁴. A Sublime Porta seria, também, obrigada a concordar, com antecedência, com quaisquer acordos que os Poderes eventualmente decidissem para a Anatólia, sendo a disposição provisória alcançada o entendimento de que se não fosse independente, a “Turquia” seria colocada sob um mandato diferente do de Constantinopla e do Estreito, o qual deveria existir¹⁸⁵.

A esta altura, Lloyd George já estava pronto para assumir negociações que levassem em consideração que Constantinopla e os Estreitos livres, além da Armênia, seriam mandatos norte-americanos¹⁸⁶. A partir daí, todos os arranjos feitos considerariam esta conjuntura¹⁸⁷ e, neste mesmo mês, George apresentou ao presidente Woodrow Wilson um plano de assentamento de paz que compreendia a região otomana não-árabe, previamente elaborado junto ao primeiro-ministro francês, Georges Clemenceau. Levando em conta que Constantinopla, os Estreitos e a Armênia ficariam sob o domínio dos Estados Unidos, compreendia-se que um Estado separado seria constituído na zona dos Estreitos, a metade sul da Anatólia (excetuando a zona grega) seria italiana e o resto do território um mandato francês. Wilson mostrou-se contra, afirmando que uma concessão territorial aos italianos não poderia não ser um mandato da Liga das Nações

¹⁸³ Por “governo em Londres”, queremos dizer o corpo ministerial que, neste momento, não se moveu a Paris. Uma decisão final deveria passar pelo crivo dos membros do Conselho de Ministros.

¹⁸⁴ HELMREICH, Paul C. *From Paris To Sèvres: The Partition of the Ottoman Empire at the Peace Conference of 1919-1920*. Columbus, 1974, p. 111.

¹⁸⁵ Ibid.

¹⁸⁶ Havia uma discussão no interior do governo quanto à questão dos gregos na Trácia e em Esmirna: alguns ministros, como Curzon, Churchill e Montagu, por exemplo, não eram favoráveis à cessão de Esmirna. Todavia, no final de janeiro, a Delegação Britânica deu aval para concessão, em caso de necessidade, desta região aos gregos e, em março, houve a decisão de estabelecer Constantinopla e os Estreitos como mandatos norte-americanos, assim como uma disposição para que o mesmo fosse adequado à Armênia. A discordância principal que permanecia era se os turcos ficariam ou não em Constantinopla, mas os esboços de tratado, em abril, tinham a recomendação de que eles não manteriam a cidade (BUSCH, 1976).

¹⁸⁷ Mesmo que Wilson não tenha feito uma promessa neste sentido (esta era uma decisão que só poderia ser oficial após uma votação do Senado, que até o final da Conferência não ocorreu).

(em caso de decisão de estabelecimento de zonas de influência) e defendeu que os turcos não deveriam ter seu território dividido¹⁸⁸. Este, porém, não seria o último plano que George apresentaria e, no dia 13 de maio, ele apareceu com um novo esboço: a parte sul da Anatólia seria um mandato italiano, enquanto a parte norte (tal como proposto no mês anterior), funcionaria como um mandato francês – um esboço que, naturalmente, Clemenceau não deixaria de concordar. Isto levava em conta que, se o Senado aprovasse, os EUA teriam mandatos sobre Constantinopla, Estreitos e Armênia. O esquema, desta vez, previa que os gregos não teriam um mandato fora da zona “puramente grega” e foi justamente a este ponto que Wilson se opôs, já que ia em desacordo com as disposições anteriores do Conselho. O presidente norte-americano, porém, não precisava se preocupar, pois um George conciliatório logo concordou em fazer uma retificação no esboço, no sentido de conceder maior parcela aos gregos.

Tal concordância, todavia, não significava o fim da discussão: no dia seguinte, Wilson acentuou as dificuldades de estabelecer estes dois mandatos, afirmando que eles só poderiam existir se fossem completamente separados politicamente, já que ser um Poder mandatário não concedia nenhum direito econômico especial de nenhuma natureza. Neste esquema, defendeu o presidente, o mandato da “Anatólia do Sul” deveria ser “uma unidade autônoma para eleger seu próprio governador-geral, com Konya como capital. Caso contrário, haveria a dificuldade de uma única capital na qual os representantes de ambos os mandatários viveriam”¹⁸⁹. Clemenceau, ciente das dificuldades que uma divisão política destes mandatos poderia gerar à França e à Itália, defendeu ser preferível que toda a Anatólia fosse um Estado independente.

Nada disso, porém, passava pela cabeça de George: o primeiro-ministro britânico abertamente defendeu que um sistema de mandatos servia justamente para manter o tipo de domínio econômico, por meio de conselheiros estrangeiros, que existia no Império Otomano antes da guerra¹⁹⁰. Seu plano não previa uma cisão política ou territorial do sultanato para além do que já havia sido determinado – o que a divisão política de mandatos de Wilson certamente implicaria – e, levando em conta a hipótese do

¹⁸⁸ É bem verdade, também, que nem adiantaria muito insistir com Wilson, já que os próprios italianos rejeitariam a proposta, quando apresentada, por sentirem que esta desconsiderava seu desejo de anexação de Fiume, território ambicionado, hoje croata. Conforme mostra Helmreich (1974), este era justamente o intuito de Lloyd George e Clemenceau: fazer com que a Itália abrisse mão da região em troca de concessões territoriais na Anatólia.

¹⁸⁹ HELMREICH, Paul C. *From Paris To Sèvres: The Partition of the Ottoman Empire at the Peace Conference of 1919-1920*. Columbus, 1974, p. 115

¹⁹⁰ A nação mandatária, portanto, teria prioridade de nomear estes conselheiros.

planejamento de transferir o sultão para Bursa fosse adotado¹⁹¹, o monarca ficaria completamente sob domínio francês. Atento a isto, George ventilou a possibilidade de manter o sultão em Constantinopla, fora dos limites do Estado turco: em outras palavras, ele teria soberania nominal sobre este Estado, dividido em dois mandatos, um francês e outro italiano. Pode-se até não ter-se chegado a uma decisão final, mas Wilson, Clemenceau e George previamente concordaram com uma diretriz de divisão da Anatólia turca em duas unidades políticas separadas, deixando o método de implementação para “considerações futuras”¹⁹².

Não obstante, no caminho de George estava a Delegação Britânica, da qual necessitava apoio e que já tinha sido desfavorável ao arranjo de abril¹⁹³. Não surpreende que ela, novamente, tenha sido contrária ao novo esquema: Arthur Balfour, em especial, escreveu um memorando em repúdio, no qual expressou que a linha de pensamento da delegação era contrária a uma divisão política. O sultão governaria um Estado único, sem divisões ou mandatos; a Itália não teria mandato algum, mas teria “influência econômica prioritária” na zona de Adália; e o próprio Balfour advogou que o sultão ficasse fora de Constantinopla, tendo Konya ou Bursa como capitais de seu domínio¹⁹⁴. Sem apoio interno, o arranjo não podia prosseguir e três dias depois, diante dos membros Aliados, o primeiro-ministro britânico expressou que seu governo era contra uma partição, numa ocasião em que, além de ter acesso ao memorando de Balfour, o Supremo Conselho recebeu também a visita da delegação do “Indian Office”. A delegação indiana foi além das linhas de Balfour: o sultão deveria permanecer em Constantinopla, que faria parte de um Estado independente aceito pela Liga das Nações e que incluiria a Ásia Menor e a Trácia, uma vez que este, se demovido, poderia

¹⁹¹ O plano apresentado previa a expulsão do sultão de Constantinopla.

¹⁹² Estava também previsto que o plano fosse apresentado à Itália, que faria suas considerações, esperando-se que Roma, em troca, abrisse mão de seu insistente reclame por Fiume

¹⁹³ O projeto de George e Clemenceau de abril recebeu oposição, que apontou que ele causaria uma indignação muito intensa no mundo muçulmano inteiro, além de ser inviável financeira e economicamente.

¹⁹⁴ HELMREICH, Paul C. *From Paris To Sèvres: The Partition of the Ottoman Empire at the Peace Conference of 1919-1920*. Columbus, 1974, p. 117. Uma minuta de reunião da Delegação em Paris, ocorrida poucos dias depois (19 de maio), mostra maiores detalhes da visão de Balfour: “O sr. Balfour disse que era a favor dos turcos permanecerem em sua verdadeira pátria, que era o bloco central da Anatólia. Não deveriam ser colocados sob nenhum mandato, mas deveriam ter imposto a eles o tipo de controle internacional que existia antes da guerra. Por exemplo, havia um organismo internacional para lidar com dívidas, da qual a França tinha a presidência, enquanto os britânicos administravam a alfândega. Ele era a favor de colocar a Turquia e a Ásia Menor sob esse tipo de tutela internacional, a qual todos os Grandes Poderes poderiam dividir. Ele retiraria completamente o turco de Constantinopla e era a favor de deixar os gregos em Esmirna. Sua principal dificuldade estava no artigo 9 do Tratado de Londres de 1915, que sem dúvida concedia à Itália direitos no sul da Anatólia se a França e a Grã-Bretanha estendessem ou adquirissem bens no Oriente Próximo” (CAB 24/95/93).

desencadear um efeito refratário gigante no Islã indiano, que desejava mantê-lo em Constantinopla. Aproveitando a deixa, Lloyd George anunciou que ele próprio tinha uma nova posição: era contrário à partição, justamente pelo impacto que isto teria na comunidade muçulmana internacional, e defendeu o Estado turco com o sultão em Constantinopla exercendo seu papel vigente de califa. Isto, naturalmente, não lhe daria o domínio dos Estreitos, tornando preciso, defendeu George, procurar-se algum método para manter a aparência de que ele permaneceria como soberano de Constantinopla¹⁹⁵. Como outra justificativa, o premiê rememorou um antigo discurso, de janeiro de 1918, no qual defendeu a “manutenção do Império Turco nas pátrias da raça turca, com sua capital em Constantinopla” – o que incluía a Trácia e a Anatólia¹⁹⁶.

Podia até ser o fim de um esquema nestes moldes, porém muito rapidamente outra janela se abriria para redesenhar-se o tratado: no dia seguinte, consciente de que os italianos haviam concordado em abrir mão de qualquer mandato na Ásia Menor em troca da posse de Fiume, o Supremo Conselho ouviu um Wilson proponente de um arranjo em que o sultão seria soberano sobre todo o território da Anatólia turca, podendo, caso quisesse, permanecer em Constantinopla – ainda que sem soberania sobre seu entorno e Estreitos. Neste cenário, o presidente norte-americano propôs que o sultão deveria aceitar o aconselhamento de um Poder em assuntos específicos, como financeiros e econômicos, sendo a França a escolha provável para a tarefa. Neste exercício, é bom lembrar, Paris não estaria submetida à Liga das Nações, mas sim às diretrizes de um tratado¹⁹⁷. Apesar dos pesares, esta adaptação parecia viável aos olhos desconfiados de George, que previamente, junto a Clemenceau, consentiu com o plano.

Não obstante, até que algo fosse oficialmente decidido, o primeiro-ministro britânico teria de reunir-se com seu governo para discutir a plausibilidade do modelo: no mesmo

¹⁹⁵ HELMREICH, Paul C. *From Paris To Sèvres: The Partition of the Ottoman Empire at the Peace Conference of 1919-1920*. Columbus, 1974, p. 117. Não tardaria para que, no final do mesmo ano, George expressasse sua real opinião em relação à posição turca em Constantinopla, apesar de estar, de fato, suscetível à perspectiva de pressão muçulmana.

¹⁹⁶ MIP. “Memo. by Montagu, 18 December 1919, C.P. 326, Cab/24/95”, [S/L], 18/12/1919, p. 744. Um exame das discussões do Conselho de Ministros britânicos mostra que George não via esta declaração como uma promessa; porém, é bom lembrar, que o primeiro-ministro era um legítimo oportunista. O trecho mais lembrado deste discurso, o qual muito se discutiu, foi este: “Não estamos lutando para destruir a Áustria-Hungria, nem para privar a Turquia de sua capital ou das ricas e famosas terras da Ásia Menor e da Trácia, as quais são predominantemente turcas em raça. [...] Fora da Europa, acreditamos que os mesmos princípios devem ser aplicados. Embora não contestemos a manutenção do Império Turco nas pátrias da raça turca com sua capital em Constantinopla - a passagem entre o Mediterrâneo e o Mar Negro é internacionalizada e neutralizada - Arábia, Armênia, Mesopotâmia, Síria e Palestina têm, em nosso julgamento, o direito de reconhecer suas condições nacionais separadas” (Ibid.).

¹⁹⁷ HELMREICH. Op.cit., p. 120.

dia 18, membros do Conselho de Ministros britânico chegaram a Paris e suas discussões foram unânimes em rejeitar o plano de Wilson, que, na prática, significava um “mandato francês escondido”. Tal arranjo estava vetado e, no dia 21, George teve de informar aos Aliados que seu Conselho de Ministros havia chegado à decisão formal de não permitir uma divisão da Ásia Menor, ao passo que ofereceu uma nova ordem de cartas: mandatos norte-americanos sob a Cilícia, Estreitos, Constantinopla e Armênia, além um mandato “mais leve” sob o resto da Anatólia, onde estaria o governo do sultão¹⁹⁸. Isso ia muito além do que os Estados Unidos talvez pudessem assumir e, evidentemente, Wilson imediatamente recusou a proposta, insistindo na que fizera dias antes¹⁹⁹ – é claro que Clemenceau também engrossou a recusa.

Somente no mês seguinte, o último da Conferência de Paz em Paris, ouviu-se algo novo, com Wilson propondo um redesenho de sua proposta anterior, ao excluir a decisão de que a França seria o Poder responsável e deixar a questão para ser decidida posteriormente²⁰⁰. Entretanto, qualquer nova proposta continuaria a ser um tiro no escuro, já que todos os assentamentos propostos levavam em consideração uma hipotética responsabilidade norte-americana na área de Constantinopla, Estreitos e Armênia. Foi o que bem observou Clemenceau: a discussão do futuro otomano deveria ser adiada até que o Senado norte-americano desse seu aval a um compromisso governamental oficial nas questões contempladas, de modo que nenhuma ação final deveria ser tomada até isto. O Supremo Conselho unanimemente concordou e não tardou para que George e Clemenceau publicamente aceitassem que valeria a pena postergar qualquer discussão quanto ao “Tratado otomano” até que a aprovação dos mandatos fosse votada por Washington.

¹⁹⁸ Complementarmente, o Estado turco, assim, deveria ter acesso ao Mar Negro, Mediterrâneo e Marmara (levando em consideração que a Grécia poderia anexar a área proposta – Esmirna - pelo Comitê Grego e nada mais). George propunha que, caso os EUA assumissem o mandato da Anatólia, o sultão poderia residir em Constantinopla – caso contrário, ele deveria ir embora. Além disso, caso os EUA não aceitassem o mandato do Império Otomano, o governo turco seria independente, mas lembrou que nestas condições os turcos “poderiam ser mantidos sob estreita supervisão indireta através da pressão americana de Constantinopla e Armênia e influência francesa da Síria. Mantendo o controle do Conselho da Dívida Otomana e mantendo as concessões de obras públicas, os poderes também seriam capazes de alcançar um controle financeiro eficaz da área. Quanto à perda de esferas econômicas de influência, nenhuma das nações, exceto os Estados Unidos, dispunha de capital disponível para investir pesadamente na Anatólia”(HELMREICH, 1974, p. 121).

¹⁹⁹ Wilson chegou, todavia, a fazer uma retificação ao plano, apontando que o sultão permaneceria em Constantinopla como condição.

²⁰⁰ Ele, também, mudou de ideia quanto à decisão anterior de que o sultão permaneceria em Constantinopla como condição e defendeu o oposto.

Com essa mentalidade e sem resolução definitiva alguma, a Conferência foi encerrada. Todavia, um ponto destacável subjazeu na apresentação dos esquemas que levavam em conta o território “turco”: à parte das diferenças sobre um controle direto ou indireto, o “molde estatal” do que restaria do Império não era contemplado pelos tomadores de decisão e os esquemas propostos por George presumiam e consideravam a continuidade do sultanato do “Estado turco”.

3.2 O “pós-Paris” e o futuro otomano em uma balança anglo-francesa

A posição de aguardo pela decisão americana, esperada para agosto, era a norma da vez. Ainda que mantivesse o otimismo por uma resposta positiva, em meados deste mês o Conselho de Ministros já mostrava alguma inquietação quanto à demora para uma decisão norte-americana: em uma reunião realizada no dia 14, o Gabinete solicitou que o Secretário de Relações Exteriores, Lorde Curzon, consultasse qual a perspectiva dos Estados Unidos “assumirem um mandato na Turquia”, ao passo que Lloyd George alertava que o governo deveria planejar alguma alternativa caso Washington se recusasse a reter um mandato sob Constantinopla, algo que ele via como algo cada vez mais provável de acontecer²⁰¹. Do ponto de vista militar, o atraso também não estava saindo barato: na mesma reunião, Winston Churchill, Ministro da Guerra, requisitava por quanto tempo se propunha que o exército de ocupação permanecesse na “Turquia”, uma vez que o seu custo de permanência era muito alto e que era difícil induzir homens a irem para lá²⁰². Cinco dias depois, o Conselho de Ministros apurava que o declínio norte-americano aos mandatos em Constantinopla e Armênia era provável, mas não definia nenhuma uma tática oficial a se adotar enquanto a questão não fosse definitiva: não havia disputa de que a melhor solução para o problema do futuro otomano era aquela baseada na aceitação, por parte da “América”, de um mandato para a Ásia Menor, assim como para Constantinopla e a Armênia²⁰³.

Enquanto a definição norte-americana passava a ser, agora, esperada para setembro, o governo procedia em retirar, tanto quanto possível, suas forças de algumas zonas ocupadas: no dia 15 de setembro, por proposta de Lloyd George a Clemenceau, foi

²⁰¹ CAB 23/11/29

²⁰² Ibid. Churchill, apesar de pedir ao Gabinete que decidisse pela retirada de todas as forças britânicas da Turquia nos próximos dois meses, lembrou que na região havia problemas em todos os lugares, especialmente em Esmirna, e que a retirada do Cáucaso poderia significar um massacre de armênios.

²⁰³ CAB 23/12/3; CAB 23/12/4. Notemos, portanto, que a esta altura, o entendimento razoavelmente comum do Gabinete quanto a um Tratado estava, em filosofia, na mesma linha daquele proposto por George em junho.

acordado que o Exército britânico presente na Síria e na Cilícia seria evacuado, sendo substituído por tropas francesas; e, um dia depois, o mesmo George informou ao primeiro-ministro francês que suas tropas se retirariam da parte asiática do Império Otomano – algo que, por sinal, já estava em execução no Cáucaso²⁰⁴. Setembro ficou para trás e a resposta norte-americana não veio e, apesar de alguma possibilidade de que uma posição oficial dos EUA fosse comunicada em outubro, já estava bastante aparente que a chance desta conter um respaldo positivo era remotíssima: de fato, no último dia deste mês, o Conselho de Ministros ainda não havia sido comunicado de nada e Lloyd George se sentia confortável o suficiente para afirmar aos seus ministros que a situação otomana deveria ser considerada pelo Gabinete o mais cedo possível, algo, naturalmente, consentido²⁰⁵.

Os franceses não esperariam mais: estava claro que Washington era carta fora do baralho e que a questão deveria ser, prioritariamente, definida entre o Reino Unido e a França – a Itália seria consultada apenas após que ambos decidissem as linhas gerais de um tratado para o Império Otomano. Foi com este raciocínio que Paris, em novembro, contactou Curzon e que conversações foram combinadas para acontecer em Londres no mês seguinte.

3.2. 1 As discussões de dezembro: o início

Lloyd George teve uma reunião com M. Louchet, representante francês, em Londres no dia 03 de dezembro. O assunto, evidentemente, era o “tratado turco” e, após o primeiro-ministro expor sua concordância de que o rumo das discussões estava cada vez mais em mãos anglo-franceses, Louchet logo mostrou a que veio, contendo consigo um esboço de plano para o Tratado: manter o sultão em Constantinopla, sendo os Estreitos controlados, de fato, pela França e o Reino Unido – um controle a ser feito, como disse, por detrás de uma “fachada turca”²⁰⁶. Com isso, propunha-se um conselho anglo-francês para a administração dos Estreitos, assim como outro para a administração das ferrovias, e mais outro, este “anglo-franco-italiano”, para a exploração de carvão no

²⁰⁴ CAB 24/88/79; CAB 23/12/7. Do ponto de vista de preservar a estabilidade de um governo otomano já com problemas de pacificação em todos os lugares evacuar não parecia a melhor solução, assim como enfraqueceria a posição Aliada de impor um tratado de paz aos otomanos, porém, os imperativos econômicos, tal como os de prestígio popular doméstico, estavam falando mais alto.

²⁰⁵ CAB 23/37/1

²⁰⁶ CAB 23/35/2.

distrito de Heraclea²⁰⁷. Loucher, que não fez menção à situação da Armênia em si, informou que caso a França tivesse que permanecer na Cilícia, ela teria que empreender algum grau de proteção aos armênios locais e adiantou uma ideia para o exercício de tal proteção: “vincular um oficial ou administrador, britânico ou francês, ao pessoal dos Valis turcos e alto-oficiais”²⁰⁸. A questão dos territórios árabes seguia o padrão dos acordos secretos, já considerando que aquela região seria concedida à França e ao Reino Unido, mas o ponto que ainda necessitava maior esclarecimento era a revisão do *status* de algumas posses e, ao ser interpelado, George logo respondeu que Londres desejava para si mandatos sobre a Mesopotâmia e a Palestina²⁰⁹. As minutas deste encontro não expressam se o primeiro-ministro, aparentemente mais preocupado com as regiões árabes, reagiu ou não ao esquema proposto; porém, em si, o plano apresentado era bastante introdutório e Clemenceau viria a Londres no dia 11 para discutir o projeto.

Na iminência desta chegada, um dia antes, George dirigiu-se ao Conselho de Ministros pedindo instruções de abordagem a Clemenceau, uma vez que os dois se encontrariam. O pedido do primeiro-ministro foi ouvido por todos os ministros presentes, os quais expressaram suas opiniões: Curzon, condenando a ideia proposta por Loucher²¹⁰, advogou que uma Comissão Internacional administrasse Constantinopla e os Estreitos, sendo os turcos privados desta região. Defensor da expulsão do sultão, o ministro argumentou que não havia nenhum sentimento sério ou duradouro na Inglaterra sobre expulsão, sem contar que “todos os oficiais indianos no Oriente Médio” estavam de acordo em retirar Constantinopla dos turcos²¹¹. Constantinopla, continuou, não deveria ser entregue ao sultão porque sua permanência lá seria entendida, no mundo muçulmano, como uma prova de que “nós nunca realmente o derrotamos, e ele iria, imediatamente, se tornar o centro de reação e problemas futuros”²¹². Visivelmente não muito preocupado com a reação muçulmana à privação do sultão de sua capital²¹³, Curzon, não obstante, propôs um plano alternativo em caso de reação do sentimento muçulmano e/ou indiano: o monarca otomano poderia residir em Constantinopla, em

²⁰⁷ Ibid. Em relação ao conselho ligado ao carvão, a ideia de Loucher era que a Itália tivesse prioridade de compra dos produtos das minas, algo que talvez assentasse seus ânimos.

²⁰⁸ Ibid. O tom do representante francês durante a conversa mostra que a permanência era, na verdade, mais que provável, devido às pressões do Partido Colonial francês.

²⁰⁹ Ibid.

²¹⁰ Para ele, uma administração franco-britânica seria motivo para fricções entre os dois países.

²¹¹ CAB 23/35/4.

²¹² Ibid.

²¹³ Curzon chegou a afirmar, na mesma ocasião, que o problema do futuro de Constantinopla deveria ser resolvido “não do ponto de vista da Índia, mas do ponto de vista do mundo”.

uma espécie de “vaticano”, enquanto a capital oficial do sultanato não seria a cidade. Permanecendo ou não, o ministro frisou que esferas de controle econômico deviam ser definidas a cada Aliado, além de que cada um detivesse o controle de um órgão do Estado otomano²¹⁴.

Balfour, por sua vez, condizente com o que já vinha defendendo desde Paris, concordou que o sultão deveria ser expulso de Constantinopla – afinal, “o lugar não era parte da religião muçulmana, mas apenas do sentimento muçulmano” –, reiterou que os gregos deveriam ter Esmirna e que os italianos não deveriam ter nenhuma posse territorial na Anatólia, apenas zonas de interesse econômico definidas de acordo com os tratados anteriores²¹⁵. Engrossando o coro oposicionista, Lloyd George afirmou que se Constantinopla permanecesse como capital do sultanato haveria o perigo de influências externas pararem sob o sultão e seus ministros, os quais residiriam na capital. No quesito prático, não seria permitido a ele ter mais do que uma pequena guarda pessoal, tornando-o dependente da segurança das forças estrangeiras e, logo, “haveria o perigo de que os franceses sempre tentariam influenciá-lo”²¹⁶. O primeiro-ministro confirmou ter ciência do possível impacto no sentimento indiano e muçulmano, mas preferia que o sultão tivesse sua capital em Bursa, sem a posse de Constantinopla²¹⁷. No fim das contas, porém, o mais importante era não correr o risco de manter os Estreitos, que deveriam ficar permanentemente abertos, em mãos turcas soberanas, tendo a capital que ser internacionalizada²¹⁸.

Em uma linha oposta estava Edwin Montagu, Secretário de Estado para a Índia: o esquema de “vaticano do sultão” não teria efeito nenhum para apaziguar ou abrandar o sentimento muçulmano, já que esta comunidade reclamava que o sultão, enquanto califa, detivesse posse de Constantinopla de qualquer forma²¹⁹. Na verdade, Montagu demonstrou que, em relação à possibilidade de expulsão, “toda a opinião indiana em Londres e na Índia, oficial ou nativa, é contra a solução proposta. Seria impossível usar

²¹⁴ Ibid.

²¹⁵ Ibid. Todavia, Balfour constatou que isto era algo a ser ainda trabalhado, e que, do ponto de vista britânico, o interesse era de acesso livre de suas mercadorias. Nesta reunião, ele recebeu apoio aberto dos ministros Edwin Montagu e Bonar Law em relação à forma de assentamento da questão italiana.

²¹⁶ Ibid.

²¹⁷ George, porém, afirmou não ter objeções em deixá-lo residente na cidade, contanto que sem poder nenhum sobre a região.

²¹⁸ Ibid.

²¹⁹ Ibid.

tropas indianas para forçar uma paz desta natureza’’²²⁰. O secretário reconhecia que era evidente que uma Comissão Internacional administraria a cidade e os Estreitos, mas o acordo de paz deveria observar que esta o faria em nome do sultão, que permaneceria na cidade²²¹. O ministro não deixou de receber apoio: Lorde H.A.L Fisher, Presidente do Conselho de Educação, além de defender que a Comissão exercesse controle com o sultão como soberano nominal, expressou sua preocupação com o impacto que a retirada deste teria no subcontinente indiano, já que estudantes com quem tinha tido contato estavam ‘‘muito apreensivos quanto ao efeito, na Índia, da expulsão da Turquia de Constantinopla’’²²². No meio do caminho, aparentemente indeciso, estava Bonar Law, que apesar de favorável à expulsão e à internacionalização, apontava que a questão de Constantinopla estava condicionada aos danos futuros ao Império Britânico: ‘‘se pudermos satisfazer os turcos que nós pretendemos tratá-los bem, isto nos beneficiaria na Índia, Mesopotâmia e Egito’’²²³. Logo, Bonar Law indicava qual era sua escala de importância e que, se preciso, mudaria de opinião²²⁴.

O único que, aparentemente, concedeu aval positivo ao esquema de ‘‘condomínio anglo-francês’’ foi Winston Churchill, mas não porque concordava que era a melhor alternativa, e sim porque ‘‘qualquer decisão era melhor que nenhuma decisão’’. Externando muito bem as inquietações de seu ministério, o Ministro da Guerra afirmou que:

‘‘Hoje o controle turco está fugindo de nossas mãos. Controlamos Constantinopla dos dois lados dos Estreitos, mas não os territórios enormes que ficam fora dela. Há um perigo real de penetração bolchevique, prejudicando nossos interesses no Oriente Médio. Outra razão pela qual é importante chegar a um acordo inicial com os franceses é que nossas tropas na Turquia estão deteriorando em qualidade e precisam ser aliviadas por homens jovens e imaturos. Os franceses têm grandes interesses em Constantinopla, e deveríamos ser capazes de combiná-los. É vital chegar a um acordo definitivo entre as duas grandes potências envolvidas’’²²⁵.

Logo, é natural que o ansioso Churchill afirmasse estar disposto a apoiar qualquer coisa que fosse concordada entre Clemenceau e Lloyd George²²⁶, mas foi ele quem tomou as rédeas da reunião e balanceou que esta aparentava deixar claro ter formulado que:

²²⁰ Ibid.

²²¹ Ibid.

²²² Ibid.

²²³ Ibid.

²²⁴ Tanto que, posteriormente, nesta mesma reunião, quando Churchill propôs um esquema alternativo, Bonar Law, proferiu: ‘‘Qual proposta aparentemente nos causará menos problema no Egito, Índia e Mesopotâmia?’’.

²²⁵ CAB 23/35/4.

²²⁶ Ibid.

Constantinopla deveria ser internacionalizada; que o sultão deveria lá residir, mas não ter nenhum controle (apenas para acalmar os ânimos muçulmanos); e que seu governo deveria ser exercido pelos seus ministros em Bursa, com Comissários Aliados como conselheiros²²⁷. Em outras palavras, isto era propor a hipótese do “vaticano do sultão”, tal como Curzon havia ventilado, mas os outros membros não se mostraram desfavoráveis a esta linha – até Montagu aparentou concordância²²⁸. Churchill, todavia, ainda encontrou tempo para reiterar a importância de um ponto do “esquema”: previa-se “perigo em deixar o sultão residir em Bursa, onde ele se reuniria, gradualmente, ao redor de Mustafá Kemal, Enver, Trotsky e outros, os quais o ajudariam a construir uma enorme força hostil e transformariam a Ásia Menor e a Arábia em um caldeirão fervilhante de problemas”; de modo que fazia-se importante mantê-lo em Constantinopla “sob nosso olho”²²⁹.

Não se chegou a nenhuma conclusão ou diretriz oficial nesta reunião, porém, Fisher resumiu muito bem que a “Conferência estava, em geral, de acordo; exceto quanto a uma diferença de opinião em relação à extensão do poder nominal a ser investido ao sultão”²³⁰ – ou seja, todos concordavam que o sultão deveria residir em Constantinopla. É possível igualmente reparar do conteúdo deste encontro que a preocupação com a opinião muçulmana e a Índia estava na cabeça, de alguma forma, da maioria dos ministros, mesmo que em tonalidades contrastantes. George, contudo, não estava necessariamente vinculado a um arranjo, já que não houve uma diretriz oficial, e isto teve toda a diferença.

3. 2. 2. As discussões de dezembro: desenvolvimento

Lloyd George e Clemenceau tiveram uma primeira reunião na manhã do dia 11, a qual, segundo o primeiro-ministro, tinha sido apenas “informal”. A “essência” do conteúdo desta foi comunicada ao Conselho às 13:00 do mesmo dia: Clemenceau aparentava não se importar com o impasse do sultão permanecer ou não em Constantinopla (apesar de pessoalmente preferir que ele lá ficasse, sob controle da junta anglo-francesa) e também parecia despreocupado com a possibilidade dos turcos não aceitarem a “nossa

²²⁷ Ibid.

²²⁸ Ibid. Apesar de contestar qual seria o futuro de Adrianópolis neste arranjo, Montagu expressou que retiraria sua oposição caso o governo sultão fosse de fato soberano do governo de Bursa e pudesse, ao mesmo tempo, residir em Constantinopla.

²²⁹ Ibid.

²³⁰ Ibid.

política’’²³¹. O premiê francês, na verdade, expressava que a importância do quesito econômico era soberana a estas questões: a França deveria manter sua predominância financeira, assim como o Reino Unido sua predominância comercial, e, em relação à Itália, parecia disposto a fornecer algumas concessões econômicas na Ásia Menor²³². Os gregos, por sua vez, deveriam sair de Esmirna, recebendo, em troca, a Trácia²³³.

Duas horas depois, ambos encaminharam-se para uma “reunião oficial” e, neste encontro, a coisa ficou mais direta: Clemenceau defendeu o abandono de qualquer plano de mandatos em relação à parte turca do Império Otomano²³⁴ e recebeu de Lloyd George uma concordância imediata. Aparada a primeira aresta, a segunda chamava-se “Constantinopla”: o primeiro-ministro francês reiterou sua opinião de que o sultão lá permanecesse, porém estava na dúvida se a cidade deveria fazer parte ou não da zona dos Estreitos que os Aliados retirariam de seu poder. Para isso, Lloyd George tinha uma resposta negativa pronta:

“O governo britânico acha que o controle total dos Estreitos não seria garantido a menos que Constantinopla também estivesse nas mãos de alguma força internacional. [...] Os Estreitos deveriam ser autossuficientes, mas isso não poderia ser feito sem ela. [...] Se o sultão estivesse em Constantinopla, seus ministros e administração também estariam lá, e haveria intrigas constantes etc. Ele tentaria dividir os Poderes e jogar um contra o outro’’²³⁵.

Evidenciando seu coro contra o sultão em Constantinopla, George recebeu o apoio de Curzon, também presente na reunião, que ressaltou sua visão de que não retirá-lo dali seria dar ao mundo muçulmano uma prova de que o turco nunca tinha sido derrotado. Com tal conjunção de opiniões, os representantes britânicos davam a entender à França que, teoricamente, a opinião do Reino Unido advogava que a região de Constantinopla não pertenceria ao Estado turco e que o sultão teria sua capital em outro lugar. Apesar de preferir o plano de condomínio anglo-francês, Clemenceau aparentava perceber que “a solução lógica era unir Constantinopla ao Dardanelos e ao Bósforo sob uma única autoridade europeia interaliada” e mostrou-se inclinado a aceitar um plano britânico

²³¹ CAB 23/35/5. Algo que demandaria, evidentemente, um aumento do contingente de tropas a fim de manter a ordem na Ásia Menor.

²³² Ibid.

²³³ Para ele, os italianos não sairiam da Ásia Menor enquanto os gregos não o fizessem, mas, em qualquer caso, os turcos os expulsariam.

²³⁴ O que, naturalmente, não se estendia para a parte árabe otomana – apesar de que, constatou Clemenceau, a Cilícia deveria ser separada da Síria e pertencer ao Estado turco.

²³⁵ HELMREICH, Paul C. *From Paris To Sèvres: The Partition of the Ottoman Empire at the Peace Conference of 1919-1920*. Columbus, 1974, p. 192

quanto ao futuro do sultão, caso este fosse aceitável do ponto de vista francês²³⁶. A deliberação oficial do encontro foi que os franceses deveriam elaborar um plano de tratado que considerasse o monarca otomano em Constantinopla, e que Curzon, por sua vez, deveria fazer o oposto. Contudo, o ministro britânico nem precisou dar-se tanto trabalho: no dia seguinte, Berthelot, diplomata francês encarregado, entregou-lhe um plano que “aceitava a posição britânica pela retirada e propunha-a como base fundamental de discussão”²³⁷.

Estando as partes aparente e finalmente afinadas, rodadas de negociação foram planejadas para ocorrerem, ainda naquele mês, entre Berthelot e Curzon. Uma minuta de reunião ministerial, do dia 05 de janeiro, resume bem o arranjo que foi combinado:

“Não era correto dizer que propomos abolir uma Turquia livre na Ásia Menor e colocar algemas nos turcos. A proposta da Conferência era conceder à Anatólia turca até a Cilícia e até os limites da Armênia ao sudeste. Além disso, esperava-se que os gregos saíssem de Esmirna, dando-lhes compensação na Trácia. A exasperação turca deveu-se principalmente à ocupação grega de Esmirna, e o desejo de Lorde Curzon e M. Berthelot era que a Anatólia, livre de qualquer mandato e livre de gregos e italianos, estivesse nas mãos dos turcos”²³⁸.

Nesta direção, o sultanato continuaria a existir, mas Constantinopla e os Estreitos não fariam parte dele – esta região seria territorial e politicamente separada e governada por uma comissão internacional. Não haveria mandatos nos territórios pertencentes ao sultão, mas os italianos, por sugestão britânica aos franceses, teriam uma zona de prioridade econômica no sul da Anatólia²³⁹. Nada disso, porém, queria dizer que um grau de controle sobre o governo do sultão findaria, e isto, na verdade, seria feito através da supervisão das finanças governamentais, já que os investimentos financeiros europeus deveriam ser protegidos e não era interessante deixá-los em controle otomano soberano: o Conselho da Dívida continuaria a existir e uma Comissão Financeira, composta apenas pelas grandes potências, seria constituída. Logo, além de denotarem um senso de continuidade patente em relação à estrutura estatal e aos interesses estrangeiros, tais medidas uniam o útil ao agradável, conforme informou a minuta das

²³⁶ Ibid., p. 193. É bem verdade, porém, que George chegou a ventilar junto ao premiê francês a ideia de “vaticano do sultão” em Constantinopla, mas qualquer ideia nesse sentido foi vetada por Clemenceau.

²³⁷ CAB 24/95/95.

²³⁸ CAB/23/20. A região concedida aos gregos na Trácia era aquela a oeste da chamada “linha Enos-Mídia”, que dava à Grécia a posse de Adrianópolis. Quanto a Esmirna, a questão não era tão restritiva assim, já que, apesar de permanecer nominalmente turca, a região teria autonomia e o governador da área teria que ser grego.

²³⁹ Isto não impediria que outros países investissem na área, significava, apenas, que a Itália seria a primeira opção em qualquer investimento proposto.

conversas entre Curzon e Berthelot: “todo um novo maquinário não teria de ser criado e o governo turco já estava acostumado a esta grande medida de interferência e controle europeus”²⁴⁰.

O intuito e os interesses britânicos por trás deste controle não flutuavam apenas como consequências de um tratado fechadas em si mesmas, mas também competiam à estrutura de um Estado que deveria continuar para justamente para perseverá-los. A ata de reunião do gabinete ministerial do dia 05 de janeiro ilustra isto melhor, quando as linhas do controle financeiro foram criticadas como muito severas:

“Assinalou-se que havia boas razões para o muito criticado controle financeiro; havia os interesses a serem considerados pelos detentores de títulos da dívida otomana pré-guerra; mesmo depois de permitir que a parcela dos juros fosse paga pelos territórios ocupados, cerca de três milhões de libras esterlinas deveriam ser recebidas anualmente da Turquia. A menos que assumamos o controle das finanças turcas, como poderíamos manter o custo dos exércitos de ocupação? Além disso, o comércio do Império Britânico seria perdido se a Turquia caísse no caos. Nosso comércio antes da guerra com a Turquia era de 26%, contra os 14% da Alemanha e os 12% da França: em outras palavras, os interesses comerciais britânicos eram quase o dobro dos de qualquer outra potência. A perda do comércio na Anatólia significou milhares de desempregados em Manchester”²⁴¹.

Quanto a este controle, Curzon complementou, em um memorando do dia 04 de janeiro, que

“nosso objetivo na Conferência do Ministério de Relações Exteriores era, se possível, libertar os domínios turcos, na Ásia Menor, da invasão grega ou italiana (ou de qualquer outra usurpação territorial estrangeira), mas, em si, colocar seu governo sob pesado controle administrativo-financeiro estrangeiro, a fim de garantir que ele não repetisse, lá, o desgoverno ultrajante do qual, por séculos, foi culpado na Europa”²⁴².

Os principais membros do Conselho ministerial, que na verdade pareciam concordar que sultão permanecesse em Constantinopla, desconheciam que a ordem do Tratado seria justamente o contrário e, portanto, não tardou para haver protesto, quando as condições começaram a lhes chegar às mãos. De toda forma, o esboço elaborado estava sujeito à aprovação do Gabinete completo, o qual se reuniria no dia 06 de janeiro de 1920. Seria aí que o futuro do sultão seria, de fato, decidido.

3. 2. 3 As discussões de dezembro: desfecho

²⁴⁰ HELMREICH, Paul C. *From Paris To Sèvres: The Partition of the Ottoman Empire at the Peace Conference of 1919-1920*. Columbus, 1974, p. 194.

²⁴¹ CAB/23/20.

²⁴² CAB 24/95/95.

Em relação aos protestos que precederam a reunião do dia 06 de janeiro, o ponto principal era, evidentemente, a retirada do sultão de Constantinopla e encabeçando-os estava Edwin Montagu, o Secretário de Estado para a Índia. Em memorando do início do mês, no qual ressoava o mesmo argumento que defendera na reunião do dia 10 de dezembro e que especificara noutro memorando oito dias mais novo, Montagu foi categórico em protestar que o tratado alcançado com Berthelot previa apenas a hipótese de que o sultão seria expulso, algo que não havia sido acordado em Gabinete. Em uma conferência preliminar compondo apenas os “departamentos concernentes”²⁴³, no dia 05 de janeiro, o protesto contra a retirada do sultão de Constantinopla ficou mais evidente e, apesar das minutas da reunião ocultarem quem afirmou o que, é muito provável que a discussão foi, de certo modo, monopolizada por Curzon e Montagu²⁴⁴.

Colocou-se que um tratado de paz que desconsiderasse o sultão ao menos residente em Constantinopla era temerário do ponto de vista de garantir-se uma paz duradoura²⁴⁵ e a situação da Índia foi enfaticamente ressaltada: além do “grande estresse [...] quanto ao efeito que a expulsão do turco teria na Índia”, era necessário ter em mente que uma informação secreta havia sido recebida, indicando que “do momento em que este Tratado fosse assinado, nós teríamos, pela primeira vez, um movimento comparável ao Sinn Fein irrompendo na Índia, favorável à completa separação da Inglaterra” – sem contar o estigma da expulsão, que recairia todo sob o Reino Unido, uma vez que os franceses já estavam se pondo como defensores dos interesses muçulmanos²⁴⁶. Além disso, parecia claro que a situação na Índia, onde havia um boicote às mercadorias britânicas e uma recusa à cooperação com as medidas governamentais, era reflexo da possibilidade de retirada do sultão de Constantinopla²⁴⁷. Valia ressaltar, também, que

²⁴³ Os presentes foram, além de Montagu: Lloyd George; Bonar Law; Curzon; Churchill; Lorde Birkenhead (Lorde Chanceler); W. Long (Ministro da Marinha); Austen Chamberlain (Chanceler do Tesouro) e A. C. Geddes (Presidente do Conselho Comercial).

²⁴⁴ Muitas passagens, referentes à Índia, são quase iguais ao que Montagu escreveu em seus memorandos de dezembro e janeiro; assim como os argumentos de oposição são muito semelhantes aos de Curzon, sendo algumas passagens bastante similares às linhas de um memorando que o secretário escreveu em repúdio a Montagu, no dia 04 de janeiro. Ademais, os memorandos de Montagu foram apreciados pela Conferência, conforme informa a minuta.

²⁴⁵ Este era um ponto comumente advogado por Churchill e por Montagu. De fato, nas minutas da Conferência há uma manifestação de que os turcos não aceitariam o Tratado nos moldes que Berthelot e Curzon formularam.

²⁴⁶ CAB/23/20. O Sinn Fein, ainda ativo, era um grupo político de cunho nacionalista de resistência ao domínio britânico na Irlanda.

²⁴⁷ Ibid. Esta passagem reflete a situação de dificuldade de controle do poderio britânico na Índia naquele momento, além do recente pacto entre nacionalistas indianos, encabeçados por Mahatma Gandhi, e muçulmanos organizados, cuja pauta de destaque foi a oposição à retirada do sultão de Constantinopla.

“todas as autoridades indianas e mesopotâmicas”²⁴⁸ eram contrárias à expulsão do sultão de Constantinopla, assim como a chefia militar; em especial, o Chefe de Estado Maior Imperial, marechal H.H. Wilson²⁴⁹. Ressaltando a posição ventilada por Montagu na Conferência de dezembro passado, a minuta da reunião repetia que o “atual governo da Índia é unânime em afirmar que seria desastroso remover o sultão”, mas ia além: “a mesma opinião é mantida no Egito e o marechal-de-campo Allenby afirmou que sua posição seria dificultada se o turco fosse expulso de sua capital. Da mesma forma, se alienássemos o turco, nosso trabalho se tornaria impossível na Mesopotâmia”²⁵⁰, e, certamente, a opinião de Lorde Milner, Secretário de Estado para as Colônias estava longe de ser irrisória²⁵¹.

Neste sentido, ficava evidente que “se arrasássemos todos os fortes ao longo do Estreito, limitássemos o exército, controlássemos Constantinopla com o sultão ali sob nossos olhos, e estabelecêssemos uma Comissão e uma Força Policial internacionais, o turco ficaria desamparado”, e, portanto, “o sultão e seu governo seriam controlados com muito mais eficácia caso permanecessem na cidade do que se fossem expulsos” – tudo isto sem contar que um acordo de paz que seria muito mais fácil de ser forçado caso ele ficasse onde estava²⁵². Era necessário, também, ter em mente que, do ponto de vista militar, desagradar os turcos, por conta de uma expulsão, era perigoso, pois este

Em 23 de novembro, inclusive, uma conferência pan-indiana oficialmente se opôs à retirada do sultão de Constantinopla.

²⁴⁸ Exceceu-se apenas as figuras do coronel Arnold Wilson, Comissário britânico em Bagdá, e de sua auxiliar, Gertrude Bell.

²⁴⁹ Ibid. Esta constatação era típica de Montagu e, nesta mesma reunião, foi rebatida, provavelmente por Curzon, com a afirmação de que os principais encarregados em Constantinopla (entre eles, os almirantes de Robeck e Calthorpe) eram favoráveis à expulsão, assim como outros funcionários do Foreign Office *in loco*, como Andrew Ryan. De fato, em seu memorando do dia 04 de janeiro em protesto a Montagu, Curzon afirmou exatamente isso (CAB 24/95/95). Naturalmente, nesta conferência, houve o levantamento do ponto, típico de Curzon, de que uma conjuntura de forte represália muçulmana e/ou indiana era exagerada.

²⁵⁰ Ibid. Podemos imaginar o que estas palavras podem ter significado ao indeciso Bonar Law.

²⁵¹ Em seu memorando do dia 18 de dezembro, Montagu parafraseia um trecho de carta, datada do dia 17, endereçada por Lorde Milner a ele: “Gostaria de ter uma palavra contigo sobre a Turquia. Antes de ir embora, tentei mais uma vez, com muita força, mas, receio, pouco sucesso; insistir na opinião de que o turco, por mais controlado que seja, não deve ser expulso, mas que a “pátria da raça turca”, incluindo Constantinopla e Adrianópolis, e, é claro, a Anatólia, deve ser deixada como um Estado sob a soberania do sultão, com uma comissão internacional para cuidar de suas finanças e exercer a supervisão geral, regulando as finanças e exercendo uma supervisão que impeça qualquer opressão excessiva às minorias não-turcas. Sei que isso seria melhor para nós no Egito e, acredito, na Índia. Eu acho que seria melhor para nós em todo o Oriente muçulmano” (MIP. “Memo. by Montagu, 18 December 1919, C.P. 326, Cab/24/95”, [S/L], 18/12/1919, p. 746). Para Montagu, era impossível alguém no Conselho negar que Milner era o maior especialista em Oriente Médio no governo, apesar de não compor o gabinete como membro.

²⁵² CAB/23/20.

fator poderia funcionar como combustível às campanhas que os bolcheviques vinham fazendo na Ásia Menor:

“Eles [bolcheviques] logo entrarão em contato com os nacionalistas turcos. [...] Todo dia eles estão a fazer grandes avanços em direção ao Leste, na direção de Bokhara e do Afeganistão. Estão executando um esquema regular e compreensivo de propaganda na Ásia central contra os britânicos. Nós não temos forças militares para nos opor; na verdade, no momento, nossas tropas estão em menor vazante e em breve não teremos nem um único amigo de Constantinopla à China. É claro que não podemos parar tudo isto mantendo o sultão em Constantinopla, mas tirá-lo de lá seria adicionar mais uma faísca à conflagração que se espalha”²⁵³.

E mais, a depender do contexto, ter o apoio turco poderia ser essencial frente a tal ameaça, um possível perigo para a Índia:

“[...] Com o colapso de Denikin, o Cáspio cairia nas mãos dos bolcheviques, que poderiam então desembarcar em Enzeli e criar distúrbios no norte da Pérsia. A agitação se espalharia para o Afeganistão, que já está muito instável, e também para a Índia, que hoje está em um estado mais perigoso do que nos últimos trinta anos. Temos tropas locais para sustentar a ‘cabana’ da Mesopotâmia e Constantinopla apenas o suficiente, e se os curdos se juntarem aos bolcheviques, nossa posição seria precária. É muito difícil decidir onde melhor defender a Índia. Uma linha de defesa pode ser Batoum-Baku, mas isso só seria possível se os turcos fossem amigáveis conosco. Toda a opinião militar se opõe a expulsar o turco de Constantinopla”²⁵⁴.

O ponto de vista da ameaça bolchevique era, aos olhos da oposição presente, na verdade, um fator que fortalecia a “filosofia” de que Constantinopla deveria ser retirada do domínio do sultão, já que:

“Supondo que o turco fosse deixado em Constantinopla, com uma guarda permanentemente estacionada ali, era possível que algum poder começasse a intrigar. A contingência de uma Rússia hostil não pode ser ignorada, principalmente em vista da provável vitória dos bolcheviques, em relação aos quais certamente havíamos feito o possível para antagonizar e que tinham mais razões para nos odiar do que qualquer outra potência; mas uma Rússia bolchevique vitoriosa seria infinitamente mais poderosa com o turco em Constantinopla. Em caso de guerra com a Rússia e um ataque à Índia e à Pérsia, o primeiro esforço seria bloquear o Bósforo. [...] Com o turco em Constantinopla, o bolchevique teria um forte incentivo para conquistar aquela cidade. Se os turcos fossem relegados para a Anatólia, os bolcheviques receberiam pouco ao tentar cooperar com eles, devido às comunicações indiferentes”²⁵⁵.

Além disso, manter o sultão em Constantinopla, afirmou-se, daria possibilidade para que ele se tornasse um possível chefe de um movimento panturquista na cidade,

²⁵³ Ibid.

²⁵⁴ Ibid.

²⁵⁵ Ibid.

severizando ainda mais os perigos militares percebidos²⁵⁶. Porém, a questão do ponto de vista militar, aos olhos opositoristas, era muito mais prática:

“[...] O problema militar pode ser reduzido em proporção, mas não seria resolvido deixando o turco em Constantinopla. O problema era Mustafá Kemal, que era um nacionalista e que desrespeitou o sultão. O que tinha que ser encarado no futuro era um movimento nacionalista. Essa ameaça seria maior ou menor ao deixar o turco em Constantinopla? [...] Se ele fosse deixado lá, todo o mundo muçulmano diria que ele triunfou, afinal de contas”²⁵⁷.

Esta afirmação certamente pertence a Curzon, ainda mais porque, em memorando do dia anterior, o ministro expressara:

“Pessoalmente, penso que, se roubarmos Esmirna do turco, faremos mais para acender a chama da animosidade religiosa-racial na Turquia Asiática do que por quaisquer etapas de todos os relatórios que chegaram de nossas autoridades. [...] O que quero dizer é o seguinte: se tivermos de enfrentar, como acho que provavelmente enfrentaremos, uma nova forma de nacionalismo turco, seja ele fundamentado na religião ou na raça, seja ele panislâmico ou pantúrquico, será um fator mais ou menos formidável se seu ponto de encontro e inspiração for o sultão em Constantinopla, e não um sultão em Bursa? A retenção da antiga capital não dará um prestígio e um ímpeto ao movimento, o que aumentará imensamente sua potencialidade de causar danos? Um partido nacionalista na Anatólia, sob Mustafá Kemal, pode ser um ‘osso duro de roer’, mas um partido nacionalista com seu soberano em Constantinopla, mesmo que seus fortes e navios de guerra tenham desaparecido, será um problema muito mais angustiante”²⁵⁸.

Ainda que a Conferência não tenha chegado a nenhuma conclusão quanto à Constantinopla, ela solidificou interpretações e ecoou uma preocupação quanto ao futuro do domínio da Ásia Menor frente a um possível avanço bolchevique. Não à toa, a conclusão oficial do encontro requisitava às autoridades militares competentes que elaborassem um relatório que, considerando que o turco permanecesse em Constantinopla, informasse quais forças navais e armadas seriam necessárias para garantir a liberdade do Estreito e onde estas deveriam ser alocadas, “sendo as suposições alternativas que o inimigo consista em (1) russos; (2) russos e alemães combinados”²⁵⁹.

Conseqüentemente, no dia seguinte, um Conselho ministerial completo tinha acesso a relatórios de cunho naval e militar e ouvia o Chefe do Estado Maior Imperial, H.H. Wilson, autor de um deles. Os ministros também tinham aos olhos a informação de que o assunto “Constantinopla” era “urgente”, devido à proximidade de uma nova

²⁵⁶ Ibid.

²⁵⁷ Ibid.

²⁵⁸ CAB 24/95/95.

²⁵⁹ CAB/23/20.

conferência Aliada²⁶⁰. O relatório de Wilson adotava algumas conclusões²⁶¹, porém a mais sensível dizia respeito às conjunturas práticas de domínio militar em caso de retirada total do sultão de Constantinopla:

“Se, por outro lado, o sultão e o governo turco fossem removidos para a Ásia Menor, toda a posição militar seria alterada para nossa desvantagem, pois, em paz, perderíamos o conhecimento de seus planos e o poder de verificar seus preparativos, além de que desapareceria o poder de impedirmos malfeitorias mediante o fato de termos o sultão e todo o seu governo sob nossas armas. Se, portanto, o sultão e seu governo forem removidos de Constantinopla, seria necessária uma guarnição muito maior e um sistema de defesa mais elaborado, especialmente no lado da Ásia Menor, onde uma verdadeira fronteira com todas as suas desvantagens, disputas, e agravações constantes, teria que ser configurada”²⁶².

Mesmo com o sultão e seu governo mantidos em Constantinopla, o documento, alerta para a precariedade da posição militar no interior, estimava que uma força não menor do que 30 mil homens seria necessária para manter a liberdade dos Estreitos, uma vez que as forças Aliadas presentes na “Turquia” eram “bastante insuficientes para estabelecer qualquer fronteira com Mustafá Kemal”²⁶³. Wilson, não obstante, dispôs-se a oralmente detalhar aos ministros o porquê seria melhor, do ponto de vista estratégico-militar, manter o sultão em Constantinopla: caso ele fosse removido, seria muito difícil, mesmo em tempos de paz, descobrir quais movimentos militares em seu nome estariam a ocorrer na Ásia Menor, o que, portanto, retiraria a capacidade de preparação de defesa. Além disso, em caso de hostilidades, “os Aliados teriam de lidar com as forças turcas regulares sob o controle do governo do sultão, ao passo que, se este estivesse em Constantinopla, eles teriam de lidar apenas com forças insurgentes do tipo das que foram levantadas por Mustafá Kemal” – isto tudo sem contar o custo militar que o Estado Internacional teria, ao ter que guardar a sua fronteira, que seria contígua, com o sultanato²⁶⁴.

²⁶⁰ Ibid.

²⁶¹ Ibid. Citemos, por exemplo: 1) o controle do Mar Negro só poderia ser mantido pela existência de uma frota superior Aliada no Bósforo. Caso o propósito fosse apenas defender os Estreitos de possíveis ataques, a permanência de forças navais leves seria o suficiente; 2) o volume das forças que deveriam existir na zona neutra dependia até onde as linhas do governo turco, tendo o sultão em Constantinopla, fossem estendidas na Europa: caso esta se estendesse até mais a oeste, sendo seu limite a “linha Enos-Midia”, duas divisões Aliadas seriam necessárias – algo que poderia ser menor em caso da linha ser “puxada” para leste (Chatalja como limite).

²⁶² Ibid.

²⁶³ Ibid.

²⁶⁴ Ibid. Wilson foi lembrado que as propostas presentes de tratado zelavam que os turcos seriam desarmados e a costa turca ao Mar de Mármara também o seria, porém o general fez pouco caso a este dado: “se os russos forem hostis eles podem armar os turcos”.

A perspectiva militar trazida por Wilson teve grande apelo interno: o governo não tinha condições de aderir a planos que esticassem sua capacidade militar já limitada e sobrecarregada, de modo que a conjuntura de Constantinopla fora do sultanato, evidentemente, ia na contramão disto. Neste sentido, não impressiona que a minuta da reunião ministerial registre que “chamou-se atenção aos grandes compromissos militares já assumidos pelo Império Britânico na Mesopotâmia, Palestina, Pérsia etc. Isso foi reconhecido como um forte argumento contra a adoção de qualquer sistema que aumentasse a carga de forças a serem mantidas para Constantinopla e para os Estreitos”²⁶⁵. Os custos práticos da manutenção do controle financeiro, tal como previsto no arranjo de Curzon e Berthelot, seriam consideráveis e o Conselho demonstrou, também, sua susceptibilidade às opiniões da corrente de Montagu, pois, já que “o controle era imperativo, não era um bom plano ter dois sistemas – um para o controle de Constantinopla e os Estreitos, e outro para o controle dos turcos, na Ásia Menor. Seria melhor combiná-los em um único controle sobre um sultão e um governo mantidos em Constantinopla. Isso teria a vantagem adicional de atender às objeções indianas e egípcias à remoção do sultão”²⁶⁶.

Os protestos contra a manutenção do sultão, naturalmente, se fizeram presentes, mas a esta altura era improvável que revertessem a opinião de um Conselho atento aos custos militares e que, verdade seja dita, desde dezembro parecia concordar com uma manutenção do monarca otomano na capital. Todavia, não se deixou de enfatizar o argumento, tão típico de Curzon e Lloyd George, de que o sultão sediado em Constantinopla o tornaria um mero fantoche:

“Seria realmente possível, foi perguntado, que os Poderes Aliados exercessem controle efetivo sobre a Turquia através de um sultão e um governo em tal estado de vassalagem? Como, foi perguntado, poderia ser aplicada pressão? Supondo, por exemplo, que um cristão fosse assassinado e o sultão não estivesse disposto ou não pudesse punir os assassinos, seria necessário removê-lo ou a seu governo? Que efeito isso produziria na Índia ou no Egito? Atualmente, o sultão estava completamente sob o poder dos Aliados, mas eles eram totalmente incapazes de controlar eventos na Ásia Menor e movimentos como o de Mustafá Kemal. [...] Durante a guerra, os Estreitos foram fechados aos Aliados, com o resultado de que esta se prolongou por anos. Certamente, seria uma fraqueza séria deixar o sultão ainda mestre da posição, onde ele seria capaz de continuar o velho jogo turco de intrigas e jogar um poder contra o outro. [...] Se o sultão fosse deixado em Constantinopla, foi sugerido que a Turquia seria reduzida à posição do Egito, ou então a Ásia Menor jogaria fora a lealdade a ele. Exortou-se que todos os argumentos a favor da manutenção do sultão em Constantinopla eram ‘de

²⁶⁵ Ibid.

²⁶⁶ Ibid.

curto alcance' e que, em uma visão mais longa da situação, verificar-se-ia que o comércio e os interesses britânicos seriam, de modo geral, melhor atendidos caso se aproveitasse da oportunidade atual, que talvez nunca se repita, de se livrar do domínio turco lá''²⁶⁷.

Opor-se era gastar saliva: “considerável maioria” do Conselho concordou em manter o sultão em Constantinopla (algo oficialmente expresso como conclusão governamental), mas sem uma força sob seu comando – à parte de, possivelmente, forças de guarda pessoal e de polícia²⁶⁸. Em outras palavras, concluía-se que o sultanato teria a região de Constantinopla em seus domínios e que isto deveria ser condição no tratado de paz, algo que, portanto, obrigaria um redesenho do esquema alcançado com os franceses. Restou a Curzon lançar uma nota oficial de repúdio à decisão do Conselho, no dia seguinte:

“A fim de evitar problemas na Índia - amplamente fabricados e, de qualquer forma, efêmeros - e tornar nossa tarefa no Egito menos difícil - sua dificuldade sendo, na realidade, quase inteiramente independente do que podemos fazer ou não em Constantinopla - estamos perdendo uma oportunidade pela qual a Europa esperou por quase cinco séculos e que pode não se repetir. A ideia de um governo turco respeitável e dócil em Constantinopla, preservado de seus vícios hereditários por um cordão militar dos Poderes - incluindo, lembre-se, uma guarnição britânica permanente de 10.000 a 15.000 homens - é, a meu ver, uma quimera. Também não será constatado que a decisão, se efetivada em Paris, resolverá o problema turco ou acalmará o mundo oriental. O turco em Constantinopla tem, para si mesmo, uma medida muito diferente do turco em Konya. Ele manterá uma soberania que terá que ser um mero simulacro, e aqueles que o salvaram, a menos que eu esteja enganado, logo descobrirão que seu resgate não o satisfaz e nem pacificou o Islã”²⁶⁹.

Todavia, foi um memorando de Berthelot, enviado ao Conselho de Ministros no dia 11 de janeiro, que melhor descreveu o imbróglio que havia se instalado, assim como os interesses e preocupações por trás das argumentações britânica e francesa:

“A doutrina da manutenção do sultão em Constantinopla tem muitos apoiadores, especialmente na França, porque o desenvolvimento dos interesses materiais e morais deste último na Turquia é maior que o de qualquer outra potência (embora a Inglaterra tivesse em 1913 mais de um quarto de todo o comércio da Turquia e mais que o dobro do de qualquer outra potência). A França possui na Turquia a maior parte do capital ferroviário e de empresas de interesse público e privado, nas quais, antes de

²⁶⁷ Ibid. Tal como as minutas da conferência do dia anterior, as do dia 06 evitam dar nome a ministros que se pronunciaram. Interessante, todavia, contrapor esta passagem com outra, provinda do memorando de Montagu de 18 de dezembro: “E por outro lado, o que ganhamos? A possibilidade, ou como penso a certeza, de usar a força armada e perder o controle dos governantes da Turquia; considerando que, se o governo turco fosse mantido nas terras da Trácia, poderíamos ver que ele fez tudo o que era necessário para manter a paz na Ásia Menor e retirar suas forças do Curdistão e da Armênia. O governo está continuamente buscando meios para a economia. Não sei de nada que traga maiores gastos do que fazer uma paz que nos envolverá em grandes compromissos militares” (MIP. “Memo. by Montagu, 18 December 1919, C.P. 326, Cab/24/95”, [S/L], 18/12/1919, p. 746).

²⁶⁸ CAB/23/20. Além disso, o Conselho também concluiu que os Estreitos e Constantinopla deveriam sim ser guardados por uma força internacional, da qual o Reino Unido contribuiria com parte das tropas.

²⁶⁹ Ibid.

1914, havia investido mais de três bilhões; ela possui grande parte da Dívida Pública Otomana e exerceu uma influência preponderante na administração das chamadas ‘receitas atribuídas’ e naquelas da ‘Régie Company’ de tabaco. Sua influência moral foi protegida e propagada por centenas de instituições escolares e filantrópicas, religiosas e seculares, distribuídas pelas cidades do Império Otomano. A continuidade da velha Turquia é para o resto um sistema cuja simplicidade agrada a muitos homens de espírito prático e que pode apaziguar a suscetibilidade da Rússia reconstituída. Mesmo na Inglaterra, um grande número de interessados em política, impressionados com a consideração dos muçulmanos da Índia, se opõe à idéia de remover o califa de sua capital secular. Por fim, os líderes militares das Potências Aliadas são unânimes quanto ao crescente poder do sentimento nacionalista na Turquia, à organização do Exército de Mustafá Kemal na Anatólia, à fraqueza devida à desmobilização das forças Aliadas no local e de outras tropas disponíveis, e à extrema dificuldade, talvez a impossibilidade, de fazer os turcos aceitarem, sem uma grande expedição militar, a decisão dos Aliados, que é expulsar da Europa o Império Otomano e o califa”²⁷⁰.

3. 3 O pós-dezembro e Londres

Com a decisão do Conselho de Ministros, os franceses tinham que ser informados. No dia 08 de janeiro, Curzon e Lloyd George foram a Paris para as sessões finais do Supremo Conselho e provavelmente deixaram o governo a par da mudança, já que, no dia 11 do mesmo mês, o Gabinete recebera, por parte de Berthelot, um documento que aliava um tratado às conjunturas de retirada ou não do sultão de Constantinopla²⁷¹. A hipótese que considerava a expulsão, conforme o próprio Conselho de Ministro registrou, não se diferenciava, substancialmente, do esquema conjunto que Berthelot preparara com Curzon no mês anterior, e, de fato, a “filosofia” do tratado, com exclusão ou não, era a mesma²⁷². Porém, uma exceção que não havia sido decidida oficialmente por Londres, mas que estava expressa pelo documento francês, era que, permanecendo o sultão em Constantinopla, sua linha limítrofe a oeste seria Chatalja –

²⁷⁰ CAB 23/35/6.

²⁷¹ Ibid.

²⁷² O esquema previa ao sultanato “exclusivamente” turco uma fronteira a leste com o Estado armênio (cujas fronteiras ainda estavam sendo discutidas) e uma saída para os dois mares – observando que a região de Esmirna seria nominalmente otomana, mas com privilégios gregos quanto à jurisdição e administração locais. Outros elementos básicos como a retirada do Oriente Médio árabe, desmilitarização do Estado (militar e naval) estavam lá, tal como a questão de não haver mandatos na área turca. A passagem dos Estreitos, lógico, deveria ser salvaguarda, e seria controlada por uma organização internacional. A “questão financeira” também estava proposta e este Estado teria a continuidade da sua atividade parlamentar usual, tendo o grão-vizir que estar ciente que, no âmbito militar, apenas uma gendarmaria, instruída por funcionários Aliados, existiria. Além disso, as capitulações não deixariam de existir enquanto uma Comissão Interaliada não avaliasse um programa de reformas legais. Em caso de retirada do sultão, um Estado de controle Aliado, sob batuta da Liga das Nações, seria estabelecido, separado do Estado otomano que existiria – este que seria supervisionado, também pelos Aliados, no quesito financeiro, jurídico e policial. Caso o sultão permanecesse em Constantinopla, uma força de 30 mil homens Aliados seria necessária na zona dos Estreitos, podendo o monarca otomano manter uma pequena guarda pessoal.

algo que o Conselho correu em consentir no dia 15²⁷³. A parte disso, talvez o fator mais interessante do memorando enviado estivesse, de fato, na ênfase de diretamente expressar que o tratado prezaria por um Estado independente de soberania do sultão e que “o Império Otomano, existindo na Europa ou não, continuará a existir na Ásia Menor sob a dinastia nacional Osmanli”²⁷⁴.

Os franceses podem até, durante curto tempo, ter minimamente relutado, mas quando, em 12 de fevereiro, a Conferência Aliada se reuniu em Londres e o Supremo Conselho se refez²⁷⁵, eles estavam prontos para consentir com o posicionamento britânico oficial de que o sultão permaneceria em Constantinopla. Destarte, em 21 de fevereiro, o Supremo Conselho já tinha um esboço de Tratado aprovado: ainda que com algumas indefinições territoriais, já se dava a pauta oficial concordante de que, “enquanto lealmente executarem os termos de paz e respeitarem os direitos das minorias internas de seu território, o sultão e seu governo terão permissão de continuar em Constantinopla, que continuará sendo a capital da Turquia. Se o governo turco falhar em satisfazer estas condições, os Aliados têm a liberdade de reconsiderar esta decisão”²⁷⁶.

Ainda que abraçasse um teor de indefinição, o esboço não deixava de estabelecer certos limites territoriais. Já havia sido acordado, três dias antes, que a maior parte do que ainda era otomano na Europa seria concedida aos gregos, sendo o limite fronteiriço a “Linha Chatalja”²⁷⁷, e que a região de Esmirna, tendo seu porto livre garantido aos Aliados, teria administração grega, mas suserania turca²⁷⁸. A Armênia, que seria

²⁷³ CAB 23/35/9.

²⁷⁴ CAB 23/35/6.

²⁷⁵ Sem os Estados Unidos, que a esta altura tinham decidido se retirar de negociações envolvendo o “Tratado Turco” – evidentemente, o Senado norte-americano reprovou oficialmente compromissos de mandatos na região.

²⁷⁶ Ibid. Esta decisão deveria ser comunicada ao sultão o quanto antes. O texto do tratado definitivo, assinado em agosto, popularmente conhecido como “Tratado de Sèvres”, detinha uma cláusula quase idêntica: “Artigo 36: Sujeitas às disposições do presente Tratado, as Altas Partes Contratantes concordam que os direitos e o título do governo turco sobre Constantinopla não serão afetados, e que o referido governo e Sua Majestade, o Sultão, terão o direito de residir no país e manter lá a capital do Estado turco. No entanto, no caso de a Turquia não observar fielmente as disposições do presente Tratado, ou de quaisquer tratados ou convenções complementares, especialmente no que diz respeito à proteção dos direitos das minorias raciais, religiosas ou linguísticas, as Potências Aliadas reservam-se expressamente no direito de modificar as disposições acima, e a Turquia concorda em aceitar quaisquer disposições que possam ser tomadas a esse respeito”. O texto do Tratado de Sèvres utilizado por este trabalho encontra-se referenciado na área de “Referências Bibliográficas”.

²⁷⁷ CAB 24/98/82. O Supremo Conselho, reunido em San Remo, chegou a oficialmente confirmar a Linha Chatalja como a fronteira em 22 de abril (CAB 24/104/45).

²⁷⁸ Ibid. É bem verdade que a decisão sobre Esmirna fora “momentânea”, porém um mês depois, em 18 de março, aprovava-se oficialmente o formato de “administração grega sob bandeira turca” (CAB 24/100/97). Além disso, esta decisão previa que, no período de dois anos desde a reunião primeira do

independente, ainda não possuía uma definição clara de suas fronteiras, mas ela serviria como o limite do Estado turco ao leste, assim como o Curdistão (caso este viesse a existir)²⁷⁹. A fronteira sul deste Estado seria com a Síria, estendendo-se do Golfo de Alexandreta ao extremo oeste e amalgamando a costa mediterrânea; e, ao norte, a fronteira seria o Dardanelos, o Mar de Mármara, o Bósforo e o Mar Negro – até o limite da fronteira com a Armênia²⁸⁰. O destino das “ilhas turcas” ainda seria decidido, mas o Império previamente abria mão de seu domínio e de todas as regiões árabes. No mesmo sentido imediatista, o Império concedia aos Aliados o controle da Península de Galípoli, podendo estes lá manterem quantas tropas achassem necessário, e o Supremo Conselho concordava com a perspectiva do sultão deter uma guarda pessoal, de tamanho ainda indefinido, em Constantinopla, já que se tinha consciência de que o Exército otomano deveria ser reduzido ao máximo aceitável. Tais questões militares e navais específicas seriam delineadas melhor pelas Comissões competentes, assim como as econômicas, que já assumiam uma linha restritiva semelhante ao que vinha sendo veiculado antes²⁸¹.

Eventualmente, foi decidido que toda a zona de Constantinopla e Estreitos – estes que ficariam decididamente abertos – seria desmilitarizada e entregue à administração de uma Comissão Internacional Interaliada, estabelecendo-se uma faixa territorial neutra, já que “no Bósforo, no Mar de Mármara e no Dardanelos, as costas serão desmilitarizadas e os Aliados assumirão o controle naval”²⁸² – e até porque os otomanos poderiam manter uma força marinha apenas ínfima²⁸³. Ademais, ao final da Conferência em Londres, os quesitos econômicos atingidos apontavam concordância ao modelo restritivo anterior de Berthelot e Curzon, e o senso de continuidade do

Parlamento misto, que deveria ser estabelecido na região, em diante, este poderia requisitar junto à Liga das Nações incorporação à Grécia. O Tratado definitivo de Sèvres, em agosto, previa esta cláusula.

²⁷⁹ O quesito do *status* do Curdistão ficou em aberto, mas este esboço apontava um domínio que ficaria a cargo dos Aliados, momentaneamente. O Tratado de Sèvres, especialmente em seus artigos 62, 63 e 64, ainda manteve um grau de indefinição quanto ao destino Curdistão, apontando que este seria, teoricamente, autônomo, com possibilidade de requerer independência após a execução alguns pré-requisitos estabelecidos nestes artigos. Quanto a esta área, conferir “Figura 05”.

²⁸⁰ CAB 24/99/6. Mas o destino desta última fronteira, vale lembrar, ficava em aberto “conforme outras medidas sejam necessárias para a defesa dos Estreitos”.

²⁸¹ O tamanho do exército otomano foi, por exemplo, uma questão de discussão, já que o Comitê Militar, a princípio, propôs um número entre 50 a 60 mil homens, algo que Supremo Conselho não aceitou. Conforme George, em nome dos Aliados, replicou a Foch, chefe do comitê, o Conselho acreditava que a problemática de manutenção da ordem na Turquia era mais uma questão relacionada a uma gendarmaria turca (CAB 24/99/81). Ao final, o número equivalente a não mais que 50 mil homens foi aceito, tal como mostrou o artigo 152 do Tratado definitivo de Sèvres.

²⁸² CAB 24/99/71.

²⁸³ No dia 02 de março, Supremo Conselho decidiu que o sultão não teria uma marinha forte o suficiente para defender suas costas marítimas, reduzida a nível apenas para um serviço policial e proteção da indústria da pesca (CAB 24/99/71).

predomínio financeiro também estava lá²⁸⁴, sem contar que o controle jurídico por meio das capitulações, tão ojerizadas pelo CUP, não foi abolido²⁸⁵. A diferença básica, porém, esteve em como algumas questões financeiras se resolveriam, no âmbito da exclusividade de ação de um país Aliado dentro do Estado otomano, após o Tratado: todos concordavam que um controle próximo, exercido de modo indireto, dos assuntos financeiros era essencial e, logo, a grande questão que se impôs foi qual seria o grau de exclusividade deste controle por parte de um país Aliado específico. Os franceses e italianos queriam garantir zonas territoriais de influência financeira exclusivas dentro do sultanato, mas Lloyd George sabia do perigo que isso poderia significar do ponto de vista de controle sobre o próprio sultão.

O impasse só teve um encaminhamento convergente quando Curzon sugeriu o artifício de “acordo abnegado” como solução²⁸⁶, entendimento tal que culminou no documento conhecido como “Tratado Tripartido”, o qual previu uma ordenança abnegada pela qual cada nação não apenas se recusaria a competir pelos direitos de investimento e desenvolvimento econômico em uma área destinada a outro Aliado, mas também apoiaria as aspirações do favorecido em questão em negociações com o governo turco. O texto do acordo também selou que o tráfico e o comércio, por insistência britânica,

²⁸⁴ Foi concordado que uma Comissão Financeira interaliada seria formada, a qual deveria supervisionar o funcionamento e o pessoal do sistema financeiro turco por meio de uma rede de supervisores turcos. A Comissão Financeira teria que aprovar o orçamento do governo antes deste ser submetido ao Parlamento, e não seria permitida nenhuma emenda que não tivesse aprovação da comissão. Esta também participaria da regulamentação da moeda e manteria o veto sobre a contração de empréstimos governamentais internos ou externos. O Conselho da Dívida Otomana manteve-se, separado desta comissão, muito por insistência francesa – afinal, 60% da dívida pertencia a acionistas franceses e Paris preocupou-se em preservar esta ordem. Estes termos foram expressos no tratado definitivo de Sèvres, especialmente nos artigos 231, 232 e 233. Além disso, as cláusulas econômicas do esboço previam a restauração de todas as concessões, acordos e direitos de propriedade envolvendo cidadãos estrangeiros dos países Aliados, com base em seu *status* antes de 1º de agosto de 1914. Nas áreas em que um Poder tinha um mandato, por exemplo, ele teria que comprar concessões pertencentes a outras nações ou a seus nacionais.

²⁸⁵ As capitulações permaneceriam vigentes enquanto uma Comissão especial, que avaliaria uma reforma jurídica otomana, não fosse formada, esta tal que só iniciaria seus trabalhos após a ratificação do tratado. O tratado definitivo de Sèvres, no artigo 136, previa exatamente isto.

²⁸⁶ Conforme as minutas das discussões informam, Curzon teria afirmado que: “[...] Quaisquer que sejam os arranjos que possamos tomar em relação ao emprego de instrutores ou à cessão de concessões econômicas não podem ser redigidos em preto e branco no tratado, devem ser uma questão de acordo mútuo entre os Poderes. Se no tratado fizermos parecer que a Turquia deveria ser dividida em esferas, ela nunca aceitaria essas condições, os Estados Unidos as rejeitariam, e os sentimentos do mundo civilizado seriam ofendidos. Ele pediu, portanto, que nada sobre partição deveria aparecer no tratado. Se, no entanto, a Turquia solicitar a assistência de instrutores, os Poderes poderão providenciar entre si a provisão. No que diz respeito às esferas de influência, ele sugeriu que os Aliados trabalhassem na linha do que era conhecido na Inglaterra como uma "ordenança abnegada"; isto é, eles deveriam providenciar, mutuamente, que a Grã-Bretanha não interferisse nas áreas destinadas à França e à Itália e, além disso, apoiasse realmente estes países na administração dessas áreas e vice-versa. Por fim, ele insistiria que, qualquer que seja o arranjo que as Potências possam fazer, ele deve ser amplamente publicado e não mantido em segredo” (HELMREICH, 1974, p. 254).

permanecessem totalmente desimpedidos; que cada nação assumisse a responsabilidade pela proteção das minorias em sua esfera de interesse econômico; e concedeu o direito à nação Aliada interessada de nomear, caso os turcos solicitassem, conselheiros políticos, judiciais, e militares. Previa-se que as tropas francesas e italianas seriam retiradas de áreas internas ao Estado turco assim que o tratado de paz fosse executado com sucesso e uma cláusula significando a disposição Aliada de fornecer assessores foi incluída nos projetos de artigos do tratado de paz²⁸⁷.

Quando a Conferência de Londres findou-se em abril, as bases essenciais podiam até estar postas, porém os representantes otomanos só teriam acesso ao texto do Tratado completo em maio – um acordo de paz para um país que convulsionava há meses. A esta altura, na cabeça dos “grandes” do Supremo Conselho, a questão não era (talvez nunca tenha sido) um tratado viável e sim o *como*: como fazer o governo do sultão engoli-lo goela abaixo.

3.3. 1 As reações “internas”

Não parece ter havido, dentro do governo britânico, grandes protestos quanto aos termos principais do Tratado, que, em final de fevereiro, já tinha linhas gerais mais ou menos consolidadas. Todos pareciam concordar, ou ao menos consentir, com a “filosofia” geral disposta, porém havia um fator patente que desarticulava tudo: aplicabilidade. Um acordo tão restritivo, aos olhos dos observadores mais atentos, não poderia ser efetivado sem suor, sangue e dinheiro – recursos tão escassos para Londres –, mas já se captava que apenas pela força poder-se-ia vislumbrar aceitação de seus termos: a questão residia, portanto, no ponto do Reino Unido ter condições materiais para isto. Ilustrando perfeitamente as inquietações suas e de seu próprio ministério²⁸⁸, Winston Churchill escreveu a Lloyd George, em 24 de março:

²⁸⁷ THE AMERICAN JOURNAL OF INTERNATIONAL LAW. “Tripartite Agreement between the British Empire, France and Italy Respecting Anatolia”, Sèvres, 10/08/1920, pp. 153-159. Os termos do Tratado Tripartido, foi acordado, seriam tornados públicos no momento da assinatura formal do tratado de paz e postos em prática ao mesmo tempo que este. As zonas de influência foram provisoriamente definidas como as dos acordos “Sykes-Picot” e “Saint-Jean-de-Maurienne”. A zona italiana foi modificada pela perda da área de Esmirna; a Cilícia foi para a França; e o Reino Unido não recebeu zona especial na Anatólia. Para uma melhor ideia visual, conferir “Figura 05”.

²⁸⁸ Citemos, por exemplo, um memorando do dia 15 de março, elaborado pelo Ministério da Guerra e, posteriormente, circulado por Churchill ao Conselho de Ministros. Em uma análise bastante sóbria, o documento afirma que “a massa da nação” poderia até estar cansada de guerra, mas, ainda assim, ela lutaria “amargamente” para evitar que partes de seu território ou de propriedades fundiárias próprias fossem entregues a um poder estrangeiro, “especialmente à Grécia ou Armênia”. O movimento nacionalista em si, constatou-se, se alimentava do “medo de ocupação permanente pelos Poderes

“[...] Estou muito ansioso quanto à sua política em relação à Turquia. Com os recursos militares que o Gabinete cortou até às proporções mais fracas e esguias, estamos liderando os Aliados na tentativa de impor uma paz na Turquia que exigiria exércitos grandes e poderosos, operações e ocupações longas e caras. Neste mundo tão dilacerado por conflitos, temo ver você soltar os exércitos gregos - pelo bem de todos e certamente pelo bem deles. No entanto, os exércitos gregos são sua única força de combate eficaz. Como você vai alimentar Constantinopla se as ferrovias da Ásia Menor forem cortadas e os suprimentos não chegarem? Quem vai pagar? De que mercado despojado está a comida por vir? Temo que você tenha esta grande cidade desamparada em suas mãos, enquanto toda a volta é guerrilha e bloqueio. Aqui, novamente, aconselho prudência e apaziguamento. Tente garantir uma autoridade governamental turca realmente representativa e aceite isso. No presente momento, o Tratado Turco significa anarquia indefinida”²⁸⁹.

Charles Hardinge, ex-vice-rei da Índia, partícipe das discussões em Paris de 1919, e embaixador britânico na França em exercício, mostrou, dias depois, concordância com a linha prática e militar de Churchill, mas adicionou outro detalhe à inviabilidade: os turcos jamais aceitariam a atribuição de Esmirna e da parte trácia a oeste de Chatalja aos gregos. Portanto, até que ponto esta paz seria, se imposta, duradoura? No dia 09 de abril, um visivelmente incomodado Hardinge escreveu:

“[...] O governo foi infeliz em seu tratamento da questão turca. Nada poderia ter sido mais mal administrado, e nós estamos só no começo de nosso problema com a Turquia quanto às condições de paz. Todos aqueles com experiência e conhecimento de políticas sobre a Turquia e o Oriente Próximo foram ignorados e a opinião de lunáticos e entusiastas adotada. O mais mero principiante que tenha vivido na Turquia saberia que os turcos nunca

cristãos” (sendo Esmirna um desses centros) e, naturalmente, a “resistência aumentará com a profundidade da zona ocupada”. O Tratado de Paz, tal como provisoriamente aprovado pelo Supremo Conselho, prosseguiu o memorando, “contém certas condições que os turcos muito improvavelmente aceitarão, as quais, portanto, só podem ser postas em efeito caso os Aliados estejam preparados para tomar medidas militares para forçá-las”, cláusulas tais que estariam longe de trazer paz (as questões que não seriam aceitáveis, eram, naturalmente a cessão da Trácia e de Esmirna à Grécia; a independência da Armênia e a retirada dos direitos e títulos turcos, em favor Aliado, sob o Curdistão). Devia-se lembrar, também, que massacres poderiam ocorrer por todos os lados, sem contar que os muçulmanos sob controle britânico poderiam se sentir bastante incomodados com os termos de paz, o que poderia gerar desordem. Naturalmente, portanto, a conclusão do relatório era direta: “do ponto de vista militar é indesejável que quaisquer condições sejam incorporadas a um Tratado de Paz que os Aliados não estejam preparados para impor” (CAB 24/101/67).

²⁸⁹ MIP. “Churchill to Lloyd George, 24 March 1920, Lloyd George Papers, F/9/2/20”, [S/L], 24/03/1920, p. 730. Esta declaração faz ainda mais sentido se lembrarmos dos alertas de Churchill nas reuniões do Conselho quanto à gradual perda de controle sobre o interior, mas devemos lembrar também da situação do contingente militar disponível, tão estressada pelo ministro nesta passagem, e gradualmente reduzido meses antes. O comandante G.F. Milne, por exemplo, já apontava, no final de 1919, que frente à situação que já existia na Anatólia era “aconselhável contemplarmos a situação na qual o uso da força militar pode se tornar necessária, e considerá-la à luz das possíveis decisões a serem alcançadas pela Conferência de Paz. [...] É adequado apontar que as forças necessárias para impor os termos de Paz variarão muito de acordo com a natureza destes”. Ele já adiantava, também, que suas forças eram precárias, apenas suficientes para pressionar o governo em Constantinopla, “que pode ou não estar em posição de controlar o país” (CAB 24/93/60). Em relação ao contingente, o Ministério da Guerra, em 15 de março, era categórico em concluir que “em suma, os ativos militares da Inglaterra mal são suficientes (isso se forem suficientes), para as necessidades do Império Britânico, e além do nosso esforço atual em Batoum, Constantinopla e Estreitos, Palestina, Egito e Mesopotâmia, nada mais pode ser feito com as forças à nossa disposição” (CAB 24/101/67).

concordariam em abrir mão de Esmirna e Adrianópolis aos gregos - os quais se odeiam e se desprezam - e que se eles recusarem-se a aceitar o Tratado, o que é mais do que provável, ou se eles aceitarem o Tratado e não derem seguimento às suas provisões, quem irá força-los e onde estão os homens e o dinheiro para fazê-lo? Ninguém parece ter pensado nisso. Os turcos suportarão a perda da Arábia, Síria, Armênia e das Ilhas, mas não a de Adrianópolis ou Esmirna, as quais consideram, e não sem uma desculpa, como cidades turcas”²⁹⁰.

Naturalmente na mesma linha, Montagu escreveu, no mesmo dia:

“Insisto que nenhuma paz que contenha essas disposições possa ser permanente. É pouco provável que os turcos se submetam sem derramamento de sangue à rendição de Esmirna, [...] eles nunca descansarão enquanto Esmirna estiver irredenta. De novo, os frutos da vitória podem ir para a Grécia; mas a culpa e o ódio ardente serão depositados na Grã-Bretanha. Uma Turquia amigável beneficia-nos, uma Turquia incessante nunca deixará de fomentar problemas na Índia. Essas propostas são, então, extremamente inconvenientes. Além disso, somos avisados por todos os lados que elas são impossíveis de realizar e provocarão massacres renovados de cristãos desprotegidos. O almirante de Robeck em Constantinopla, o Ministério da Guerra em Londres, o marechal Foch na França, estão unidos nisso; que a paz que é contemplada não pode ser imposta sem muito mais tropas do que as que estão agora disponíveis. E de onde eles virão? Não da Índia. As propostas em meu julgamento não apenas não constituem uma interpretação justa do compromisso, mas não são políticas, convenientes ou praticáveis”²⁹¹.

Tudo isto, porém, fica mais claro se retrocedermos até o início de março. A situação na capital otomana era turbulenta: eleições parlamentares tinham sido realizadas, culminando na composição massiva de assentos ligados ao movimento nacionalista de Kemal e numa declaração parlamentar, o “Pacto Nacional”, que ia na linha nacionalista – sem contar, claro, a situação de um interior já descontrolado pelo governo central. Com o Pacto, o governo e a resistência aparentavam alinhamento contra qualquer paz que retirasse do sultanato partes da Anatólia e da Trácia e, destarte, levando a situação em Constantinopla em consideração, o Supremo Conselho ordenou, em 05 de março, ao Alto-Comissário britânico na cidade, almirante de Robeck, que “em qualquer caso, a capital deveria ser ocupada imediatamente pelas forças Aliadas sob condições a serem indicadas em breve”²⁹². Kemal, “cuja responsabilidade pelas ocorrências recentes na

²⁹⁰ MIP. “Hardinge to Harcourt-Butler, 9 April 1920, Hardinge MSS”, [S/L], 09/04/1920, P. 750-51.

²⁹¹ CAB 24/103/46.

²⁹² CAB 24/100/5. De fato, o comunicado já expressava que instruções estavam sendo imediatamente providenciadas aos comandantes navais e militares para que procedessem com os primeiros passos rumo a uma ocupação militar de Constantinopla, a qual incluiria a ocupação do Ministério da Guerra e o controle e censura de todos os despachos e ordens militares encaminhados daí em diante. Não à toa, em 15 de março, George teve a permissão do Supremo Conselho para comunicar-se com o marechal Foch, e consultou-lhe quais seriam “as medidas militares necessárias para forçar o Tratado de Paz com a Turquia em caso de negação do governo turco em assiná-lo; para ratificá-lo, ou para executá-lo, nas linhas gerais que já foram comunicadas” (CAB 24/100/63). Devemos, também, ter em mente que cerca de um mês

Cilícia é inegável”, deveria ser dispensado pela Porta e o governo otomano deveria ser informado que a ocupação militar de Constantinopla continuaria “até que os termos do Tratado de Paz tenham sido aceitos e postos em prática”²⁹³. Caso houvesse qualquer recorrência “destes ou similares ultrajes, os termos propostos se tornarão ainda mais severos, e as concessões já feitas retiradas”²⁹⁴. Além disso, rejeitando uma sugestão anterior de de Robeck, vista como distante de tais termos, os quais “estamos discutindo e devemos aconselhar ou posteriormente impor”²⁹⁵, o Supremo Conselho comunicava, no mesmo documento, ao Alto-Comissário que

“para a sua informação confidencial, em nenhuma circunstância a serem divulgados aos Alto-Comissários e Comandantes militares e navais Aliados, estes termos envolvem, provisoriamente, a sessão da Trácia, acima da linha de Chatalja, à Grécia; completo controle internacional dos Estreitos; a presença de uma força internacional nesta zona; próxima supervisão financeira do governo turco a ser exercido da capital; a cessão de Esmirna à Grécia sujeita à suserania turca; a criação de uma Armênia independente incluindo Erzerum; o provável reconhecimento de um Curdistão independente”²⁹⁶.

Estes eram termos, portanto, “suficientemente drásticos a ponto de evitarem uma execução bem-sucedida da política de bloco. Se forem estes, claramente terão, cedo ou tarde, que ser impostos pela força”²⁹⁷. Que de Robeck era contra as cláusulas pró-gregas, repassadas em primeira-mão, já podemos inferir – ele, não obstante, não deixaria de expressar sua insatisfação a Curzon quatro dias depois, enfatizando a mesma linha de Hardinge e Montagu²⁹⁸. O Alto-Comissário, em si, conjecturava, segundo

antes, em 03 de fevereiro, o Conselho de Ministros em Londres tomou a decisão de não abrir mão, em nenhum momento, de Constantinopla: “Constantinopla é vital para nós, e todo empreendimento deve ser feito para garantir que continuemos em controle da cidade e de seu ambiente” (CAB 23/37/23).

²⁹³ CAB 24/100/5.

²⁹⁴ Ibid.

²⁹⁵ Ibid. A sugestão de de Robeck, conforme informa a mensagem, era: “os Poderes Aliados deveriam formar um bloco com o sultão e os turcos bem-dispostos e moderados para resistir à irreconciliável atitude do extremo Partido Nacionalista. Mas as condições desta política são o que você descreveu, comparativamente, como uma paz leniente. Aparentaria de tal definição uma paz que é muito distante dos termos do Tratado que nós estamos discutindo e devemos aconselhar ou posteriormente impor”.

²⁹⁶ Ibid.

²⁹⁷ CAB 24/100/5.

²⁹⁸ Nesta comunicação, de Robeck confessou concordar com os termos restritivos até o ponto em que a questão passava a ser conceder domínios à Grécia. Neste sentido, a paz deveria ser selada em termos executáveis, que não exigissem derramamento de sangue Aliado, e que garantissem uma paz contínua: “Se aplicarmos estes três testes à proposta cessão de Esmirna e Trácia à Grécia, o que achamos? (a) significa que estamos concedendo territórios esmagadoramente turcos em população ao domínio de inimigos seculares dos turcos, cuja experiência anterior na Tessália, Creta e Macedônia mostrou que sob este domínio é quase impossível aos muçulmanos existir – uma violação flagrante do princípio de autodeterminação, ao qual eu tenho a impressão que o Supremo Conselho aderiu; (b) é impensável, como consistentemente informamos ao Foreign Office, que os muçulmanos nestas áreas aceitarão pacificamente a anexação grega, especialmente após a amostra dos métodos gregos aos quais foram submetidos desde a ocupação grega de Esmirna. Isto é suficientemente claro pelos relatórios da Comissão Interaliada sobre as

memorando do Ministério da Guerra do dia 15 de março, como prováveis consequências aos termos esboçados: (a) uma recusa turca de assinar o Tratado. Caso assinado, de ratificá-lo e, caso ratificado, de executá-lo; (b) uma revolta geral, “envolvendo a abdicação ou deportação do sultão, a passagem do Parlamento para a Anatólia, a ascensão de um novo sultão e a criação de um novo governo na Ásia Menor”, mudanças tais que viriam acompanhadas de largos massacres a cristãos tanto na Ásia Menor quanto na Trácia; (c) tentativas de ação combinada na Europa entre os turcos e búlgaros contra os gregos; (d) possibilidade de ação combinada na Ásia entre turcos, árabes e bolcheviques²⁹⁹.

Este mesmo memorando, é importante notar, acentuava que, dado o estado das coisas no interior, a “ocupação Aliada do Ministério da Guerra em Constantinopla pode não ter muito efeito do ponto de vista de controle militar”³⁰⁰, mas de Robeck, como um funcionário, observou, no dia 16, uma operação chefiada por seu governo tomar controle dos principais ministérios otomanos (entre eles o da Guerra), dissolver o Parlamento, e prender suspeitos de ligação aos nacionalistas; além de, poucos dias depois, observar uma proclamação do Supremo Conselho justificando que a ocupação ocorrera apenas para fortalecer a posição do sultão³⁰¹.

No fim, a ocupação foi uma derrota, já que os eventos na capital de fato não impactavam no interior: Kemal anunciou, em abril, um novo Parlamento com sede em Ancara³⁰² e o país dividiu-se definitivamente entre uma resistência legislando em causa própria na Anatólia e um sultão impotente e manipulado em Constantinopla. Porém, o

atrocidades em Esmirna, mas ainda mais claro pela simples existência do movimento nacionalista na Ásia Menor. Se a ocupação provisória de Esmirna foi, e sem dúvida foi, o câncer na situação do Oriente Próximo desde maio passado, quanto mais será a anexação definitiva o câncer, pelos anos vindouros, a irritação constante que perpetuará derramamento de sangue na Ásia Menor, provavelmente por gerações? A posição da Trácia é análoga. [...] (c) é aparente que o Supremo Conselho percebe que os termos que propõe devem necessitar que sejam impostos pela força. Ele está bastante certo. Os termos são tais que nenhum turco, seja do CUP ou pró-Entente, pode aceitar. O Supremo Conselho, então, está preparado para uma retomada do estado de guerra generalizado [...]? [...] O povo britânico talvez não perceba que a proposta de desmembrar as províncias otomanas da Turquia em interesse da Grécia direcionará os turcos restantes aos braços dos bolcheviques, irá incendiar o Oriente Próximo e a Ásia Central, e intensificará a ameaça do bolchevismo ao mundo muçulmano britânico” (CAB 24/101/68).

²⁹⁹ CAB 24/101/67.

³⁰⁰ Ibid.

³⁰¹ BUSCH, Briton Cooper. *Mudros To Lausanne: Britain's Frontier In West Asia, 1918-1923*. Albany, 1976, p. 208. Além disso, a declaração afirmava que as tentativas nacionalistas de obter cooperação governamental haviam forçado a ocupação, mas que ela era provisória: Constantinopla ainda seria turca, mas, se os distúrbios continuassem, essa última promessa seria reexaminada.

³⁰² Quando o movimento nacionalista se separou de Constantinopla, o texto do Pacto Nacional foi adotado pelos kemalistas da Grande Assembleia como programa político.

propósito profundo da ocupação, como bem se revelou nos bastidores, era forçar o acordo e não negociá-lo, mesmo com a contrariedade intragovernamental.

3.3.2 O Pacto e o movimento

Parte da filosofia de ocupação pautou-se por um entendimento de que, àquela altura, o governo do novo grão-vizir, Ali Riza, instaurado em outubro de 1919, era pró-nacionalista, e, após a declaração do “Pacto Nacional”, houve a certeza de que as partes estavam unidas³⁰³. Além dos desejos de expulsão dos invasores e de necessidade de manutenção territorial de toda a Anatólia e Trácia ao Império Otomano³⁰⁴, outras pautas primordiais do movimento de resistência, originado em meados de 1919, eram a renúncia do governo do então grão-vizir, Damad Ferid, e a formação de um novo Parlamento otomano³⁰⁵. Mas outros pontos importantes estavam presentes nas resoluções emitidas, no início de setembro, pelos Congressos de Erzerum e de Sivas, os quais definiram a base ideológica do movimento nacionalista. Erzerum, por exemplo, colocava como meta do movimento nacional:

“(2) Pôr em ação as forças da nação: impor sua vontade, a fim de manter a integridade da pátria otomana e a independência de nossa nação, e preservar

³⁰³ Ali Riza assumiu o cargo de grão-vizir em dois de outubro de 1919, e um de seus primeiros atos foi convocar eleições parlamentares, tão proteladas por seu antecessor, Damad Ferid, as quais refletiram, como vimos, em uma maioria nacionalista ligada a Kemal.

³⁰⁴ O Congresso de Erzerum, a primeira grande conferência da resistência, realizada em Erzerum, em 07 de setembro, reiterou, em suas resoluções, que os intuitos de mobilização se davam por conta das invasões, além de um perigo de secessão Armênia. Erzerum dava a tônica da questão territorial: era impossível permitir a separação das “províncias do Leste” (isto é, territórios que seriam de um Estado Armênio e/ou curdo) da “pátria-mãe otomana” e o sexto artigo de sua resolução indicava que as partes “árabes” não faziam parte da demanda de coesão territorial. As resoluções posteriores do Congresso de Sivas ratificaram este artigo, apesar de manterem sua confusão intrínseca, já que “(1.) as várias partes do território turco que permaneciam dentro de nossa fronteira quando o Armistício [...] foi assinado são habitadas em toda parte por uma esmagadora maioria muçulmana e formam um todo; elas não podem ser separadas e, por qualquer motivo, não se desgrudam uma da outra ou da Pátria Otomana” (CAB 24/93/60). Confuso ou não, ao reportar ao Ministério da Guerra seu memorando que explicava as origens do movimento nacionalistas (que inclusive incluía as resoluções de Erzerum e Sivas), o general Milne entendia que “o princípio subjacente a esta declaração é a defesa dos direitos nacionais. Como resultado da derrota do exército otomano pelas forças britânicas, os líderes do movimento estavam preparados para perder a Mesopotâmia, Arábia, Palestina e Síria; mas estavam determinados a defender, se necessário pela força, o restante da Turquia, que representava a casa de sua raça” (Ibid.)

³⁰⁵ Este desejo foi expresso no Congresso de Erzerum e, poucos dias depois, um Congresso em Sivas, bem maior e mais representativo, reiterou-o. Não à toa, em 25 de setembro, o próprio Mustafá Kemal endereçou uma carta ao Alto-Comissário britânico, informando a ocorrência do Congresso de Sivas “em nome de toda a pátria-mãe otomana” e adiantando que o movimento demandava que o gabinete do grão-vizir Ferid Paxá, “cujos atos de traição ao país foram declarados”, fosse trocado por um gabinete “lícito, confiável e que concorde com os desejos nacionais” (CAB 24/93/60). Os atos de traição, evidentemente, eram não ter levantado resistência suficiente contra as ocupações. Não impressiona, portanto, que quando o Congresso de Sivas se reuniu, Kemal abriu-o com um discurso que lembrava das condições de ocupação e que a ocupação estrangeira havia “penetrado até o coração do governo turco e até mesmo o próprio palácio do sultão” (Ibid.).

o sultanato e o califado. [...] (4) Decisões foram tomadas e medidas foram adotadas para garantir nosso vínculo ao sultanato e ao califado e nossa existência e direitos nacionais; caso o Governo Central, por pressão dos Poderes, veja-se obrigado a abandonar ou a negligenciar estas partes"³⁰⁶.

Sivas tinha artigos praticamente iguais a estes dois, o que, de certo ponto de vista, concedia-lhes ainda maior significado intrínseco, já que este Congresso teve maior magnitude em relação a seu antecessor, recebendo representantes de governadores não somente da Anatólia Oriental³⁰⁷. Temos, então, bons indícios quanto à forma estatal que o movimento nacionalista, em sua origem, almejava para o Império Otomano, do qual não desejava se desconectar; e, talvez por isso, Milne tenha constatado, ao analisar Erzerum, o seguinte: “o Congresso expressou sua lealdade ao sultão e ao califado. Pelo exposto, é visto que o movimento era mais político do que revolucionário, como afirmam alguns”³⁰⁸. Lembremos, também, de opiniões de outros membros do governo britânico que viam o movimento numa linha de insurgência e de não-ruptura³⁰⁹, e, não à toa, quando, no final de setembro, o governo de Damad Ferid solicitou permissão para mover tropas ao interior para “restaurar a situação”, ecoou-se um “não” Aliado: “em vista da importância de preservar a paz e evitar compromissos, o que pode ter sérias reações em outros lugares, considerou-se que uma mera preferência por um governo de uma determinada cor política não justificava o risco de incentivar uma guerra civil, na qual teria sido quase impossível que as tropas aliadas continuassem a ser

³⁰⁶ CAB 24/93/60.

³⁰⁷ Os artigos da resolução de Sivas foram: “(2.) Para garantir a integridade da Pátria Otomana e nossa independência nacional, e preservar o sultanato e o califado, o princípio de colocar em ação as forças da nação e tornar preponderante a vontade da nação foi adotado como essencial. [...] (5.) Todas as precauções e decisões foram tomadas para salvaguardar o sultanato e o califado e a integridade do país e da nação, caso o governo turco se veja, por conta de alguma pressão externa, obrigado a abandonar ou a negligenciar qualquer parte do nosso território” (CAB 24/93/60).

³⁰⁸ CAB 24/93/60.

³⁰⁹ Relembremos aqui, por exemplo, passagens já citadas neste trabalho: Churchill, na reunião ministerial de dezembro, alertava para os perigos do sultão, caso retirado de Constantinopla, se aliar ao insurgente Kemal, algo que poderia resultar em um “caldeirão fervilhante de problemas”; Curzon, em seu memorando do dia 04 de janeiro, acentuava os perigos de que, se mantido na capital, o sultão poderia transferir o movimento nacionalista de Kemal para Constantinopla; as minutas do dia seguinte e a fala do comandante Wilson, no dia 06, ressaltam o caráter insurgente dos nacionalistas. Vale frisar, também, que o memorando de Milne sobre as origens do movimento, datado do dia 20 de outubro de 1919, aponta que os nacionalistas tinham como ideia usar da resistência armada como instrumento para influenciar uma conferência de paz (CAB 24/93/60); sem contar o memorando de março, feito pelo Ministério da Guerra e acima citado, que estimava, entre as consequências dos termos esboçados, uma revolta geral, “envolvendo a abdicação ou deportação do sultão, a passagem do Parlamento para a Anatólia, a ascensão de um novo sultão e a criação de um novo governo na Ásia Menor” (CAB 24/101/67). Não à toa, Busch (1976, p. 208) constata que, na visão dos Aliados, o movimento nacionalista de Kemal havia sido inspirado ou pelo menos apoiado pelas autoridades do governo turco como um dispositivo para evitar termos de paz duros.

espectadores’’³¹⁰. Os “turcos eram os turcos”, insurgentes ou não, e seu programa quanto à preservação de um Estado como um sultanato não diferia – o que havia eram dimensões variantes em relação à realidade vigente.

Não impressiona, portanto, que quando o novo Parlamento Otomano, amplamente composto por nacionalistas ligados a Kemal, divulgou o “Pacto Nacional”³¹¹, a influência nacionalista em seu teor foi notável – até porque o Pacto nem punha uma separação de Esmirna em discussão, por exemplo. Apesar de conter outros cinco artigos, destaquemos o preâmbulo e o artigo IV do documento:

“Os membros da Câmara dos Deputados otomana reconhecem e afirmam que a independência do Estado e o futuro da nação podem ser assegurados pelo respeito total aos seguintes princípios, que representam o máximo de sacrifício que pode ser realizado para alcançar uma paz justa e duradoura, e que a existência contínua de um sultanato e sociedade otomanos estáveis é impossível fora dos princípios abaixo mencionados. [...] (IV) A segurança da cidade de Constantinopla, que é a sede do califado do Islã, a capital do sultanato e a sede do governo otomano, deve ser protegida de todos os perigos. Desde que este princípio seja mantido, qualquer decisão que possa ser tomada conjuntamente por nós e por todos os outros governos envolvidos com relação à abertura do Bósforo ao comércio e tráfego do mundo é válida’’³¹².

O conjunto dos termos do documento, mas em especial estas duas passagens, deixava claro que a vontade oficialmente expressa do Parlamento era pela continuidade do Império Otomano, sem nenhuma alusão concreta e direta a outro molde de Estado que

³¹⁰ CAB 24/93/60.

³¹¹ O texto do Pacto foi aprovado em 28 de janeiro e publicado em 12 de fevereiro.

³¹² HPCP (vol. VI). “The National Pact of Angora”. Constantinopla, 28/01/1920, p. 605-6. Os outros artigos seguiam a seguinte linha: o primeiro defendia que as partes árabes, antigamente otomanas, deveriam ser consultadas a respeito de sua separação ou não do Império por meio de plebiscito – uma necessidade que passava pelo fato do total desta região ser habitada por “maioria muçulmana otomana”, de modo que este e outros fatores não admitiam uma divisão regional. O segundo e terceiro artigos estendiam o artifício de um plebiscito local para outras regiões, isto é; para “os três Sanjaks (Batoum, Kars, Ardahan) que se uniram por um voto geral à Pátria-Mãe quando eram livres” e para a Trácia Ocidental, a qual era “também dependente da paz turca”. Os últimos dois artigos tratavam de minorias e direitos, além de soberania nacional: “V) Os direitos das minorias, conforme definidos nos Tratados celebrados entre os Poderes da Entente e seus inimigos e alguns de seus associados, deverão ser confirmados por nós, confiando na crença de que as minorias muçulmanas nos países vizinhos terão o benefício dos mesmos direitos; VI) É uma condição fundamental de nossa vida e existência contínua que, como todo país, desfrutemos de total independência e liberdade na questão de garantir os meios de nosso desenvolvimento, a fim de que nosso progresso nacional e econômico seja possível, e que também seja possível conduzir negócios sob a forma de uma administração mais modernizada e regular. Por esse motivo, nos opomos a restrições adversas ao nosso desenvolvimento em assuntos políticos, financeiros e outros. As condições de liquidação de nossas dívidas comprovadas também não devem ser contrárias a esses princípios”.

não o de um sultanato ligado à religião – o mesmo se aplicando ao movimento nacionalista³¹³.

3.4 A paz descontínua

Apesar dos pesares, os termos do Tratado de Paz, estruturados em março, mantiveram seu teor. Em maio, os pontos polêmicos estavam todos lá: Esmirna sob administração grega e suserania turca (com possibilidade de incorporação à Grécia); a manutenção da “linha Chatalja”, sendo que à oeste desta o território seria grego; uma Armênia independente (com fronteiras exatas a serem definidas posteriormente³¹⁴) e um Curdistão ao menos autônomo. O sultão permaneceria em Constantinopla, a qual teria arredores controlados por uma comissão internacional de administração dos Estreitos que deveria assegurar a abertura contínua destes, e a dinastia “osmanli” seria soberana sobre o território turco restante³¹⁵, submissa às cláusulas de controle financeiro estrito e às “zonas de prioridade” europeias.

Naturalmente, a desintegração da Anatólia tal como “proposto” nem era considerável pelos nacionalistas, mas também não se esperava que os termos fossem aceitos pelo governo em Constantinopla, mesmo que em maio, quando os representantes otomanos receberam o texto do tratado, a Sublime Porta estivesse, novamente, nas mãos “lenientes” de Damad Ferid. Igualmente, dado tudo que havia sido ventilado

³¹³ Se os nacionalistas eram completamente honestos em suas intenções é outra questão, mas o fato é que suas declarações oficiais neste período não vislumbravam um modelo estatal que não fosse um sultanato. Patrick Kinross (2001), um dos mais clássicos biógrafos de Mustafá Kemal, argumenta que ele começou a questionar, junto à Assembleia em Ancara, o futuro do sultanato após a vitória turca em Esmirna, em 1922, mas enfrentou forte oposição parlamentar interna quanto a isso – inclusive a de parceiros destacados dentro do movimento, como Raouf Bey e Refet Bey, que defendiam a reforma do sultanato para uma monarquia constitucional na qual o sultão estaria submisso às decisões parlamentares. Para apaziguar principalmente a oposição, que zelava pelo papel da Turquia como Estado Islâmico, Kemal ventilou a separação do título de califa do de sultão, e conseguiu, em 01 de novembro de 1922, a aprovação da Assembleia quanto à abolição do sultanato. Menos de 20 dias depois, o sultão fugiu de Constantinopla em uma surdina operação orquestrada com os britânicos e o califado foi para Abdul Mejide, seu primo, que teria apenas autoridade religiosa. Kemal decidiu que o Estado turco deveria ser definitivamente uma república apenas no verão de 1923, ainda durante as Conferências de Paz em Lausanne, mas esperou para começar a ventilar a ideia com seus associados após a assinatura do Tratado, recebendo, novamente, forte oposição da Assembleia ao fazê-lo. Quando a “ventilação” começou, Kinross (2001, p.229) nos deixa à par da situação contextual: “O conceito de República estava totalmente em desacordo com o do Estado muçulmano tradicional e foi a primeira vez que a ‘palavra feia’ foi proferida no contexto turco. A ameaça da mudança causou comoção, tanto na imprensa de Istambul quanto nos lobbies do Parlamento, onde ainda não existia nenhum movimento republicano sério”.

³¹⁴ O texto definitivo se prontificava a convidar o presidente Woodrow Wilson para desenhar as linhas deste Estado, que teria a saída para o Mar Negro e, presumivelmente, se uniria à autoproclamada (1918) República Armênia caucasiana (comumente referida nos documentos britânicos como “República de Erevã”).

³¹⁵ Naturalmente, as partes “árabes” foram desanexadas deste domínio.

anteriormente, a reação local, depois da divulgação dos termos no país, não poderia ser diferente do que de Robeck reportou a Londres, em 29 de maio:

“Guerra civil agora existe na Turquia. Se o Governo assinar o Tratado de Paz ou não é irrelevante; ele é impotente para impô-lo. Ele domina a área entre Ismid e Chatalja, graças apenas a batalhões Aliados, mas, fora desta, ele é impotente. [...] A publicação dos detalhes do Tratado de Paz consolidou a opinião pública na Turquia e medidas completas serão tomadas pelos habitantes para resistir à agressão grega e impedir que o presente Ministério, considerado traidor, assegure sua posição pela força armada”³¹⁶.

A reação natural do governo otomano foi, também, de descrença ante aos termos, mas sua resposta oficial inicial aos Aliados foi um pedido: a concessão de um prazo, até julho, para avaliar sua aplicabilidade. Que um retorno otomano pedindo uma revisão destas condições tenha chegado aos salões europeus ao fim do prazo é algo claramente presumível, mas a esta altura o Supremo Conselho estava preocupado com outras questões e não iria mudar a base do que já considerava como fato dado. Tampouco o governo de Damad tinha poder para revidar ou resistir à forçosa vontade Aliada.

Sem condições e contextos minimamente adequados para sua aplicabilidade, o tratado foi assinado pelo governo otomano em 11 de agosto, em Sèvres. Não era uma vitória: fazer um governo em frangalhos, sem controle sob seu território, e manipulado pelas Potências, assinar um papel era apenas a ponta de um iceberg. A paz não existia e não existiria nestes termos, e o forte movimento de Kemal lutaria até a revisão de tal documento “ilegítimo”. Forçar o tratado era fato dado, mas o iceberg era muito mais profundo do que se imaginava e, na verdade, apenas começava um novo capítulo na história do pós-guerra: a tentativa de fazer Sèvres ser, *de facto*, vigente.

³¹⁶ CAB 24/106/82. Adicionemos, em intuito contextual, que até o final de abril, o exército otomano oficial estava em operação contra os nacionalistas, mas após a publicação dos termos esta campanha começou a esboroar-se (CAB 24/108/4). Não à toa, na altura de 17 de junho, um relatório do Ministério da Guerra comunicava a Churchill a completa falência do exército governamental, e que daí em diante a segurança da zona neutra, tal como desenhado no Tratado, estava nas mãos dos Aliados (CAB 24/107/98).

Figura 5 - As linhas do Tratado de Sèvres (considerando as zonas de influência do Tratado Tripartido)



Fonte: The Map Archive

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

1914 foi de fato um ano-chave para a história do Império Otomano e, naturalmente, para a relação entre Constantinopla e Londres. A decisão do ministro Enver Paxá, um daqueles acontecimentos que marcam invariavelmente uma guinada irreversível dos fatos, abriu, definitivamente, a Caixa de Pandora: atacar a costa russa do Mar Negro, olhando em perspectiva, trouxe justamente a desintegração derradeira que os Jovens Turcos almejavam evitar. Ainda que Londres permanecesse um tanto distante naquele começo de século, dar tão considerável “empurrão” certamente muito colaborou para desobstruir a dicotomia que flutuava para o governo britânico: as novas preferências e alianças contra a tradicional política de preservação territorial otomano o máximo possível.

É fácil, atualmente, entender Enver e o CUP como maus apostadores, mas, no calor dos fatos, a realidade imediata, se combinada à cobiça irrefreável por uma modernização do Império, pareceu uma boa aposta: se a guerra acabasse logo, territórios poderiam ser anexados à custa do sucesso momentâneo alemão. A ironia foi que o Império não chegou a esta modernização talvez, justamente, por se envolver numa guerra da qual poderia, ao menos, ter protelado uma participação ainda mais – guerra tal que, por outro lado, forneceu, em si, um pretexto “justificável” para que o CUP executasse seu

plano de chauvinismo turco às extremas, varrendo a Anatólia de súditos “indesejáveis”, sobretudo armênios, por meio de massacres e deportações³¹⁷.

Londres, agora encarando o sultanato como um adversário, pôde até ter abandonado oficialmente, logo após a eclosão da guerra otomana, a fórmula de preservação territorial “o tanto quanto possível”, mas não havia conjecturado o real significado, aos seus e aos olhos franco-russos, do que uma eventual derrota otomana representaria em reclames territoriais. Grey pode até ter dito, pouco antes da guerra, à Cambon que “se a Turquia se aliar à Alemanha e à Áustria, e todos forem derrotados, é claro que não poderemos responder pelo que pode ser tomado dela na Ásia Menor”, mas certamente não estava preparado para a rapidez com que reclames territoriais de fatias do Império Otomano (alguns bens conhecidos, é verdade) pipocaram por parte de Paris e Petrogrado. O governo britânico, logo, se viu envolto numa cadeia de planos e definição de preferências da qual foi reativo, justamente por não ter, de antemão, imaginado ou elaborado o que o “abandono da fórmula” significaria no plano geográfico.

O interessante da citação de Grey supracitada é seu grau de sugestão, materializado em um “se” que infere, por si, a existência de uma “Turquia”: se a Porta não se aliasse a Berlim e Viena, ela se manteria como estava, caso contrário poderia perder territórios, mas não deixaria de existir. É claro, muita indefinição pairava e pairou no ar, no início e durante a guerra, em relação ao Império Otomano, mas não pareceu ser uma meta, do ponto de vista londrino, a extinção do sultanato otomano. Pelo contrário, relembremos, por exemplo, o memorando de Kitchener do princípio de 1915, assentador de que “esperança-se que restos suficientes do Império Otomano seriam deixados para garantir um Estado para-choque turco ou armênio que se estique da Anatólia à fronteira persa”; ou os direcionamentos do Comitê de Bunsen, dispostos à manutenção do Império como condição em três dos quatro cenários possíveis delineados em seu relatório aos ministros britânicos. Bunsen, em outras palavras, subentendia por “manutenção do

³¹⁷ Não à toa, a parte oriental da Anatólia, hoje densamente povoada por curdos, é reclamada por alguns movimentos independentistas como pertencente ao “Grande Curdistão”. A existência de maioria curda nestas regiões da atual Turquia, às vezes utilizada como fundamento retórico nacionalista, é “gritante” muito por conta de que a ampla maioria dos armênios lá residentes no início do século XX foi alvo de um genocídio perpetrado por Constantinopla. Um genocídio que se estendeu também a outros povos cristãos minoritários, como gregos pônticos e assírios. O genocídio destas minorias permanece como um “tabu” na atual Turquia, onde, até hoje, o governo se recusa a reconhecê-los – todavia, pesa contra esta negação o fato de que, do ponto de vista jurídico, o genocídio armênio, por exemplo, foi referendado por leis e ordens governamentais expressas, as quais enfatizam um processo programado de extermínio. Horne e Austin (1923) publicaram, em inglês, alguns desses documentos no capítulo X do seu terceiro volume da série “Source Records of the Great War”.

Império” a continuidade do Estado tal como ele era: um sultanato; e, não surpreende que o anterior telegrama de Grey a Buchanan, datado de novembro de 1915, claramente entendesse o Império Otomano como um “simples” lado perdedor que, de algum modo, permaneceria existente com o estabelecimento da paz. Nesta ordem de fatores, é compreensível que as negociações secretas por territórios, ocorridas entre 1915 e 1917, com Paris, Petrogrado e Roma não considerassem este ponto ou o ponto de vista do formato do Estado turco remanescente – até porque, como vimos, o intuito era definir zonas e não propriamente discutir questões mais complexas.

O pós-guerra, “instaurado” um tanto quanto surpreendentemente, revelou, todavia, a necessidade de esclarecer alguns temas, mais imediatos ou não, que o governo britânico tinha e teria em relação ao Império Otomano no processo vindouro de negociação de paz. Neste momento, portanto, foram expostos, com maior clareza, interesses e pretensões e o governo deixou explícito que a continuidade do sultanato otomano restrito às áreas “turcas” era um de seus planos. Como bem sumarizou o memorando de novembro de 1918 elaborado pelo “Foreign Office”, eram interesses gerais do Reino Unido a “manutenção de direitos, relações, instalações e outros interesses britânicos pré-existentes, políticos e econômicos, nesta região”, assim como o exemplo, fornecido pelo documento, em relação à situação de controle tripartido da Ferrovia Aidin adiantou não somente a continuidade do molde do Estado, mas também do grau de controle que este teria de ter por parte das potências europeias.

É bem verdade que os esboços discutidos em Paris variaram em relação à tutela deste Estado (se seria um mandato ou não e, se sim, qual a “potência” deste mandato), mas não parece ter havido discordância de que o sultanato permaneceria no plano de fundo³¹⁸. As discussões posteriores a Paris, nas quais França e Reino Unido “tomaram nas mãos” os destinos do Tratado de Paz, notabilizaram o desejo de continuidade do sultanato: Berthelot, lembremos, escreveu que “o Império Otomano, existindo na Europa ou não, continuará a existir na Ásia Menor sob a dinastia nacional Osmanli”, mostrando, ao mesmo tempo, que a discussão estava muito mais focada em decidir definitivamente se o “turco” sairia ou não de Constantinopla e indicando que a continuidade do sultanato como forma de Estado era algo natural. Pouco tempo antes, o

³¹⁸ Talvez possamos excetuar a proposta de mandatos de que inferia a “divisão política” preconizada por Wilson, porém este não foi levado adiante e não se discutiu o que isto significaria, na prática, do ponto de vista do Estado.

esboço de tratado alcançado entre França e Reino Unido, em dezembro de 1919, mostrava a enfoque nas formas de garantir o controle contínuo do governo do sultão, denotando que a manutenção daquela estrutura estatal tal como era antes da guerra, ainda que em linhas territoriais reduzidas, era interessante do ponto de vista econômico. Ora, a França não poderia abrir mão de seus títulos da Dívida Otomana e o Reino Unido, sempre preocupado com o ponto de vista comercial, ainda via com interesse a manutenção da estabilidade na Anatólia como fator preponderante, conforme a reunião ministerial do dia 05 de janeiro informou, lembremos: “[...] Nosso comércio antes da guerra com a Turquia era de 26%, contra os 14% da Alemanha e os 12% da França: em outras palavras, os interesses comerciais britânicos eram quase o dobro dos de qualquer outra potência. A perda do comércio na Anatólia significou milhares de desempregados em Manchester”.

Com isso, a questão sobre o domínio de Constantinopla simplesmente mostrou como não havia, dentro do Conselho, discussão paralela ao “fato” de que o “Estado Turco” continuaria como um sultanato, ao mesmo tempo que deu boas indicações de que a continuidade da existência sultão, por sua autoridade espiritual de califa, tinha, em si, um valor agregado considerável: era fulcral atender-se aos ecos da comunidade muçulmana sob domínio britânico, sobretudo em um momento, lembremos, que o Reino Unido detinha fragilidades e passava por dificuldades em seu controle extraterritorial. Na esteira desta discussão, é interessante lembrar, também, que as considerações militares mostraram que quanto mais “refém” o sultão estivesse, mais seguro; até porque a Rússia bolchevique começava a preocupar.

Nestas condições, naturalmente, o Tratado de Paz que se “despachou” à Porta previa o sultanato como Estado e as ações que se seguiram levavam as linhas deste tratado como ponto de partida, apesar dos pesares que a realidade dos fatos escancarava. Não parece ter havido, portanto, indicação, até maio de 1920, que o Reino Unido não visse como natural a continuidade do sultanato como modelo do Estado turco perdedor, e as discussões dentro do Conselho não levantaram nenhum tipo de propósito de reforma do modelo constitucional otomano que existia antes da guerra – ainda mais porque o movimento nacionalista que se articulava parecia alinhado ao sultão e defendia a continuidade do sultanato. O problema esteve na realidade imprópria e repelente aos termos de um tratado de paz considerado injusto, culminando numa somatória explosiva que impossibilitava o próprio tratado, e, logo, a continuidade do sultanato almejado.

Foram estas conjunções que, no futuro, levaram à deterioração da própria ideia de sultanato dentro do imaginário da resistência, porém em um capítulo posterior de uma história que, em 1923, veria o nascimento de uma República Turca – um conceito que até maio de 1920, aparentemente ninguém, seja em Londres, Constantinopla ou Anatólia Central, pareceu contemplar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Fontes Primárias:

Arquivos

“The Cabinet Papers”. Disponibilizado pelo “The National Archives”. Acesso: <https://www.nationalarchives.gov.uk/>.

“The Foreign Office Papers”. Disponibilizado pelo “The National Archives”. Acesso: <https://www.nationalarchives.gov.uk/>.

“The Indian Office Papers”. Disponibilizado pela “British Library”. Acesso: <https://www.bl.uk/>.

Coletâneas e outros documentos

GOOCH, G. P.; TEMPERLEY, Harold (eds). *British Documents on the Origins of the War (1898-1914)*. Vol. X (part 1). Londres: HMSO, 1936.

_____. *British Documents on the Origins of the War (1898-1914)*. Vol. X (part 2), Londres: HMSO, 1938.

_____. *British Documents on the Origins of the War (1898-1914)*. Vol. XI, Londres: HMSO, 1926.

HERSTLET, Edward (ed.). *The Map of Europe by Treaty: Showing the Various Political and Territorial Changes Which Have Taken Place since the General Peace of 1814; With Numerous Maps and Notes*. Vol. II, Londres: Harrison and Sons, 1875.

_____. *The Map of Europe by Treaty: Showing the Various Political and Territorial Changes Which Have Taken Place since the General Peace of 1814; With Numerous Maps and Notes*. Vol. IV, Londres: Harrison and Sons, 1891.

HERTSLET, Godfrey E.P (ed.). *The Foreign Office List and Diplomatic and Consular Year Book for 1909*. 82ª ed., Londres: Harrison and Sons, 1909.

HIS MAJESTY'S STATIONERY OFFICE. *The Treaty of Peace Between the Allied and Associated Powers and Germany, and other Treaty Engagements, Signed at Versailles, June 28th, 1919*. Londres: His Majesty's Stationery Office, 1920.

HORNE, Charles F.; AUSTIN, Walter F. (eds.). *Source Records of the Great War*. Vol. II, Nova Iorque: National Alumni, 1923.

_____. *Source Records of the Great War*. Vol. III, Nova Iorque: National Alumni, 1923.

_____. *Source Records of the Great War*. Vol. VI, Nova Iorque: National Alumni, 1923.

LOWE, C. J.; DOCKRILL, M. L. (eds.). *The Mirage of Power*. Vol. III, Londres e Nova Iorque: Routledge & Kegan Paul, 1972.

MISCELLANEOUS (No. 13). Correspondence respecting Events Leading to the Rupture of Relations with Turkey. Londres: Harrison and Sons, 1914.

MISCELLANEOUS (No. 07). Agreement Between France, Russia, Great Britain and Italy, Signed at London, April 26, 1915. Londres: His Majesty's Stationery Office, 1920.

MOWAT, R.B (ed.). *Selected Treaties and Documents to Illustrate the Development of the Modern European States System (1815-1916)*. Oxford: University of Oxford Press, 1932.

OAKES, Augustus; MOWAT, R.B (eds.). *The Great European Treaties of the Nineteenth Century*. Oxford: Oxford University Press, 1930.

TEMPERLEY, H.W.V. (ed.). *A History of the Peace Conference of Paris*. Vol. I, Londres: Joint Comitee of Henry Frowde, Hodder and Stoughton, 1920.

_____. *A History of the Peace Conference of Paris*. Vol. VI, Londres: Henry Frowde & Hodder and Stoughton, 1924.

THE AMERICAN JOURNAL OF INTERNATIONAL LAW. *Treaty of Peace Between Italy and Turkey (1912)*. Vol. 7, No. 1, Supplement: Official Documents (Jan., 1913), pp. 58-62.

_____. *Tripartite Agreement between the British Empire, France and Italy Respecting Anatolia*. Vol. 15, No. 2, Supplement: Official Documents (Apr., 1921), pp. 153-159

THE TREATY OF PEACE BETWEEN THE ALLIED AND ASSOCIATED POWERS AND TURKEY SIGNED AT SÈVRES AUGUST 10, 1920. *World War I Document Archive*. Disponível em: https://wwi.lib.byu.edu/index.php/Section_I_Articles_1_-_260. Acesso em: 29 de abril de 2020.

TRATADO DE SANTO ESTEVÃO. Santo Estevão, 03/03/1878. Disponível em: <https://pages.uoregon.edu/kimball/1878mr17.SanStef.trt.htm#BUL.no.TRK.mlt.vrm.RU.S.mlt>. Acesso em: 09 de março de 2020.

WAR SPEECHES BY BRITISH MINISTERS: 1914-1916. Londres: T. Fisher Unwin Ltd., 1917.

Fontes Secundárias:

ÁGOSTON, Gábor; MASTERS, Bruce. *Encyclopedia of the Ottoman Empire*. Nova Iorque: Facts on File, 2009.

ANTONIUS, George. *The Arab Awakening: The Story of the Arab National Movement*. Filadélfia, Nova Iorque e Toronto: J.B Lippincot, 1939.

ASTER, Sidney (ed.). *British foreign policy, 1918-1945: a guide to research and research materials*. Wilmington: Scholarly Resources Inc, 1984.

BRIDGE, F.R. *From Sadowa to Sarajevo. The Foreign Policy of Austria-Hungary, 1866-1914*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2016.

BUSCH, Briton Cooper. *Mudros To Lausanne: Britain's Frontier In West Asia, 1918-1923*. Albany: State University of New York Press, 1976.

BUSSÖW, Johann. *Hamidian Palestine: Politics and Society in the District of Jerusalem 1872-1908*. Leiden, Boston: Brill. 2011.

CHURCHILL, Winston. *The World Crisis: 1915*. Londres: Thornton Butterworth Limited, 1923.

ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. 11 ed. Nova Iorque: The Encyclopaedia Britannica Company, v. II, 1910.

_____. 11 ed. Cambridge: Cambridge University Press, v. XIII, 1910.

_____. 11 ed. Nova Iorque: The Encyclopaedia Britannica Company, v. XIV, 1910.

_____. 11 ed. Nova Iorque: The Encyclopaedia Britannica Company, v. XXVII, 1911.

FROMKIN, David. *Paz e Guerra no Oriente Médio: A queda do Império Otomano e a criação do Oriente Médio Moderno*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

_____. “The Great Game in Asia”. *Foreign Affairs*, vol. 58, n. 4, p. 936-951, 1980.

GREY OF FALLODEN, Viscount. *Twenty-Five Years, 1892-1916*. Vol. II, Nova Iorque: Frederick Stokes, 1925.

HELMREICH, Paul C. *From Paris To Sèvres: The Partition of the Ottoman Empire at the Peace Conference of 1919-1920*. Columbus: Ohio State University Press, 1974.

HOURANI, Albert. *A History of the Arab Peoples*. Londres: Faber & Faber, 2010.

HIS MAJESTY'S STATIONERY OFFICE. *Peace Handbooks*, v. 25: *Indemnities, Plebiscites, &c*. Londres: His Majesty's Stationery Office, 1920, p. 32-5.

HOPKIRK, Peter. *The Great Game: On Secret Service in High Asia*. 2^aed. Londres: John Murray Publishers, 2006.

INGRAMS, Doreen. *Palestine Papers (1917-1922): Seeds of Conflict*. Londres: John Murray, 1972.

KEDOURIE, Elie. *In the Anglo-Arab Labyrinth: The McMahon-Husayn Correspondence and its Interpretations, 1914-1939*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2014.

_____. "Young Turks, Freemasons and Jews". *Middle Eastern Studies*, vol. 7, No. 1, p. 89-104, 1971.

KENT, Marian. Great Britain and the End of the Ottoman Empire 1900-23. IN: KENT, Marian (ed.). *The Great Powers and the End of the Ottoman Empire*. Londres: Routledge, 1996. p. 165-185.

KIA, Mehrdad. *The Ottoman Empire*. Westport e Londres: Greenwood Press, 2008.

KINROSS, Patrick. *Atatürk: The Rebirth of a Nation*. Londres: Phoenix, 2001.

LEWIS, Bernard. *The Middle East: 2000 Years Of History From The Rise Of Christianity to the Present Day*. Londres: Weidenfeld & Nicolson, 2011.

MACARTHUR-SEAL, Daniel-Joseph. "Turkey and Britain: from enemies to allies, 1914–1939". *Middle Eastern Studies*, p. 01-07, 2018.

MACFIE, A.L. "British Intelligence and the Turkish National Movement, 1919-22". *Middle Eastern Studies*, Vol. 37, No. 1, p. 1-16, 2001.

_____. "British Views of the Turkish National Movement in Anatolia, 1919-22". *Middle Eastern Studies*, Vol. 38, No. 3, p. 27-46, 2002.

MCMEEKIN, Sean. *The Berlin–Baghdad Express: The Ottoman Empire and Germany's Bid for World Power*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press 2010.

MEMBERS OF THE STAFF OF THE FOREIGN OFFICE (eds.). *The Foreign Office List and Diplomatic and Consular Year Book for 1949*. 122 ed. Londres: Harrison and Sons, 1949.

MOWAT, Charles Loch. *Britain Between Wars: 1918-1940*. Londres: Methuen & Co. Ltd, 1968

OTTE, T. G. “The Long Shadow of War: Sir Edward Grey and Liberal Policy Before 1914”. *Journal of Liberal History*, vol. 87, p. 16-24, 2015.

PEARCE, Malcolm; STEWART, Geoffrey. *British Political History: 1867-2001 – Democracy and Decline*. 3ª edição, Londres e Nova Iorque: Routledge, 2002.

SETON-WATSON, R.W. *Disraeli, Gladstone and The Eastern Question: A Study in Diplomacy and Party Politics*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2004.

SOMEL, Selcuk Aksin. *The A to Z of the Ottoman Empire*. Lanham, Toronto & Plymouth: The Scarecrow Press Inc., 2010.

STEELE, David. “Three British Prime Ministers and the Survival of the Ottoman Empire, 1855-1902”. *Middle Eastern Studies*, vol. 50, n. 1, p. 43-60, 2014.

SYKES, Mark. *Dar-ul-Islam: A Record of a Journey Through Ten of the Asiatic Provinces of Turkey*. Londres: Bickers & Son, 1904.

_____. *The Caliphs' Last Heritage: A Short History of the Turkish Empire*. Londres: Macmillan & Co., 1915.

_____. *Through Five Turkish Provinces*. Londres: Bickers & Son, 1900.

THE NATIONAL ARCHIVES. *Maps in Time: from 1900 to 2000*. Disponível em: <https://www.nationalarchives.gov.uk/cabinetpapers/maps-in-time.htm>. Acesso em: 12 de maio de 2020.

Imagens:

THE MAP ARCHIVE. The Map Archive. Treaty of Sèvres 1920. Disponível em: <https://www.themaparchive.com/treaty-of-sevres-1920.html>. Acesso em 05 de maio de 2020.

THE NATIONAL ARCHIVES. The National Archives. Extent of Ottoman Empire 1914 (in relation to present-day countries). Disponível em: <http://www.nationalarchives.gov.uk/pathways/firstworldwar/maps/ottoman.htm>. Acesso em 07 de out. de 2019

BRITISH LIBRARY. British Library. Peace conference: memoranda respecting Syria, Arabia and Palestine. Disponível em: <https://www.bl.uk/collection-items/peace-conference-memoranda-respecting-syria-arabia-palestine>. Acesso em 02 de maio de 2020.

ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. Encyclopaedia Britannica. Ottoman Empire. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Ottoman-Empire>. Acesso em 07 de out. de 2019

MAVI BONCUK. Mavi Boncuk. 1915: The De Bunsen Committe. Disponível em: <http://maviboncuk.blogspot.com/2010/12/1915-de-bunsen-committee.html>. Acesso em 27 de mar. de 2020.